

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO:
O CASO DA UFPB

ROSÁLIA BARROS PEREIRA

Dezembro de 1985

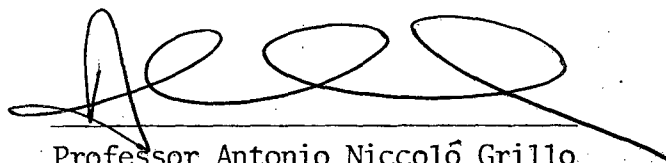
Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Pós-Graduação em Administração

A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO:
O CASO DA UFPB

ROSÁLIA BARROS PEREIRA

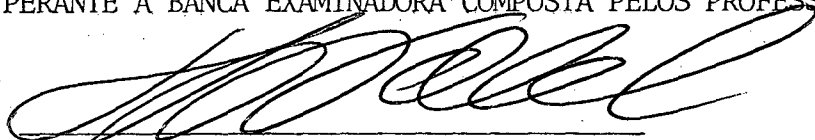
ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

(ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA) E APROVADA
EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

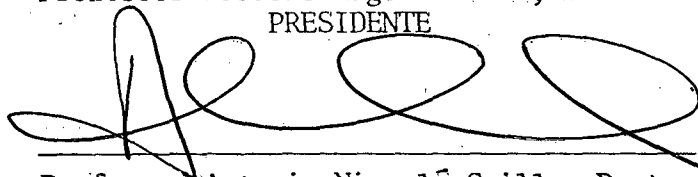


Professor Antonio Niccoló Grillo
Coordenador

APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PELOS PROFESSORES



Professor Teodoro Rogério Vahl, Doutor
PRESIDENTE



Professor Antonio Niccoló Grillo, Doutor



Professor Nilson Nogueira de Melo, M.Sc.

À memória de meu pai
A minha mãe e meus irmãos
A minha filha

AGRADECIMENTOS

A Deus

pela fé e confiança que me inspira

Ao Professor Teodoro Rogério Vahl

pelo apoio e orientação constantes

Ao Professor José Elias Borges

pelo apoio e co-orientação no início do trabalho

À Coordenação do Mestrado em Administração da UFSC

representada na pessoa do Professor Antonio Niccoló Grillo,
pelo apoio e consideração

Às pessoas

que concederam entrevistas
responderam questionários
e me facilitaram o acesso aos arquivos consultados

À Coordenação Geral de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa da UFPb

pelo prestimoso apoio no levantamento de dados

A Maria Gorete Montguti

pela orientação bibliográfica

A Emília Mazzola

pelo apoio datilográfico

A Nísia Leão

pelo apoio datilográfico e revisão definitiva do texto

A Todos

que, de alguma forma, contribuíram para a realização
deste trabalho

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa de natureza exploratória e histórico-co-interpretativa, em que se analisa a presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro, apresentando, como estudo de caso, a Universidade Federal da Paraíba - UFPb. Sabe-se que desde os primórdios o Ensino Superior no Brasil sempre esteve atrelado a modelos estrangeiros - franceses, ingleses, alemães, norte-americanos - visando atender, sobretudo, os interesses das classes dominantes. Todavia, a cooperação internacional no domínio científico e técnico do Ensino Superior, pode representar uma troca salutar de experiências, principalmente para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, desde que estes países estejam conscientes de suas realidades e selecionem o tipo de ajuda a ser recebida dos países mais desenvolvidos. Neste sentido, a hipótese geral levantada é a de que, dependendo do propósito que se tem em vista, a assimilação de modelos e soluções importadas tanto pode servir para manter determinadas situações, como para implementar um processo de mudança e/ou transformação. No caso da UFPb, afirma-se que a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para melhor desempenho desta Instituição, principalmente no que diz respeito à pós-graduação e à pesquisa. Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, fez-se uma revisão da literatura e, na segunda parte, desenvolveu-se uma pesquisa empírica, através do estudo de caso acima referido. Para viabilizar esta parte do trabalho, dois procedimentos foram adotados. No primeiro,

utilizando dados secundários, analisou-se a documentação a que se teve acesso na UFPb e nos arquivos de outros órgãos federais. Além disso, foram aplicados dois questionários. A análise procedida induziu a algumas conclusões, que ensejaram determinadas recomendações no tocante ao planejamento e à programação de atuais e/ou futuras atividades que envolvam a participação de estrangeiros nos quadros da UFPb. Por outro lado, os resultados obtidos poderão servir de subsídio a novas pesquisas que se proponham a aprofundar os estudos sobre este assunto.

ABSTRACT

This dissertation is an exploratory/historic-interpretative research about the presence of foreign faculty members in Brazilian higher education, and having Universidade Federal da Paraíba (UFPb) as a case-study. It is well known that Brazilian higher education has always been attached to foreign models - French, English, German and American - over its entire history, aiming mainly, at attending the interests of the dominant classes. However, international cooperation in higher education scientific and technical fields may represent a beneficial exchange of experiences, chiefly to underdeveloped and developing countries. It is hypothesized that, depending on the established purposes, the assimilation of imported models and solutions may be used either to maintain particular situations, or to implement a change/transformation process. In the case of UFPb, it is said that the presence of foreign visiting faculty members/researchers and technicians has contributed to improve the performance of that institution, as far as graduate courses and research are concerned. The present study is divided into two parts. The first, a review of literature was undertaken, and the second, an empirical research was accomplished through the case-study. In order to carry out second part, two procedures were adopted: a) the analysis, based on secondary sources of all the documentation obtained both in UFPb and in several federal agencies; b) the application of two questionnaires. Through the analysis of the results, several conclusions were drawn which turned

out into recommendations related to the planning of present and future activities involving the participation of foreign faculty members in UFPb. The results obtained may be used as subsidy for future researches in the field.

INDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Origem do problema	2
1.2. Concretização do trabalho	7
1.3. Objetivos	9
1.3.1. Geral	9
1.3.2. Específicos	9
1.4. Hipótese geral	10
1.5. Hipótese de trabalho	10
1.6. Metodologia	10
1.7. Descrição dos capítulos	15
2. ESBOÇO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ORIGEM, EVOLUÇÃO E O FENÔMENO DA PRESENÇA ESTRANGEIRA	17
2.1. Introdução	17
2.2. Na Colônia	18
2.3. No Império	23
2.4. Na República	26
2.5. Conclusões	68
3. A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA UFPb: SUAS ORIGENS E EVOLUÇÃO	70
3.1. Introdução	70
3.2. Convênios e projetos de cooperação internacional	74
3.2.1. Com a França	75
3.2.2. Com a Alemanha	77

	Página
3.2.3. Com o Japão	78
3.2.4. Com o Canadá	78
3.2.5. Com a Grã-Bretanha	79
3.2.6. Com os Estados Unidos	79
3.2.7. Com a OEA	80
3.2.8. Com outros organismos internacionais	81
3.3. Recursos financeiros	82
3.4. Equipamentos	83
3.5. Material bibliográfico	85
3.6. Recursos humanos	87
3.7. Análise da cooperação com alguns países	90
3.7.1. Cooperação francesa	90
3.7.2. Cooperação inglesa	91
3.7.3. Cooperação canadense	92
3.7.4. Cooperação japonesa	94
3.7.5. Cooperação alemã	94
3.8. Conclusões	95
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	98
4.1. Introdução	98
4.2. Questionário aplicado aos chefes de departamento, coordenadores de cursos de mestrado, coordenadores de núcleos de pesquisa ou de laboratório	99
4.3. Questionário aplicado aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	153
4.4. Atividades de pesquisa desenvolvidas por professores/pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros na UFPb	214

	Página
4.5. Orientação de dissertações de mestrado por professores/pesquisadores brasileiros e estrangeiros	235
4.6. Conclusões	240
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	243
SIGLAS	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252
A N E X O S	259

ÍNDICE DAS TABELAS

	Página
TABELA 1	
Número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	100
TABELA 2	
Tempo de permanência dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	101
TABELA 3	
Forma de recrutamento e/ou ingresso dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	103
TABELA 4	
Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	104
TABELA 5	
Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	105
TABELA 6	
Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	106
TABELA 7	
Existia(m) linha(s) de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório na área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?	107
TABELA 8	
Existia(m) linha(s) de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório na área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?	108
TABELA 9	
Existia(m) linha(s) de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório na área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?	109

	Página
TABELA 10	
Os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros criaram novas linhas de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	110
TABELA 11	
Situações que caracterizaram a participação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na criação e/ou implementação de linhas de pesquisa no Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório	111
TABELA 12	
Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros? .	113
TABELA 13	
Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros? .	114
TABELA 14	
Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros? .	116
TABELA 15	
Todas as linhas de pesquisa deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório foram contempladas com o mesmo número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?	117
TABELA 16	
Todas as linhas de pesquisa deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório foram contempladas com o mesmo número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?	118
TABELA 17	
Área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros julgada mais importante	120
TABELA 18	
Fatores que distinguiram a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	124

TABELA	Página
TABELA 19	
Existiu algum programa concreto de avaliação ou análise da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	126
TABELA 20	
Existiu algum programa concreto de avaliação ou análise da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	126
TABELA 21	
Existiu algum programa de avaliação ou análise da atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	129
TABELA 22	
Idioma em que os professores estrangeiros ministram aulas expositivas	130
TABELA 23	
O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?	132
TABELA 24	
O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?	132
TABELA 25	
O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?	134
TABELA 26	
Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos profissionais estrangeiros?	135

	Página
TABELA 27	
Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos estrangeiros?	138
TABELA 28	
Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos estrangeiros?	139
TABELA 29	
Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	140
TABELA 30	
Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	141
TABELA 31	
Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?	143
TABELA 32	
A manutenção desses equipamentos e materiais independente das fontes de origem?	144
TABELA 33	
A manutenção desses equipamentos e materiais independente das fontes de origem?	146
TABELA 34	
As atividades atribuídas aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram desenvolvidas no tempo previsto nos cronogramas de execução?	148
TABELA 35	
Abordagem que caracterizou as dissertações e/ou teses e outros trabalhos orientados por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	149

	Página
TABELA 36	
O trabalho desenvolvido por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para a melhoria do desempenho deste Departamento/Curso/Núcleo / Laboratório e/ou da Universidade como um todo?	150
TABELA 37	
Nacionalidade dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	154
TABELA 38	
Grau de escolaridade dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	155
TABELA 39	
Área de concentração de conhecimentos dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	156
TABELA 40	
País onde os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros obtiveram grau de escolaridade	157
TABELA 41	
Vínculo funcional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros com a UFPb	159
TABELA 42	
Regime de trabalho dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	160
TABELA 43	
Você exerce outra atividade remunerada fora desta Universidade?	161
TABELA 44	
Agências financiadoras que contribuíram com recursos para a permanência dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	162
TABELA 45	
Você está nesta Universidade através de algum convênio de cooperação internacional?	163
TABELA 46	
Você conhece seus direitos e deveres dentro da estrutura administrativa desta Universidade?	164

	Página
TABELA 47	
Situação que definia o vínculo funcional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros com a UFPb.	168
TABELA 48	
Motivo principal da vinda dos professores/ pesquisadores e técnicos estrangeiros para o Brasil e/ou para a UFPb	169
TABELA 49	
Vínculo familiar dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	172
TABELA 50	
Tempo de permanência dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros no Brasil e na UFPb	173
TABELA 51	
Tempo de magistério dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros no Ensino Superior no Brasil e/ou em outros países	177
TABELA 52	
Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	179
TABELA 53	
Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	180
TABELA 54	
Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	181
TABELA 55	
Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb	182
TABELA 56	
Atividades desenvolvidas pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb, com a respectiva carga horária semanal	187

TABELA	Página
57	
Atividades simultâneas desenvolvidas pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb e respectiva carga horária semanal	189
58	
O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório no qual está lotado apresentou um plano de trabalho das atividades que você iria desenvolver?	190
59	
O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório no qual está lotado apresentou um plano de trabalho das atividades que você iria desenvolver?	191
60	
Alternativas julgadas mais importantes pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para o desempenho de seu trabalho na UFPb	193
61	
O seu trabalho contribuiu e/ou tem contribuído para melhoria do desempenho desta Universidade (Centro, Departamento, Núcleo etc.)?	194
62	
O seu trabalho exerce e/ou tem exercido, de alguma forma, influência sobre os colegas ou alunos da UFPb com quem se relaciona?	200
63	
Forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb, comparado com o país de origem, em termos de horas e/ou volume	204
64	
Forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb, comparado com o país de origem, quanto à liberdade	205
65	
Forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb, comparado com o país de origem, quanto à modalidade	206

TABELA 66

Página

Número de pesquisas concluídas e em andamento na UFPb até 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, e sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros	216
--	-----

TABELA 67

Número de dissertações defendidas na UFPb sob a orientação de professores/pesquisadores estrangeiros e brasileiros - 1970/80	236
--	-----

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um trabalho de natureza exploratória e histórico-interpretativa, em que se analisa a presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro, apresentando como estudo de caso a Universidade Federal da Paraíba - UFPb.

O Ensino Superior sempre esteve atrelado a modelos estrangeiros, fenômeno iniciado com a presença dos jesuítas liderando a tentativa de sistematização educacional, ainda no Brasil Colônia.

A partir daí, outros modelos se fizeram presentes - franceses, ingleses, alemães, norte-americanos ... -, permeando a organização e o conteúdo desse nível de ensino, nos diversos momentos da história do País.

Nesse caminho percorrido, inúmeras críticas e opiniões favoráveis ou não, de educadores, de estudantes e de outros segmentos da comunidade, levantaram-se em torno dos modelos transplantados; entretanto, nenhuma foi mais uníssona e mais veemente nesses anos do que as dirigidas aos acordos MEC-USAID, ainda hoje lembrados no refrão dos movimentos de classe da comunidade universitária que a cada dia se formam.

Ressalte-se, no entanto, que a cooperação internacional no domínio científico e técnico do Ensino Superior pode apresentar uma troca benéfica de experiências, principalmente para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Todavia, para que surtam os resultados esperados, estes países precisam estar conscientes de suas realidades e selecionar o tipo de ajuda

a ser recebida dos países mais desenvolvidos.

Muitas vezes, os erros e desvantagens provenientes dessas cooperações têm origem no próprio país receptor, justamente porque este se aliena e se deixa levar pelo primeiro grupo de técnicos estrangeiros que propaga conhecer a realidade e os anseios deste país, não obstante, na verdade, impingir-lhe os seus modelos alienígenas e as soluções que lhe interessam.

Confirmando essa opinião e se referindo à universidade, RIBEIRO (1978:78), enfatiza que:

"todos temos muito que aprender da experiência alheia, sobretudo das nações desenvolvidas, em matéria de organização universitária. Mas nossa capacidade de aproveitar essas experiências virá da compreensão que tivermos das condições em que se consolidaram, em nossas atuais universidades, os modelos que as inspiraram; e de nossa capacidade de criar um modelo novo de estrutura que melhor corresponda aos requisitos necessários à atuação da universidade como agente nacional de mudança sócio-estrutural, progressista e autônoma."

1.1. Origem do problema

Ao estudar os diversos temas sugeridos pela disciplina "Problemas da Educação Superior no Brasil", ministrada no curso de Pós-Graduação em Administração - área de Concentração em Administração Universitária - da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o interesse da autora se voltou, sobretudo, para os que abordavam a presença estrangeira no Ensino Superior.

Corroborando a curiosidade que o assunto despertava, a autora já trazia consigo algum conhecimento desta realidade no âmbito de sua instituição de origem, a UFPb, e a experiência vivenciada no antigo Departamento de Assuntos Universitários, hoje Secretaria de Ensino Superior do então Ministério da Educação e Cultura, quando ali exercera, no período de abril de 1975 a setembro de 1976, a função de Assistente Técnico (MEC GT/Portaria nº 20 GT de 24.04.75), do Grupo-Tarefa de Apoio Interuniversitário em Ciências Agrárias (MEC-DAU-PEAS, 1974:1) encarregado, entre outras atribuições, da avaliação e planejamento do PEAS/PRODECA, fruto, respectivamente, do acordo de assistência técnica e financeira (Acordo de Empréstimo AID-512-L-090) entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, firmado em junho de 1974, através da USAID e da Exposição de Motivos nº 99/75/SEPLAN, aprovada pela Presidência da República em junho de 1975 (MEC-SESu-UCAP, 1980:5).

Não obstante no contexto destes programas a participação da autora se restringir à função técnica acima mencionada, desejava, contudo, já naquela época, compreender criticamente os aspectos condicionantes da presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro e os motivos que levavam a comunidade universitária - sem falar de outros segmentos da sociedade - às acerbadas discussões, principalmente quando se referiam à colaboração Brasil/EUA, relativa à assessoria para planejamento deste nível de ensino, consubstanciada nos acordos MEC-USAID, firmados a partir de 1965.

Juntamente com alguns colegas do referido Grupo-Tarefa, que também se interessavam pela questão, refletiam-se informalmente sobre o hábito de se transplantar para o Ensino Superior do País, os paradigmas e métodos alheios, na expectativa de se encontrar a solução para as dificuldades surgidas.

Uma comprovação disto eram os próprios programas PEAS/PRODECA, que apresentavam, como objetivo comum:

"a melhoria e expansão dos cursos de Ciências Agrárias, com a finalidade de atender em qualidade e quantidade; a formação de um potencial técnico-científico capaz de promover o desenvolvimento da agricultura brasileira"(MEC-SESu-UCAP, 1980:5)

A título de ilustração, saliente-se que as metas estabelecidas para a consecução desse objetivo implicavam em atividades de treinamento de docentes nos EUA e no País; consultoria norte-americana de longa e curta duração; aquisição de equipamentos e material bibliográfico, entre outras (MEC-SESu-UCAP, 1980:10).

Encerrados, respectivamente, em agosto de 1978 e dezembro de 1979, estes programas atenderam, de forma regular, a nada menos de 21 universidades federais - entre elas a UFPb, na qualidade de Centro de Graduação - e uma estadual e, eventualmente, 13 outras IES (MEC-SESu-UCAP, 1980: 5, 11, 2).

Aos dois Programas foram destinados, naquela época, recursos da ordem de 50 milhões de dólares, aí incluídos 6,84 milhões oriundos do acordo de empréstimo acima mencionado (MEC-SESu-UCAP, 1980:5).

Voltando às reflexões em torno do assunto, questionava-se, por exemplo, até que ponto a atuação de consultores e técnicos estrangeiros, nem sempre conhecedores da realidade brasileira, poderia contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos e das mudanças pretendidas através de tais programas.

Tal indagação não era leviana, uma vez que se percebia, na prática, uma atitude subserviente ou conivente, do lado brasileiro, aceitando

sem contestação, a presença de consultores e técnicos estrangeiros, que se mostravam bem mais interessados em outras atividades - o turismo era uma delas - do que em se empenharem com seriedade no contexto e nos compromissos de trabalho para os quais haviam sido designados. Entretanto, não fora preciso muito tempo para deduzir-se que esse estado de coisas fazia parte das "regras do jogo." Pelo menos, era o que alguns comentários nos bastidores deixavam transparecer.

Paralelamente a esta situação, era fato incontestável, contudo, a presença de consultores e técnicos estrangeiros comprovadamente competentes e imbuídos do desejo de contribuir para o intercâmbio e o desenvolvimento técnico-científico preconizados nos citados programas.

Todavia, para se obter melhor aproveitamento das potencialidades e experiências dos profissionais estrangeiros, fazia-se necessário, sobretudo, que o lado brasileiro elaborasse, com antecedência, um plano de trabalho das atividades e/ou tarefas que eles deveriam executar junto à UCAP, ou no âmbito das universidades participantes dos referidos programas.

Entretanto, na prática, tal procedimento nem sempre era o mais adotado; às vezes, somente após a chegada dos consultores e técnicos estrangeiros ao Brasil tinham início as várias e sucessivas reuniões para se definir as tarefas e atividades desses profissionais. Isto implicava em maior perda de tempo e oportunidade de se realizar um intercâmbio mais proveitoso e eficaz, sem falar que esta atitude provocava merecidas críticas por parte dos estrangeiros.

Outro aspecto questionável no âmbito de tais programas, era o treinamento de docentes brasileiros no exterior. Nesse sentido, refletia-se sobre as suas vantagens e desvantagens, principalmente do ponto de vista

de adequação às condições brasileiras dos conhecimentos e das novas técnicas adquiridos lá fora.

A busca de respostas para estas e outras questões foi interrompida pela autora, em virtude de sua contratação pela UFPb, em outubro de 1976. Entretanto, mesmo afastada do contexto antes comentado, o interesse e a curiosidade sobre o assunto permaneceriam latentes.

Por sua vez, as atividades desenvolvidas na UFPb, ou seja, a elaboração e montagem de projetos para as diversas áreas e setores da Universidade, ensejariam à autora o conhecimento de que, além do PEAS/PRODECA, a UFPb participava e/ou ainda continuava participando, de outros convênios e programas de cooperação com o exterior, podendo-se destacar aqueles firmados com a CIDA (Canadá), com o Conselho Britânico (Inglaterra), com a JICA (Japão), entre outros.

Do mesmo modo, a autora percebia a presença de significativo número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros nos quadros da Universidade, principalmente nos programas de pós-graduação e pesquisa.

Estes fatos, somados à experiência anterior vivenciada no MEC, aguçavam cada vez mais a curiosidade da autora sobre o assunto e o desejo de examiná-lo em profundidade.

Todavia, a função que ocupava lhe tomava praticamente todo o tempo impedindo-a de pesquisar a questão que há muito vinha despertando o seu interesse, ou seja, a presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro.

Finalmente, o curso de Pós-Graduação proporcionaria, à autora, a oportunidade de estudar e analisar criticamente a problemática deste nível de ensino no País e o seu envolvimento com proposições e modelos estrangeiros ao longo de sua história.

Portanto, esta dissertação nasceu das reflexões retomadas e amadu

recidas durante o curso de Pós-Graduação, em particular através dos debates e discussões em grupo e da leitura especializada sobre o assunto.

1.2. Concretização do trabalho

De início, pensou-se verificar o fenômeno da presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro, tendo por objeto de análise um estudo de caso comparativo entre a UFPb e a UFSC. A escolha das duas instituições se justificava pelo fato de ambas vivenciarem o mesmo fenômeno, embora pertencendo a contextos regionais completamente distintos.

Acreditava-se que as diferenças peculiares às duas realidades só poderiam enriquecer o trabalho. Nesse sentido, a pesquisa de campo ainda chegou a ser iniciada na UFSC. Todavia, dificuldades diversas, aliadas à distância geográfica entre as duas Universidades, obrigaram a autora a mudar os rumos do projeto inicial do trabalho, ficando o estudo de caso restrito à UFPb.

Neste contexto, analisar a presença estrangeira no âmbito de uma instituição de Ensino Superior, implícitas as suas causas e consequências, e como esta experiência foi vivenciada - mesmo que esta análise se restrinja apenas a alguns aspectos da questão - reveste-se de originalidade, principalmente se esta IES é uma Universidade que, não obstante o seu lugar de destaque entre as de maior porte do País - ressaltada a sua característica de Universidade "multicampi" - traz, em seu bojo, os problemas, as aspirações e as peculiaridades não somente da região onde está inserida mas, também, as de sua complexa estrutura organizacional.

Dentro desta premissa e considerando que a presença estrangeira na UFPb constitui um fato real e constatável, notadamente em suas atividades de pós-graduação e pesquisa, porém desconhecido de muitos de sua co

munidade universitária, pode-se afirmar que o presente trabalho contribuirá para o conhecimento do fenômeno pela própria Universidade como, também, para subsidiar outras pesquisas que, porventura, venham aprofundar o assunto.

Assim definido o trabalho, achou-se importante analisar, num primeiro momento, a realidade do Ensino Superior brasileiro, de modo geral, numa perspectiva histórico-interpretativa, buscando-se identificar e compreender criticamente, os aspectos condicionantes que têm determinado a presença estrangeira neste nível de ensino.

Num segundo momento, a pesquisa se encaminha para a sua especificidade, consubstanciada no estudo de caso já mencionado, cuja presença estrangeira na UFPb, entre outros aspectos, é enfatizada, principalmente, na atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros.

O estudo de caso abrange o período de 1970/80, por ser o de maior incremento da presença estrangeira na UFPb e por haver marcado, como em outras IES, a implantação e tentativa de consolidação da Reforma Universitária, fruto do modelo norte-americano que transplantou para o Ensino Superior brasileiro um conjunto significativo de características daquele

Neste contexto, os objetivos do presente trabalho se prestam à busca de resposta à seguinte questão:

Teria a importação de modelos e soluções do exterior, através da atuação de consultores, professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, favorecido o Ensino Superior brasileiro? Em caso positivo e se referindo especificamente à UFPb, em que medida, áreas e sob que aspectos esta atuação se efetuou no período em análise?

1.3. Objetivos

O presente trabalho procurou atingir os seguintes objetivos:

1.3.1. Geral

Apresentar à UFPb um levantamento e avaliação da presença estrangeira, com o intuito de oferecer, à Universidade, subsídios ao planejamento e à programação de atuais e/ou futuras atividades que envolvam a participação de estrangeiros em seus quadros, seja através de acordos e/ou convênios de cooperação técnico-científico-cultural com outros países seja decorrente de qualquer outra forma de intercâmbio, bem como oferecer, à comunidade universitária, elementos a outras pesquisas que possam surgir sobre o assunto.

1.3.2. Específicos

a) Analisar a presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro, identificando os aspectos condicionantes que têm determinado a importação de modelos e soluções do exterior para este nível de ensino

b) verificar os motivos que levaram a UFPb a participar de convênios de cooperação internacional, ou de outros tipos de intercâmbio com o exterior

c) verificar os motivos que levaram a UFPb a contratar professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para os seus quadros

d) verificar a receptividade dos Departamentos e outros setores da UFPb com relação à presença destes professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, no âmbito de suas atividades

e) verificar a receptividade dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros com relação à UFPb, no desempenho de suas atividades,

junto aos Departamentos e outros setores da Universidade.

1.4. Hipótese geral

Dependendo do propósito que se tem em vista, a assimilação de modelos e soluções importadas tanto pode servir para manter determinadas situações como para implementar um processo de mudança/transformação.

1.5. Hipótese de trabalho

A presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para melhor desempenho da UFPb, principalmente no que diz respeito à pós-graduação e à pesquisa.

1.6. Metodologia

Ensejando concretizar os objetivos propostos, dividiu-se o trabalho em duas partes.

Na primeira parte, fez-se uma revisão da literatura e, a partir de pesquisas já realizadas, apresentou-se um esboço histórico do Ensino Superior brasileiro, buscando-se interpretar a presença estrangeira neste nível de ensino, enquanto na segunda parte se desenvolveu uma pesquisa empírica, através do estudo de caso já referido, onde a presença estrangeira, enfatizada na figura de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, foi discutida sob os seguintes aspectos:

a) os acordos e convênios de cooperação técnica, científica ou cultural entre a UFPb e os diversos organismos e universidades do exterior

b) a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros nos quadros da Universidade, quando resultante ou não de tais acordos e convênios

c) os resultados concretos de trabalhos desenvolvidos por estes profissionais estrangeiros ou por profissionais brasileiros sob a orientação direta daqueles.

d) a repercussão destes trabalhos e as mudanças porventura observadas no âmbito da UFPb, ou fora dela, em decorrência dos mesmos.

Para viabilizar a segunda parte do trabalho, dois procedimentos foram adotados.

No primeiro procedimento, utilizando dados secundários, analisou-se a documentação a que se teve acesso na UFPb, tais como termos de acordos complementares de cooperação técnica, relatórios de reitores e pró-reitores e chefes de departamento, catálogos de pesquisas, catálogos de teses e/ou dissertações defendidas, pareceres etc., na busca de informações que permitissem detectar a presença estrangeira nos aspectos antes relacionados.

As dificuldades encontradas na UFPb, principalmente no tocante aos arquivos de seus documentos, provocaram a necessidade de a autora se deslocar até Brasília, para concluir esta fase do levantamento de dados, recorrendo, portanto, aos arquivos dos seguintes órgãos: Secretaria de Assuntos Internacionais, da Secretaria Geral do MEC; Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), da SEPLAN, e Superintendência de Cooperação Internacional, do CNPq.

No segundo procedimento foram aplicados dois questionários, previamente testados, dos quais um destinado aos chefes de departamento, coordenadores de cursos de pós-graduação, coordenadores de núcleos de pesquisa ou de laboratório, cujos setores tivessem sido criados no período de 1970/80; outro, destinado aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros - incluídos os consultores - que, na época da pesquisa de cam

po (1982), permaneciam na UFPB, porém que tivessem sido por ela diretamente contratados até dezembro de 1980, ou estivessem vinculados aos programas de cooperação vigentes naquela época.

Através destes instrumentos de coleta de dados, buscou-se respostas para várias questões, podendo-se destacar o motivo da vinda dos referidos estrangeiros para o Brasil e/ou para a UFPB; a forma utilizada pela Universidade para recrutá-los; a integração dos mesmos no ambiente acadêmico-administrativo da Universidade; a contribuição deles para a melhoria de desempenho da UFPB; a influência por eles exercida na comunidade docente/discente, entre outras.

Em se tratando de estrangeiros - muitos dos quais com dificuldade de entender e de se fazer entender por não dominarem o idioma Português - optou-se por se lhes entregar, pessoalmente, o questionário, oportunidade em que era esclarecido a que se destinavam as informações solicitadas a eles.

Auxiliando a autora, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, através de sua Coordenação Geral de Pesquisa, enviara correspondência (o Ofício Circular nº 009/82 CGPQ/PRPG, de 16.02.82), aos 65 departamentos então existentes na UFPB, solicitando a relação nominal de todos os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que, porventura, tivessem marcado presença em seus quadros e/ou em suas atividades, no período de 1970/80.

Recorrera-se aos departamentos, na tentativa de se corrigir as informações - as mais contraditórias e incompletas - que haviam sido apresentadas pelos setores julgados responsáveis por tais registro e controle de pessoal.

A solicitação da CGPQ foi atendida por 64 departamentos; mesmo as

sim, fez-se necessário a autora procurar pessoalmente vários destes, a fim de elucidar e complementar as referidas informações.

Segundo os dados levantados, 139 era o total de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que se enquadravam nas condições acima estabelecidas, sendo que 73, ou 52,5%, encontravam-se vinculados ao Campus I (João Pessoa), 56, ou 40,3%, ao Campus II (Campina Grande), 8, ou 5,8%, ao Campus III (Areia), 1, ou 0,7%, ao Campus IV (Bananeiras) e 1, ou 0,7%, ao Campus VII (Patos), todos no Estado da Paraíba.

Todavia, a distância geográfica entre os citados Campi e o afastamento de vários dos referidos estrangeiros, para cursarem doutorado em outras instituições do País ou do exterior, dificultaram o contato que, inicialmente, se pretendia ter com todos eles. Por conseguinte, dos 139 professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros acima considerados só foi possível contatar, pessoalmente, com 79, ou 56,8%. Desses 79, 62 ou 78,5%, responderam o questionário, isto é, 44,6% em relação ao total dos 139.

Embora não atingindo o número de entrevistados que se desejara não resta a menor dúvida de que o contato que se obteve foi bastante positivo, proporcionando melhor conhecimento destes estrangeiros, já que a maioria deles não se limitou apenas a responder as perguntas e questões formuladas no questionário; prestaram informações e/ou teceram comentários importantes, não obstante em alguns casos solicitarem o compromisso de se manter sigilo ou o anonimato das informações.

No caso dos chefes de departamento e coordenadores antes mencionados, adotou-se a mesma sistemática utilizada para com os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, ou seja, entregar-lhes pessoalmente o questionário na tentativa, sobretudo, de convencê-los da importância

de suas respostas e informações para a consecução deste trabalho.

Tal atitude se apoiava, principalmente, na experiência de vários colegas, pelos resultados desalentadores na devolução, ao pesquisador, de questionários enviados pelo correio.

Nesta parte da pesquisa foram considerados 65 departamentos, 38 núcleos de pesquisa e laboratórios (UFPb-PROPLAN, 1980:82, 83) e 31 coordenações de cursos de pós-graduação - 29 de mestrado e 2 de doutorado - todos criados no período de 1970/80 (MEC-UFPb-PROPLAN-CEI, 1982:16), perfazendo 134 o total de seus respectivos chefes e coordenadores, aos quais se pretendia aplicar o mencionado questionário.

Infelizmente, inúmeras foram as dificuldades surgidas também nesta fase do trabalho, sobressaindo mais uma vez a distância geográfica entre os Campi e a falta de apoio logístico para vencer este obstáculo, prejudicando, sobremaneira, o andamento do trabalho.

Acresça-se a isto, o elevado número de reuniões das quais participavam os chefes de departamento, afastando-os quase sempre do ambiente de trabalho, fazendo com que a autora retornasse várias e infrutíferas vezes a um mesmo departamento, na tentativa de encontrar seu titular concorrendo, tais fatos, para o atraso e/ou não cumprimento de metas previamente estabelecidas no cronograma da pesquisa, obrigando a sucessivas reformulações.

Com todos esses obstáculos conseguiu-se, mesmo assim, contatar pessoalmente com 52, ou 38,8%, dos 134 chefes e coordenadores acima mencionados. Desses 52, 30, ou 57,7%, responderam o questionário, sendo que 26, ou 86,7%, eram chefes de departamento, 3, ou 10%, eram coordenadores de cursos de mestrado e 1, ou 3,3%, era coordenador de laboratório.

Não obstante o reduzido número de entrevistados - 22,4% em relação

ao total dos 134 - saliente-se que as informações por eles prestadas foram por demais úteis e válidas para a consecução dos resultados pretendidos neste trabalho.

Na análise dos dados colhidos nos questionários, não se utilizaram métodos estatísticos sofisticados. Optou-se pelo uso da distribuição de frequências absolutas e relativas. Para favorecer esta análise, os dados foram agrupados em tabelas, com a aplicação de percentuais.

Finalmente, e ainda no esforço de se conseguir maiores informações que embasassem a pesquisa, entrevistou-se um ex-reitor e foram colhidos depoimentos de antigos professores e/ou responsáveis por setores da UFPb que, de alguma forma, contribuíram ou participaram do contexto em que se desenvolveu a presença estrangeira nesta Universidade, no período analisado.

1.7. Descrição dos capítulos

No primeiro Capítulo, fez-se a apresentação do trabalho através de uma breve introdução sobre a presença estrangeira no Ensino Superior brasileiro e os motivos que levaram a autora a pesquisar o assunto e a escolher a Universidade Federal da Paraíba (UFPb), como estudo de caso.

Os objetivos, as hipóteses e a metodologia que nortearam a elaboração do trabalho, estão contidos também neste Capítulo.

No segundo Capítulo, com base na revisão da literatura existente e tendo como pano de fundo o contexto dos grandes períodos da história político-administrativa do Brasil Colônia, Império e República, apresentou-se um esboço histórico do Ensino Superior brasileiro, buscando-se interpretar o fenômeno da presença estrangeira neste nível de ensino, focalizando, entre outros aspectos, os diferentes modelos transplantados e a

polêmica em torno dos acordos MEC-USAID, cuja influência norte-americana se fez sentir com mais intensidade na Reforma Universitária.

No terceiro Capítulo, com base nos dados obtidos de fontes secundárias e de entrevistas semidiretivas, analisou-se a presença estrangeira na UFPb, suas origens e evolução, no período de 1970/80, onde se enfatizou, entre outros aspectos, os convênios e projetos de cooperação internacional firmados entre esta Instituição e vários países, além do desempenho de algumas cooperações, tais como a cooperação francesa, a cooperação alemã, a cooperação inglesa, a cooperação canadense, entre outras.

O número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros vindos para a UFPb no período acima mencionado, está inserido também neste Capítulo.

No quarto Capítulo, fez-se a análise e interpretação dos dados obtidos através de questionários aplicados aos chefes de departamento, coordenadores de cursos de pós-graduação, coordenadores de núcleos de pesquisa ou de laboratório, além de questionários aplicados aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, com o objetivo de detectar, entre outros aspectos, o motivo da vinda dos referidos estrangeiros para o Brasil e/ou para a UFPb, a contribuição deles para a melhoria do desempenho desta Instituição e a influência por eles exercida na sua comunidade universitária.

Nesse contexto, a análise da participação dos referidos estrangeiros no desenvolvimento de pesquisas e na orientação de dissertações defendidas na UFPb, também faz parte deste Capítulo.

No quinto Capítulo, foram apresentadas as conclusões do trabalho e feitas algumas recomendações, no sentido de melhor desempenho de convênios e projetos de cooperação internacional e da atuação de profissionais estrangeiros, quando resultante ou não de tais convênios e projetos.

2. ESBOÇO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ORIGEM, EVOLUÇÃO E O FENÔMENO DA PRESENÇA ESTRANGEIRA

2.1. Introdução

A educação brasileira, e em particular o Ensino Superior, deve buscar explicações mais consistentes, através de uma análise de sua origem e evolução.

Isto será tão mais válido tratando-se de encontrar uma compreensão do fenômeno da presença estrangeira neste nível de ensino.

Como é próprio desta dissertação, o objetivo básico está inerente ao tema da dependência. Esclareça-se, contudo, que não é pretensão da autora esgotar as teorias sobre essa dependência, razão por que se adotou um enfoque histórico-interpretativo genérico e se aceitam os grandes períodos da história político-administrativa do Brasil: Colônia, Império e República, mesmo se sabendo as restrições e limitações dessa periodização sobretudo em se tratando do ensino.

De acordo com BERGER (1980:60,61) a origem e evolução do ensino brasileiro e sua dependência aos modelos e paradigmas estrangeiros, devem ser analisados à luz de uma visão global da sociedade e do mundo contemporâneo, em crescente complexidade e interação.

Admite-se, entretanto, por questão metodológica, a divisão da sociedade em três grandes instâncias sociais: econômica, política e sócio-cultural. Nesse contexto, a educação/ensino deixa de ser um aspecto exclusivamente neutro e tem um imbricamento com essas três grandes dimensões aci

ma referidas.

E, por outro lado, visto como uma prática concreta, na sua dimensão espaço-temporal, assume conotações específicas e próprias, como no caso da UFPb.

Compreende-se, portanto, que o fenômeno da presença estrangeira, mais do que simples "complexo de dominação", passa a ser fruto de uma relação dialética entre os agentes educacionais e uma realidade cosmopolita que se estreita mais a mais neste planeta que, no dizer de alguém, "já se converteu numa aldeia."

2.2. Na Colônia

A exemplo de outras colônias européias na América Latina, é dessa fase de sua história que se tem notícia dos primeiros modelos transplantados para a educação escolar que se formava no Brasil daquela época, através, principalmente, da atuação dos padres da Companhia de Jesus, fundada em 1540, pelo espanhol Inácio de Loyola.

Sob a proteção do Papa e dos soberanos católicos, os jesuítas lançaram-se à conquista de novos países para o catolicismo, através das atividades missionárias, ao mesmo tempo em que tentavam preservar ou conquistar os antigos países, mediante o controle da educação. Eram as armas de que dispunham para enfrentar a crescente ameaça da Reforma.

Para se ter uma idéia do monopólio educacional dos jesuítas, HANS (1971:425) enfatiza que além da Universidade do México, fundada em 1553, da Universidade de São Marcos, em Lima, fundada em 1571, do Colégio de Córdoba, fundado em 1611 e das Universidades de Santiago do Chile e de Chuquisaca, na Bolívia, a Companhia possuía, em 1749, 105 colégios e 12 seminários na Espanha, 20 colégios e 3 seminários em Portugal e 89 colégios e 23

seminários nas Colônias espanholas e portuguesas.

Em todas as regiões onde atuassem, os jesuítas seguiam a orientação pedagógica contida na "Ratio Studiorum" (CUNHA, 1980:25,27).

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, junto com o Governador-Geral Tomé de Sousa, com a missão de dar apoio religioso aos colonos e converter os indígenas recebendo, para isso, subsídios do Estado e sesmarias designadas à manutenção dos estabelecimentos que viessem a criar. Todavia, CUNHA (1980:25), faz o seguinte comentário:

"Embora sua principal missão, pelo mandato real, fosse a conversão dos índios, a fundação de colégios, nos moldes que a ordem vinha multiplicando em diferentes regiões do mundo, acabou por assumir, senão a primazia, importância pelo menos comparável à outra."

É o início da educação escolar no Brasil, ressaltando-se que nos 210 anos que se seguem, os jesuítas foram os únicos educadores no País (BERGER, 1980:164).

O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia, em 1550. Depois vieram os do Rio de Janeiro, Piratininga (São Paulo), Olinda, Recife, Maranhão, Pará e Mariana (Minas Gerais). O ensino ministrado pelos jesuítas era constituído de quatro graus, sucessivos e propedêuticos: o curso elementar (ler, escrever e contar, e mais o ensino da doutrina religiosa católica); o curso de humanidades (ensino da gramática, da retórica e das humanidades - realizado todo em latim); o curso de artes (também chamado curso de ciências naturais ou curso de filosofia, ensinava lógica, física, matemática, ética e metafísica - conferia os graus de bacharel e licenciado); e o curso de teologia (consistia de duas matérias básicas: teologia moral e teologia especulativa - conferia o grau de doutor)

(CUNHA, 1980:27,28).

Nesse contexto, são diversas as opiniões dos estudiosos, suscitadas a respeito do início do Ensino Superior no Brasil.

VAHL (1980:32), por exemplo, afirma que esse grau de ensino

"só teve seu início efetivo no Brasil com a chegada da Família Real, em 1808, ocasião em que foram criadas as primeiras escolas superiores profissionais."

Por outro lado, CUNHA (1980:15) deixa transparecer que esse nível de ensino começara a ser ministrado pelos jesuítas a partir de 1572, com a criação do curso de teologia, no Colégio da Bahia; para o autor

"provavelmente, o primeiro curso superior no Brasil, estendendo-se até 1808, quando da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro."

Do mesmo modo, GASPAR RUAS (1981:127), comentando sobre o assunto, acrescenta:

"Enquanto para alguns autores de nomeada, os primeiros cursos superiores só foram estabelecidos a partir de 1808, pelo príncipe regente D. João; para outros, entretanto, os jesuítas ofereceram esse grau de ensino bem antes. O Colégio de Salvador chegou, segundo afirmam, a conceder o grau de bacharel em Artes, indicando, assim, que, também, nesse estabelecimento, se acresceu o conteúdo da faculdade de artes medieval, tendo, portanto, sido adotada, entre nós, a norma de atuação educativa, apontada pela história da educação, para os estabelecimentos mantidos na época sob a orientação da

Companhia de Jesus."

Entretanto, para a Metrópole portuguesa, eram considerados cursos superiores somente aqueles ministrados pelas Universidades européias, em particular a de Coimbra, destacando-se os cursos de teologia, direito e medicina, com acesso apenas aos luso-brasileiros privilegiados.

Não obstante a alfabetização dos filhos dos índios e portugueses, a política educacional dos jesuítas termina sendo voltada, principalmente, para as elites, sob a égide de uma educação "clássica, humanística, (...) acadêmica e abstrata" (BEAULIEU, 1966:34), completamente desvinculada dos reais problemas que emergiam.

Ratificando essa afirmação, RIBEIRO (1979:32) acrescenta que essa elite acabava por rejeitar "a maioria da população que era escrava e iletrada", e a alimentar a idéia de que

"o mundo civilizado estava lá fora e servia de modelo (...) contribuindo para a manutenção deste traço de dominação externa e não para a sua superação" (grifo da autora).

Era nesse cenário que se preparavam os futuros dirigentes da administração colonial local como, também, os futuros educadores da própria ordem jesuíta.

Permeando esse panorama, atente-se para a decisiva influência da Igreja Católica, cuja hegemonia na sociedade civil se estendia, de certa forma, à sociedade política, através da "educação", veículo "de divulgação e inculcação do cristianismo e da cultura européia, ou seja, da ideologia dos colonizadores" (FREITAG, 1980:47,48).

Todavia, no ano de 1759, numa atitude liderada pelo Marquês de Pombal, o qual, sob a influência do iluminismo, afirmava que "o sistema educacional deveria servir ao Estado e não à Fé", os jesuítas foram expulsos de Portugal e, conseqüentemente, do Brasil e de outras colônias portu

guesas.

Subjacente a esse contexto, compreenda-se que um dos principais objetivos do futuro Marquês de Pombal, quando fora nomeado ministro do rei de Portugal, em 1750, era o de devolver, à Metrópole portuguesa, a hegemonia econômica perdida para a Inglaterra, cuja ascensão industrial se processava a largos passos.

Com a expulsão dos jesuítas, a estrutura educacional até então desenvolvida no Brasil, sofreu uma paralização temporária. Os jesuítas tiveram seus bens confiscados e todas as suas escolas foram fechadas (AZEVEDO, 1964:539).

Negligenciando os problemas e necessidades da Colônia, a reforma educacional idealizada por Pombal, visava, em primeiro lugar, a situação da Metrópole. Deste modo, as medidas "modernizadoras" adotadas não se coadunavam com a situação real do Brasil daquela época.

A partir daí, foram criadas as primeiras escolas isoladas, denominadas "Escolas e Aulas Régias", de latim, grego e retórica, que, no dizer de BEAULIEU (1966-36):

"eram insignificantes em número, em qualidade e em resultados. Funcionaram mal, com professores inaptos, na sua esmagadora maioria, sem currículo regular, com lições apenas de uma ou outra disciplina avulsa."

Além do desinteresse da Metrópole em proporcionar, à sua Colônia, um sistema educacional eficiente, segundo CALMON (1935:130), a tentativa de secularização do ensino em substituição ao modelo jesuíta, "fracassou completamente."

Com o fechamento dos colégios jesuítas, inicia-se a criação de cursos considerados superiores, estruturados no Rio de Janeiro e em Olinda.

O do Rio de Janeiro, criado em 1776 pelos frades franciscanos no Convento de Santo Antônio, considerado uma faculdade, "organizada conforme a Universidade de Coimbra, já nos moldes da reforma pombalina" (CUNHA, 1980: 53); o de Olinda, iniciado em 1798, ministrado no antigo Seminário dos Jesuítas, "onde são introduzidas física, química, mineralogia, botânica, matemática, cronologia, desenho e grego." A influência francesa nas referidas disciplinas e nos cursos avulsos ministrados ao longo dos principais pontos da Colônia, serviria de base para a nova estrutura de Ensino Superior implantada no Brasil, a partir de 1808, com a chegada da Família Real.

Posteriormente, mesmo com a transplantação de outros paradigmas, o modelo francês prevaleceria por muito tempo ainda.

2.3. No Império

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil concretiza não somente a início do Ensino Superior considerado, pela maioria dos historiadores da educação brasileira, como daria ensejo ao movimento que culminaria com a independência política da antiga Colônia.

Todavia, não obstante a condição de sede da Monarquia, a partir de 1808 o Brasil vê surgirem apenas algumas escolas superiores, de caráter profissionalizante, "criadas e organizadas como serviço público, mantido e controlado pelo governo", cujo objetivo principal era a preparação de pessoal necessário ao desempenho das diferentes funções na Corte. Nesse sentido, destacam-se a criação, entre 1808 e 1810, da Academia dos Guardas-Marinhas, mais tarde Escola Naval, Academia Real Militar, transformada, posteriormente, na Escola Central, depois desmembrada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e na Escola Militar, em consequência do currículo

lo destinado à formação de engenheiros civis e oficiais para o exército; as "aulas" de Anatomia e Cirurgia, resultando nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e os cursos jurídicos criados em 1827, em Olinda e São Paulo, dando lugar às futuras Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, respectivamente (GASPAR RUAS, 1981:127).

Nesse contexto, o Ensino Superior, inspirado no modelo francês, é ministrado em escolas isoladas, dentro do espírito da campanha anti-universitária desencadeada na Europa. Segundo PALHARES (1979:48), esse tipo de ensino

"não surge como força propulsora do desenvolvimento cultural e da população em geral: é elitista, visando, principalmente, à formação de profissionais liberais."

Contudo, RIBEIRO (1979:45) pondera que

"tais criações se revestiam de um caráter bastante positivo: o de terem surgido de necessidades reais do Brasil, coisa que pela primeira vez ocorria, embora essas necessidades ainda tenham sido em função de ser o Brasil sede do reino. Isto representa uma ruptura com o ensino jesuítico colonial, embora que em muitos aspectos o ensino ainda seguia padrões mais literários que científicos."

Deste modo, a influência do modelo francês nas escolas superiores criadas a partir de 1808, processa-se através da elaboração de seus currículos, dos livros adotados e dos professores mandados buscar para ministrar educação aos jovens brasileiros.

Essa transplantação pode ser verificada, por exemplo, através da criação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875, inspirada na Escola de

Minas de Saint Etienne, vinculada, por muitos anos, à Escola de Minas, ao Museu e à Academia de Ciências de Paris, delas recebendo "professores, livros, coleções geológicas e técnicas pedagógicas"; dos estatutos dos cursos jurídicos, criados em 1827 e depois transformados em faculdades, cuja importância do "conhecimento da língua francesa pelos alunos", era ressaltada, e dos currículos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, reformados a pedido da então recém-criada (1830) Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, "organizada segundo o modelo existente em Paris." (CUNHA, 1980:124,125).

No campo das Artes, notadamente Arquitetura e Belas Artes, ressalte-se a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816 - iniciativa de D. João VI - e, com ela, a criação da Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil (1820), posteriormente denominada Escola de Belas Artes, cuja influência se faz sentir nas iniciativas culturais predominantes no Brasil do século XIX.

A esse respeito, BITTENCOURT e FERNANDES (1967:53) acrescentam:

"É bem verdade que, antes da chegada da Missão, artistas estrangeiros estiveram no Brasil, mas jamais formaram escola ou ensino organizado que fizessem criar raízes repertidoras de forma decisiva nas artes."

Durante todo o Império, os padrões do Ensino Superior não se alteraram. Os cursos isolados e estritamente profissionalizantes, calcados na literatura européia, "consumida por professores e alunos", é o quadro que prevalece.

A criação de uma universidade no Brasil - pleiteada desde os tempos da Colônia - continuaria sendo o tema mais polêmico, dividido agora entre duas correntes: os liberais, apregoando a importância de sua criação

ção, e os positivistas se opoⁿdo violentamente a tal id^eia. Os primeiros, não obstante reconhecerem a precariedade do ensino oferecido às classes menos favorecidas; os segundos, temendo a perda da liberdade imprimida ao ensino então vigente, ressaltando, também, a possível influência do catolicismo que o processo, "sob o controle direto do Imperador", provavelmente desencadearia.

Nesse clima, a Assembl^eia Geral Legislativa rejeitaria 42 projetos de criação de uma universidade no Brasil.

Para TEIXEIRA (1968:25), essa recusa teria suas origens na luta dos enciclopedistas contra a Universidade de Paris, cujas ideologias reacionárias influenciaram o posicionamento dos brasileiros que se opunham à criação de uma universidade.

Observa-se, nessa atitude, a importância atribuída às escolas especiais isoladas, em detrimento da universidade, considerada retrógrada, na concepção de muitos dirigentes do Estado, naquela época.

A respeito disso, CUNHA (1980:123) acrescenta:

"talvez a primeira e principal id^eia francesa adotada no ensino superior, desde a estada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, tenha sido a recusa da criação de uma universidade, fundando-se escolas isoladas."

No meio desse entrevero, o Imp^erio chegou ao fim e o impasse da criação de uma universidade no Brasil não foi resolvido.

2.4. Na Rep^ublica

Com a proclamação da Rep^ublica, em 1889, inicia-se um novo período da História brasileira, caracterizado pela hegemonia de uma sociedade senhorial, latifundiária, rural e monocultora, que se consolida e predomina

até a Revolução de 1930. Todavia, no final desse período verifica-se a crise da referida hegemonia latifundiária, principalmente a cafeicultora.

Não obstante as manifestações de "nacionalismo", os Estados Unidos da América passam a ser o modelo político inspirador da República que emerge. A Constituição brasileira de 1891 é "uma cópia mais ou menos fiel da americana", sem falar na bandeira, cujo modelo adotado é idêntico ao daquele país, diferente, apenas, nas cores. No plano econômico e das relações internacionais do Brasil, é visível a hegemonia norte-americana (BANDEIRA, 1978:134).

Nesse cenário, uma nova ideologia toma corpo, ou seja, a de que

"a americanização do Brasil significava, para os homens que assumiram o poder em 15 de Novembro de 1889, o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia. Era o mesmo ideal que, durante um século, todas as gerações de revolucionários agitaram. A República sintetizava-o. O Governo Provisório lançou-se, febrilmente, à tarefa de sintonizar o Brasil com o tempo" (BANDEIRA, 1978:133).

Esse período é assinalado por diversas manifestações de reforma nas várias instâncias da sociedade, porém de reformas cujos modelos importados não se coadunam com a realidade existente, fenômeno este observável até os dias atuais.

Com relação ao Ensino Superior, várias são as transformações ocorridas e três são as reformas oficiais que porteariam as suas atividades: Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma Rocha Vaz (1925).

Em decorrência dessas reformas, destacam-se os seguintes eventos:

- a) Criação da figura do "livre docente", inspirada no regime universitário alemão, mais tarde transformado em professor catedrático, escolhido por concurso;
- b) criação do Conselho Superior de Ensino, transformado posteriormente, no Departamento Nacional de Ensino;
- c) introdução dos exames vestibulares;
- d) equiparação das escolas particulares às oficiais;
- e) introdução da política de "numerus clausus";
- f) controle político-ideológico de estudantes e professores;
- g) obrigatoriedade de frequência às aulas.

Verificam-se, também, nesse período:

- a) Surgimento das primeiras escolas superiores livres não dependentes do Estado e empreendidas por particulares;
- b) considerável aumento do número de estabelecimentos de Ensino Superior;
- c) início de uma grande procura por ensino deste nível.

Um exemplo disso é que, no final do Império, as escolas superiores existentes estavam localizadas em apenas sete cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas (BA) e Pelotas (RS), e o número de estudantes chegava a dois mil e trezentos (RIBEIRO, 1978:90).

Durante a primeira República, esse quadro se multiplicou e, em 1915, constatava-se a existência de mais de 37 faculdades em diferentes localidades. O número de alunos "ultrapassava a 10 mil, chegando a 20 mil, em ordem de grandeza", ao final da Primeira República (CUNHA, 1980: 134).

É nessa época que o Brasil vê surgirem os primeiros estabelecimentos de Ensino Superior, com o nome de Universidade, reunindo, em torno de uma reitoria, antigas Escolas e Faculdades existentes. A primeira delas seria criada oficialmente em 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, mais tarde chamada Universidade do Brasil; a segunda, a de Minas Gerais, criada em 1927.

Saliente-se, contudo, que à revelia do poder central, haviam sido criadas a Universidade do Amazonas (1909), a Universidade de São Paulo (1911) e a Universidade do Paraná (1912). Entretanto, no dizer de CUNHA (1980:177), tiveram vida efêmera.

Neste contexto, a polêmica em torno da criação da universidade prosseguiria, e não foram poucas as críticas ao modelo adotado para a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, cujo título pomposo - Universidade - na opinião de muitos servia apenas para encobrir o que na realidade continuava sendo: um conglomerado de escolas isoladas, longe do papel de propulsores do desenvolvimento e transformadoras da sociedade.

A esse respeito, RIBEIRO (1978:79) enfatiza que

"ao copiar o modelo napoleônico, apenas re-
produzimos sua estrutura formal, sem nos
capacitarmos a criar uma universidade inte-
gradora da Nação."

A transplantação de modelos americanos e alemães começa a ganhar espaço no Ensino Superior brasileiro, principalmente os primeiros, sem, contudo, excluir a influência francesa através das escolas isoladas, que predominam, mesmo com o advento da chamada Universidade.

O modelo americano é implantado, inicialmente, através de escolas protestantes, algumas delas transformadas, mais tarde, em Estabelecimentos de Ensino Superior, como é o caso da Escola Superior de Agricultura

de Lavras (Minas Gerais, 1908), originária do Instituto Gammonn (DUARTE, 1968:36).

Segundo CUNHA (1980:156), outro paradigma americano dessa época é o da Escola de Engenharia do Mackenzie College, particular, criada pela missão presbiteriana, em São Paulo, em 1896, de acordo com o modelo didático da Union University, jurisdicionada à University of the States of New York. Seus diplomas eram reconhecidos pelo Conselho de Ensino Superior do Estado de Nova York, nos EUA. Havia, aqui, um fiscal deste Conselho. Somente em 1923, por uma lei do Congresso Nacional, os diplomas conferidos por essa Escola passaram a ter o mesmo valor jurídico dos expedidos pela Escola Politécnica.

BANDEIRA (1978:209), aponta também a criação, por Carlos Chagas, no Rio de Janeiro, em 1922, da Escola de Enfermagem Ana Nery, com o auxílio da Fundação Rockefeller,

"cabendo a Eton Parsons e doze professores norte-americanos a realização de seus primeiros cursos. As Fundações Ford e Rockefeller, com suas bolsas-de-estudo, ampliavam a influência dos Estados Unidos sobre a educação brasileira."

Por outro lado, seguindo o modelo didático das escolas de engenharia alemãs, destaca-se a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896 (por iniciativa particular e sem orientação religiosa), mais tarde transformada em Universidade do Rio Grande do Sul.

Seu patrimônio, doado pela Baronesa de Candiota, permitiu a contratação de 50 professores estrangeiros, principalmente alemães. A Escola era formada de 11 unidades distribuídas em institutos. Em 1928 contava com 1.220 alunos, nem todos frequentando cursos superiores, uma das pecu

liaridades inovadoras daquele estabelecimento de ensino. Foi também nessa Escola onde se fez, "pela primeira vez no Brasil, pesquisa tecnológica dentro do Ensino Superior" (CUNHA, 1980:191,192).

Voltando à presença norte-americana, saliente-se a vinda em 1920, de Mr. P.H. Rolfs, da Escola de Agricultura da Flórida, para instalar e dirigir a Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa, a pedido do Governo de Minas Gerais. (DUARTE, 1968:37).

Do mesmo modo, em 1929 o Instituto de Educação Internacional dos Estados Unidos propõe à Associação Brasileira de Educação, o intercâmbio entre professores dos dois países. Nesse sentido, são escolhidos 10 professores brasileiros, a serem contemplados com bolsas-de-estudo nos Estados Unidos, oferecidas àquela organização americana e custeadas com recursos da Fundação Carnegie. (DUARTE, 1968:37).

Nesse mesmo ano, por decisão de autoridades locais, realiza-se a missão de mestres de Minas Gerais, cujos componentes foram aos Estados Unidos receber cursos de aperfeiçoamento, enquanto professores suíços, franceses e belgas, eram contratados para treinar professores mineiros (DUARTE, 1968:37).

No cenário nacional, os reflexos da crise mundial de 1929 provocam mudanças estruturais no sistema econômico e político do Brasil, que vão caracterizar o modelo de substituição das importações, correspondente ao período de 1930 a 1945 - para muitos denominado "a Era de Vargas."

Decorrente da crise cafeeira provocada pela crise mundial, essas mudanças determinam uma reestruturação global no poder do Estado, concomitantemente na instância da sociedade política e na sociedade civil.

Inicia-se o fortalecimento da produção industrial no Brasil, dos bens de consumo anteriormente importados e, conseqüentemente, o enfraquecimento da classe dos latifundiários cafeicultores, cuja hegemonia econô

mica passa a ser dividida com outros grupos econômicos, principalmente os da nova burguesia "urbano-industrial."

Nesse panorama, Vargas assume o poder em 1930 e, em 1937, implanta o Estado Novo, com traços ditatoriais, onde a sociedade política se sobrepõe às áreas da sociedade civil, subordinando-as ao seu controle. "É o que ocorrerá também com as instituições de ensino." (FREITAG, 1980:50).

Durante esse período, o Ensino Superior é permeado por uma política educacional autoritária, apesar das várias tentativas de educadores como Fernando de Azevedo (Universidade de São Paulo), Anísio Teixeira (Universidade do Distrito Federal) e outros, de instituir uma política liberal no Ensino Superior daquela época.

Essa política educacional autoritária tem início já em 1931, sob o comando de Francisco Campos, líder parafacista e primeiro ministro da educação, o qual elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente por 30 anos (CUNHA, 1980:206).

Segundo FAVERO (1977:34), esse projeto está dividido em três decretos, todos assinados em 11.04.1931:

- a) Um geral, de número 19.851, relativo à organização das Universidades Brasileiras;
- b) outro, de número 19.852, que versa sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do Ensino Superior brasileiro;
- c) um terceiro, de número 19.850, que cria o Conselho Nacional de Educação e define suas funções.

Nesse contexto, tem grande repercussão "O Manifesto dos Pioneiros da Educação", elaborado em 1932, por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. Nos vários aspectos abordados pelo Manifesto, a educação

é tratada como um problema social, o que é considerado um avanço para a época.

Referindo-se ao Ensino Superior, o documento preconiza, entre outros aspectos, a diversificação e organização desse nível de ensino, segundo o sistema universitário, "em cursos para as carreiras liberais e para as profissões técnicas." Acrescenta, também, que a educação de nível superior "se organize segundo seus modernos objetivos, a saber: ensino, pesquisa e extensão" (ROMANELLI, 1982:149).

No bojo desses acontecimentos, os modelos e paradigmas estrangeiros continuam servindo de inspiração para o delineamento do Ensino Superior, como é o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, copiada do modelo alemão, e que serviu de base à Universidade de São Paulo, criada em 1934 (CUNHA, 1981:70).

Consta que os cursos dessa Faculdade foram inaugurados por professores estrangeiros contratados na França, Itália e Alemanha. Eram, ao todo, 13, dos quais 6 franceses, 4 italianos e 3 alemães (AZEVEDO, 1964 : 755).

Segundo AZEVEDO (1964:755), de 1934 a 1942 trabalharam na Universidade de São Paulo 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Neste último ano, havia 22 professores estrangeiros na universidade, 6 dos quais desde a sua criação.

Do mesmo modo, na Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, além dos professores brasileiros de renome que compunham o quadro daquela instituição, foi contratada, por Anísio Teixeira, "uma missão francesa", cujos professores também vieram lecionar naquela Universidade (AZEVEDO, 1964:755).

Enfatize-se que a Universidade de São Paulo e a Universidade do

Distrito Federal foram as duas experiências significativas de implantação de autênticas universidades. Contudo, a reação conservadora não permitiu a consolidação desses dois projetos: a Universidade do Distrito Federal foi absorvida pela Universidade do Brasil, em 1939, e a de São Paulo foi totalmente modificada em suas pretensões.

Saliente-se que muitos dos aspectos dessas duas experiências seriam retomados quase trinta anos depois, com a criação da Universidade de Brasília, esta, uma concepção mais próxima do que se deveria buscar, no Brasil, em matéria de Universidade: instituição integrada, orgânica e atuante.

Outro exemplo da importação de paradigmas estrangeiros verifica-se também em 1935, quando o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema convocou o arquiteto italiano Marcello Peacentini, idealizador do plano da Universidade de Roma, para elaborar o planejamento da cidade universitária da Universidade do Rio de Janeiro. O projeto aprovado desse arquiteto era "um bom exemplo da arquitetura fascista." Entretanto, "a queda do Estado Novo, em 1945, fez mudar os planos da construção da cidade universitária, não só de lugar" - Quinta da Boa Vista - "como também de estilo arquitetônico" (CUNHA, 1980:269).

Retomando o modelo norte-americano, é a partir de 1930 que cada vez mais se acentua o interesse pelo sistema de ensino dos Estados Unidos e pelo pragmatismo educacional de John Dewey. "Descentralização administrativa", "articulação entre várias modalidades de curso" e "flexibilidade maior dos currículos", passam a ser expressões bastante utilizadas nos círculos especializados.

Nesse sentido, DUARTE (1968:37), enfatiza que

"as idéias reformistas seduzem toda uma ge

ração de educadores (...) que não podiam deixar de fascinar-se com os aspectos singulares da expansão escolar. Inanque: a oferta de oportunidade de estudo numa escala inusitada, o papel de destaque atribuído aos educandos, a participação da comunidade na direção da escola, o emprego permanente da experimentação pedagógica, a valorização da escola como peça básica da sociedade."

O mesmo autor salienta que essa divulgação foi fomentada por muitos educadores brasileiros que na década de 20 "tiveram em universidades norte-americanas a parte mais decisiva de sua formação", destacando-se Anísio Teixeira, Gustavo Lessa, Lourenço Filho, entre outros (DUARTE, 1968:37).

Acrescenta, também, que em 1930 o Instituto de Educação Internacional, representando universidades americanas, firma convênio com a Universidade do Rio de Janeiro, "através do qual mestres dos Estados Unidos teriam cursos de férias no Brasil." Por sua vez, em 1939 a missão de estudos da Universidade de Pensilvânia ministra cursos sobre os Estados Unidos para brasileiros e recebe aulas sobre o Brasil, de professores daqui (DUARTE, 1968:37,38).

Contudo, não obstante essa influência no sistema de instrução formal, o referido autor assegura que ela se exerceu muito mais nas idéias dos educadores envolvidos nesse contexto do que na realidade escolar brasileira,

"ainda hoje presa a formas arcaicas de atuação docente, ao sistema tradicional de aulas de preleção, ao caráter meramente prope-
dêutico do ensino, à falta de liames entre a escola e a comunidade, ao despreço por

trabalhos e tarefas discentes criadoras; em fim, presa a uma concepção passadista de educação." (DUARTE, 1968:38).

Conquanto verdadeira esta afirmação, ressalte-se o caráter inovador de algumas instituições de Ensino Superior como, por exemplo, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, inspirado no Massachusetts Institute of Technology, dos Estados Unidos, e em funcionamento a partir de 1947 podendo-se destacar, dentre as "inovações acadêmicas" que "lhe deram forma": a escolha de professores pela congregação "através do exame de seus currículos" e contrato dos mesmos pela legislação trabalhista, "a qual possibilitava o seu desligamento se eles não correspondessem às expectativas quanto à capacidade e eficiência"; a organização departamental, dedicação exclusiva dos professores e alunos ao ensino e à pesquisa, flexibilidade curricular, "promoção do autogoverno e da autodisciplina, tornando a cola um expediente raro"; "estímulo à investigação e à pesquisa (...), visando formar novos docentes" (CUNHA, 1983:153,154,155) (grifo do autor)

Outro exemplo pode ser buscado na criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, vinculada à USP, e em funcionamento a partir de 1952, que no dizer de CUNHA (1983:167)

"veio a ser a mais moderna escola brasileira de medicina, incorporando inovações correntes em outros países, principalmente nos EUA, mas distantes do tradicionalismo do nosso ensino médico."

Dentre as modificações "altamente significativas" introduzidas na referida faculdade, destacam-se: o regime de tempo integral para todos os professores, inclusive os das clínicas, "fato inédito nas escolas da área", introdução de disciplinas inéditas no ensino médico do País, tais

como "medicina preventiva, psicologia médica e medicina do trabalho", prática do ensino, em laboratórios, ambulatórios e hospitais (CUNHA, 1983: 167,168).

Para dar suporte a essas características inovadoras, registre-se o apoio financeiro da Fundação Rockefeller, "na doação de equipamentos e na concessão de recursos para aperfeiçoamento de professores nos EUA e de lá trazer professores visitantes" (CUNHA, 1983:168).

No contexto governamental, compreenda-se que, a partir de 1945, o Brasil se liga definitivamente aos Estados Unidos, único país capitalista que se encontrava em condições de sobrevivência após a Segunda Guerra Mundial. Começa, então, com maior agressividade, a irrecuável penetração capitalista norte-americana no Brasil, exercendo sua influência em quase todos os setores vitais do País e, conseqüentemente, sobre a educação.

É neste cenário que a economia brasileira do período pós-Vargas estendendo-se até 1964, caracteriza-se pela aceleração e diversificação do processo de substituição de importações.

No panorama político, emerge o Estado Populista-Desenvolvimentista, manifestando-se contra as antigas oligarquias, contando, para tanto, com o apoio do empresariado nacional e o apoio tácito das classes populares que almejam participar do cenário econômico e político do País.

Esse é um período de grandes tensões e instabilidades em quase todos os setores da vida nacional, geradas, principalmente, pelas facções políticas que, de um lado, representam tendência populista e, de outro, tendência antipopulista (FREITAG, 1980:55).

O reflexo dessa situação ambivalente se faz sentir na política educacional, através da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacio

nal que, ao longo de uma trajetória de treze anos, iniciada em 1948, somente será sancionada em 1961.

Concomitantemente à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/61) é criada a Universidade de Brasília (Lei nº 3.998/61), inspirada no modelo norte-americano, surgindo como um projeto orgânico de uma instituição integrada, considerando como da maior relevância a substituição da estrutura tradicional - faculdades isoladas, com cátedras autárquicas e duplicadoras - por uma estrutura tripartida e integrada, composta por (UNB, 1962:24,30):

- a) Institutos centrais de ensino e pesquisa
- b) Faculdades responsáveis pela formação profissional
- c) Órgãos complementares destinados a "funcionar supletivamente como centros de extensão para a cidade e para o País."

Ênfase especial é dada à formação de cientistas e humanistas a nível de graduação e pós-graduação, bem como se objetiva a extinção da cátedra e a criação do Departamento como unidade universitária.

Todavia, em decorrência de pressões do próprio meio e pelas mudanças políticas ocorridas no País a partir de 1964, a Universidade de Brasília não conseguiu ser implantada como fora pensada por seus idealizadores. Saliente-se, contudo, que muitos dos aspectos enfatizados no projeto dessa Universidade foram retomados alguns anos depois, na Reforma Universitária de 1968.

Surgem outras universidades sem nenhuma função integradora, e as escolas isoladas, cuja existência reconhecida como transitória na Reforma Francisco Campos, torna-se regra comum e se expande de forma surpreendente.

A partir de 1964, sob a ideologia da segurança e do desenvolvimento

to, torna-se mais acentuada a presença norte-americana no Ensino Superior brasileiro, o que será motivo de veementes críticas por parte da comunidade universitária e de outros segmentos da sociedade, atingindo seu ponto máximo por ocasião dos acordos de educação celebrados com a USAID, órgão do Departamento de Estado criado pelo Presidente Kennedy, em 1961.

Esclareça-se, contudo, que na década de cinquenta vários acordos foram assinados entre os governos dos EUA e do Brasil, com o objetivo de promover a cooperação cultural entre os dois países, podendo-se destacar: o Convênio Cultural de 17 de outubro de 1950, o Acordo Geral, de 19 de dezembro de 1950 e o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953 (VIEIRA, 1982:27).

Abrindo aqui um parêntese, registre-se que, além da ação da USAID, outras organizações se fizeram presentes no Ensino Superior brasileiro dessa época, podendo-se destacar a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford mencionadas anteriormente, bem como a Comissão Fulbright. As primeiras, sem fins lucrativos, atuando em assistência técnica sob as mais variadas formas: agricultura, educação, treinamento pós-universitário, pesquisas, administração pública e ciências básicas; a segunda, no intercâmbio no campo da educação, através da concessão de bolsas-de-estudo a pesquisadores, universitários recém-formados e professores de todos os níveis, brasileiros e americanos (DUARTE, 1968:40).

Permeando esse estado de coisas, há que se ter em mente a nova fase que se descortina no panorama nacional, sob a égide do processo de "internacionalização do mercado" interno, originado no período anterior. Para a consolidação desse novo período, torna-se fundamental a reorganização da produção industrial, assegurando-se, contudo, internamente, a produção dos setores dinâmicos da economia moderna: a indústria química, eletrônica e automobilística (FREITAG, 1980:75). É a "fase de industrialização com he

gemonia dos consórcios internacionais (FURTADO, 1972:68) exigindo, das forças antagonicas fomentadas pela radicalização das posições de direita e esquerda, uma redefinição dos rumos do desenvolvimento.

No dizer de FREITAG (1980:76), mais uma vez a situação econômica exige "a reorganização da sociedade política e da sociedade civil", só que agora, com a ascensão das forças armadas no comando do poder central.

É nesse contexto que a política educacional passará a ser controlada cada vez mais pelo Estado, através da legislação e como parte integrante do planejamento econômico global, no bojo de seus planos trienais, quinquenais ou decenais.

Por sua vez, a Reforma Universitária, baseada no modelo norte-americano, destaca-se como um dos principais e mais discutidos acontecimentos verificados nesse período, ao lado dos acordos MEC-USAID.

Paralelamente à tomada de consciência que ocorre dentro da própria organização universitária - necessidade de uma revisão urgente no que concerne aos fins, aos meios, à estrutura física, à administração da relação professor/aluno - verifica-se, a partir de 1965, a chamada explosão numérica a congestionar a limitada capacidade do sistema, fazendo com que, em 1968, o País vivesse momentos de tensão, com a "crise dos excedentes", que eclodiu nos maiores centros universitários do País e rapidamente se transformou em movimento nacional (VAHL, 1980:18).

No bojo desses acontecimentos, as discussões e reivindicações estudantis tornam-se cada vez mais candentes e passam a girar, sobretudo, em torno da revogação do acordo MEC-USAID e da Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de 09.11.1964).

E o que eram, realmente, esses acordos MEC-USAID? Quantos eles eram? De quanto era a ajuda financeira e de onde provinha? Em que fatos se baseavam os estudantes e os intelectuais, para moverem tão acirradas críti

cas aos referidos acordos? Quais as vantagens e desvantagens trazidas por eles?

Falar dos citados acordos, abordando todas estas indagações, é tarefa que não compete a um esboço histórico, como é o caso deste capítulo, mesmo porque alguns estudiosos, entre eles FÁVERO (1977), ROMANELLI (1982) e ARAPIRACA (1982), já desenvolveram pesquisas sobre o assunto.

Todavia, a título de ilustração, enfatize-se que os acordos MEC-USAID se constituíram numa série de convênios firmados entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, sob a orientação da Agency for International Development (AID). Esses acordos tiveram início em 1964 e, através deles, a USAID atingiu toda a estrutura de ensino, qual seja: "a) Níveis: primário, médio e superior; b) Ramos: acadêmico e profissional (com ênfase no primeiro); c) Funcionamento: 1. reestruturação administrativa; 2. planejamento; 3, treinamento de pessoal docente e técnico; d) Controle do conteúdo geral do ensino, através do controle de publicações e distribuição de livros técnicos e didáticos." Entre os vários objetivos ditados pela AID, figurava o de reforçar o Ensino Superior, "com vista ao desenvolvimento nacional" (ROMANELLI, 1982:210,213).

Referindo-se especificamente a este nível de ensino, o primeiro acordo entre o MEC e a USAID foi firmado em 23.06.1965, tendo por finalidade:

"... o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema de ensino superior brasileiro ..." (ACORDO MEC-USAID, 1965).

Em 09.05.1967, foi assinado um outro acordo MEC-USAID, desta vez sob o título "Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior", visando, principalmente:

"... assessorar o trabalho da Diretoria nos seus esforços para atingir a expansão e aperfeiçoamento, a curto e a longo prazos, do sistema do ensino superior brasileiro, através do processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender as crescentes necessidades desse setor." (CONVÊNIO MEC-USAID, 1967).

Quanto ao número desses acordos, várias são as informações e controvérsias em torno do assunto.

DUARTE (1968:44) faz o seguinte comentário:

"Na área da educação, sabemos que a Divisão de Recursos Humanos da USAID celebrou pelo menos 7 acordos com o governo federal, e mais alguns com vários governos estaduais, especialmente no Nordeste, onde todas as Secretarias de Educação, do Maranhão à Bahia, mantêm acordos com a USAID, seja diretamente, seja em combinação com a SUDENE. Segundo uma fonte oficiosa (JORNAL DO BRASIL, em 30.4.1967) a USAID e o Ministério da Educação têm 20 acordos assinados, 15 de natureza educacional, 4 sobre ensinamentos técnico-agrícolas e 1 sobre publicação de livros."

Nessa mesma oportunidade, esse autor apresenta um quadro divulgado pela USAID, onde aparecem 7 convênios com o MEC, entre eles dois referentes ao Ensino Superior. Esses convênios têm vigência que varia de 1965 a 1967 (DUARTE, 1968:46,47).

Saliente-se que em 1974 o MEC ainda firmaria um Convênio de assis

tência técnica e financeira com o governo norte-americano, através da USAID, para a "promoção do desenvolvimento das ciências agrárias" (MEC - SESu-UCAP, 1980:5).

No que concerne aos recursos financeiros, oficialmente provenientes dos Estados Unidos para os programas de ajuda, DUARTE (1968:52, 53), diz o seguinte:

"O Diretor da USAID no Brasil afiançou que de 1.7.65 até 30.6.67 - portanto num período de 2 anos - a ajuda financeira norte-americana canalizada para o Brasil ascendeu a mais de 3 bilhões e 200 milhões de dólares, entre despesas efetuadas e averbações autorizadas, provindo tais recursos da própria USAID, do Programa Alimentos para a Paz, do Fundo Fiduciário do Progresso Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do EXIMBANK, do Tesouro Americano e de outros programas de ajuda econômica dos Estados Unidos destinados, em sua maior parte, a programas de natureza habitacional, educação, instalações de sistemas de abastecimento de água, obras de saneamento e programas destinados a modernizar a estrutura agropecuária e incentivar a produção de alimentos."

Inúmeras eram as críticas e acerbadadas as discussões a respeito desses acordos. Todavia, as mais severas se referiam "à declaração de incompetência por parte do Brasil, em aceitar tal situação, assim como ao atestado de dependência cultural" (FÁVERO, 1977:59) (grifo da autora).

Eram manifestações de repúdio ao argumento de quantos afirmavam que o Ensino Superior num país "insuficientemente desenvolvido" como o Brasil, "teria de ser conduzido pelo sistema norte-americano."

Conquanto mesmo não se opondo aos referidos acordos, o próprio Conselho Federal de Educação ponderava que a ajuda externa "deveria provir simultaneamente de vários países."

Os que eram favoráveis aos acordos, apontavam a conveniência de se aproveitar uma assistência técnica de "alto nível", pois achavam que "somente técnicos brasileiros não seriam capazes de realizar, a contento, tal tarefa" (FÁVERO, 1977:59), ou seja, a reestruturação do Ensino Superior.

Todavia, compreenda-se que no exame da questão não estava em causa a cooperação internacional no domínio científico ou técnico, mas a "natureza" dessa cooperação.

Nesse sentido, DUARTE (1968:52), é enfático quando diz:

"Repudiar o intercâmbio científico representa, sem dúvida, um ato de provincianismo ou xenofobia, incompatível com uma postura científica; aceitá-la passivamente, porém, sem o exame de cada situação concreta, constitui um ato de ingenuidade ou desperdício."

Pode-se afirmar que a década de sessenta representou o auge dos debates e propostas de reestruturação do Ensino Superior no Brasil.

Antecedendo o projeto de Reforma Universitária do Governo, algumas proposições vinham sendo apresentadas. Entre estas, destacam-se: o Plano Orientador para a estruturação da Universidade de Brasília, as propostas de reforma debatidas nos seminários da UNE, a participação estrangeira da USAID e o Relatório Meira Matos (Comissão Especial para Assuntos Estudantis).

Ao comentar sobre as diferenças que obviamente existiam entre as diversas propostas então formuladas, VIEIRA (1982:17) afirma:

"Existiam diferenças óbvias, por exemplo, entre o projeto de reforma defendido pelos estudantes e o pretendido pelo Relatório Meira Matos. Havia, assim, diferentes projetos de Universidade sendo buscados, que variariam de acordo com as expectativas próprias de seus defensores -uns dariam maior ênfase à necessidade de imprimir uma dimensão mais democrática à reforma, outros enfatizariam os seus aspectos técnicos, outros teriam em mente a reorganização de seus quadros etc."

O Plano Orientador da Universidade de Brasília, por exemplo, previa uma universidade estruturada em bases mais flexíveis, na perspectiva de consolidar a interdependência entre o desenvolvimento e a organização do Ensino Superior, assegurando, contudo, a independência no plano científico e cultural.

Por sua vez, as questões levantadas pelos estudantes da UNE nos vários encontros e seminários realizadas entre 1961 e 1963, em diversos pontos do País, enfatizavam os seguintes aspectos (VIEIRA, 1982:21,22):

- a) situavam "a problemática da universidade no contexto mais amplo da sociedade";
- b) "viam a luta pela reforma universitária como um dos aspectos das transformações mais profundas que deveriam se processar no país";
- c) debatiam "as grandes questões nacionais", além do tema básico da reforma do Ensino Superior."

Contidos no Plano de Ação da UNE para o exercício de 1966-67, aprovado em 27 de agosto de 1966, no 28º Congresso Nacional dos Estudantes,

novos temas sobre o Ensino Superior foram acrescentados às reivindicações estudantis, podendo-se destacar: "a reforma universitária", "a revogação do acordo MEC-USAID", "a revogação da Lei Suplicy" - de acordo com essa Lei, a UNE deveria ser substituída por um Diretório Nacional de Estudantes e as Uniões Estaduais, pelos Diretórios Estaduais (VIEIRA, 1982: 25).

No que tange à presença estrangeira no processo da Reforma Universitária, através dos acordos MEC-USAID, há que se destacar o documento denominado "Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira", de autoria de Rudolph Atcon - membro da AID - publicado pelo MEC, em 1966, cujo documento, numa visão muito pessoal do autor sobre os problemas que afligiam o Ensino Superior, apresenta as diretrizes que, no seu entender, deveriam servir de base para o ajustamento desse nível de ensino às necessidades de desenvolvimento do País. Este estudo ficou mais conhecido nos meios universitários como o Plano Atcon ou Relatório Atcon.

Neste documento, ATCON levanta várias questões sobre a problemática universitária, destacando, por exemplo, o papel dos educadores no contexto da sociedade, chegando a lhes imputar a responsabilidade pelos problemas educacionais. Nesse sentido, ele argumentava (ATCON, 1966:11):

"O realmente triste é que, até agora, os educadores não tenham conseguido impor à sociedade o seu ponto de vista. Não surgiram em nosso século, organismos e pensadores educacionais com uma clara compreensão do problema em conjunto e com a suficiente convicção do papel essencial, vital mesmo que a eles cabe e deve caber na solução desta gama de problemas que se vinculam ao desenvolvimento integral da comunidade."

Todavia, analisando esta colocação do autor, VIEIRA (1982:31) chama a atenção para a visão parcial e distorcida do problema, mostrando que "via de regra, não são os educadores que formulam as diretrizes educacionais de um país."

Reforçando o seu argumento, ATCON acrescentava a importância do planejamento, deixando transparecer, segundo VIEIRA (1982:31), "uma crença de que a realidade não muda porque faltam bons planos e planejadores."

Dentre outras medidas, ATCON sugeria, também, a criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, "o lugar mais lógico para empreender (...) o planejamento integral do ensino superior ..."; criação dos Departamentos e eliminação da cátedra; inovação quanto à "flexibilidade estrutural e diversificação docente, dentro de um critério de máxima integração e economia"; criação de unidades de estudos básicos, chamadas Centros Universitários de Estudos Gerais; implantação de tempo integral dos professores; ampliação e diversificação dos cursos profissionais; novas atividades acadêmicas e científicas; ênfase à qualidade e ampliação da quantidade; criação de cursos básicos de estudos fundamentais gerais (ATCON, 1966:14 a 17).

Num outro trabalho concluído em 1968, publicado pelo MEC/PREMESU, em 1974, sob o título "Administração Integral Universitária - uma Teoria Unificada da Estruturação e Administração Universitária", ATCON (1974: 13) conceitua reforma (universitária) assim:

"por 'reforma' deveríamos entender uma 'integral' reestruturação e reorganização institucional, ou seja, mudanças radicais - que

vão à raiz da problemática e não aos extremos - nos aspectos institucionais, que são intrínsecos à organização geral que a universidade deseja adotar para sua totalidade. Se é menos, resulta em meras 'mudanças', que toda instituição deve cultivar assídua e continuamente, sem a necessidade de recorrer à tão abusada palavra 'reforma'. Mas uma reforma integral compreende o estrutural, administrativo e acadêmico-científico, por realizar-se na ordem enumerada, ainda quando em forma interdependente (grifos da autora).

Todavia, criticando a visão apolítica de ATCON sobre a missão da Universidade, ROMANELLI (1982:211) enfatiza que:

"(...) segundo sua concepção, não cabe à Universidade nenhuma ação inovadora, revolucionária, mas tão somente modernizadora, acomodatória, vale dizer, conservadora. Essa é a sua missão."

Reforçando esse pensamento apolítico, ATCON (1974:8) diz:

"A 'política' não tem nada que ver com a reforma estrutural e administrativa da universidade, assuntos estes que são técnicos da pesquisa educacional ou sociológica e não matéria inflamável para alimentar a demagogia."

Nesse sentido, a educação, a extensão, a pesquisa e o civismo são para ATCON, as metas gerais da universidade, com ênfase acentuada no civismo (grifo da autora).

Além dos trabalhos acima mencionados, ATCON elaborou mais dois es

tudos: um encomendado pela PUC-RJ, outro encomendado pela Universidade Federal do Espírito Santo. Portanto, quatro foram os estudos realizados por ele entre 1965 e 1968.

Ainda no sentido de comprovar a presença estrangeira nas proposições que antecederam a Reforma Universitária do Governo, registre-se a criação do grupo encarregado de realizar os estudos previstos pelo Convênio MEC-USAID de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior, assinado em 9 de maio de 1967 - em substituição ao anterior, assinado em junho de 1965.

Esta comissão, denominada Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), deveria ser composta de "pelo menos quatro educadores de alto nível", que seriam assessorados por "pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional", estes últimos norte-americanos (CONVÊNIO MEC-USAID, 1967). A citada equipe deveria trabalhar junto à Diretoria de Ensino Superior (DESu) do MEC.

Em maio de 1968, os assessores norte-americanos que integravam a referida equipe de trabalho apresentaram seu relatório final, publicado pelo MEC, em 1969.

Referindo-se a essa publicação, VIEIRA (1982:29) salienta a existência de uma nota explicativa na apresentação da mesma, cujo teor é o seguinte:

"do relatório (...) foi, antecipadamente, dada ciência ao Grupo de Reforma Universitária, criado por Decreto de nº 62.937, de 2 de julho de 68; e posteriormente, muitas das sugestões nele contidas se transformaram em decisões do Governo, vivamente empenhado na Reforma do Ensino Superior no Brasil."

O Relatório da EAPES considerava dois pontos fundamentais na condução da reforma: "o princípio da autonomia universitária e a faculdade normativa do Conselho Federal de Educação nos assuntos de sua competência" (BRASIL-MEC, 1969:183). Dos principais assuntos abordados pelo Relatório da EAPES, pode-se destacar: autonomia e heterogeneidade educacional, aumento da capacidade de matrícula no Ensino Superior, organização departamental e carreira docente, instituição de cursos de pós-graduação, estabelecimento de uma política de incentivo ao ensino e à pesquisa científica, envolvendo o Estado-Universidade-Empresa, intensificação dos programas de extensão universitária e de atualização de conhecimentos, comissão permanente de assessoramento, entre outros.

Comentando sobre a influência que as recomendações e conclusões dos estudos empreendidos pela EAPES exerceriam sobre a reforma de 1968, VIEIRA (1982:30) chega à seguinte conclusão:

"Pelo encaminhamento que foi dado ao projeto da reforma de 1968, é de se supor que, de fato, do ponto de vista conceitual, os objetivos dos acordos já tivessem sido atingidos, uma vez que o Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária incorporou a maioria de suas preocupações."

Todavia, ao estudar o trinômio "desenvolvimento, segurança e modernização", em seu trabalho "A Universidade Crítica" (Capítulo V), CUNHA (1983:204,205) rebate a questão acima, quando diz:

"O exposto neste capítulo permite desmistificar uma idéia errônea acerca da modernização do ensino superior brasileiro, a de que ela teria se processado depois das mu

danças políticas de 1964, por influência direta dos convênios MEC-USAID. Na verdade, quando esses convênios foram integrados, no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita. Assim, quando os assessores norte-americanos vieram, em 1967, para compor a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, não precisaram de muitos esforços para despertar o consenso que tinha sido produzido, entre os universitários, pelos porta-vozes do desenvolvimento."

No rol das proposições que antecederiam a reforma de 1968, destaca-se, também, o Relatório da Comissão Especial de Assuntos Estudantis, mais conhecido por Relatório Meira Matos, em homenagem ao general presidente da Comissão Especial, instituída pelo Decreto-Lei nº 62.024, de 29.12.1967.

Entre as várias medidas sugeridas a curto prazo, como, por exemplo, a necessidade de resolver o problema dos "excedentes", o Relatório identificava nove aspectos considerados os "pontos críticos" que não se coadunavam com as aspirações estudantis e que, segundo ele, caso eliminados, levariam à solução dos problemas educacionais brasileiros. Resumidamente, estes pontos eram os seguintes (RELATÓRIO MEIRA MATOS, 1968:255 a 280):

- 1) "Inadequabilidade Estrutural do MEC";
- 2) "Crise de autoridade no sistema educacional";
- 3) "Insuficiência da remuneração atribuída aos professores, gerando deturpações de toda ordem no exercício da profissão, parti

cularmente no tocante aos professores das escolas superiores federais";

- 4) "Conceito equívoco e injustificável do que seja liberdade de cátedra";
- 5) "Ausência de uma política visando ao atendimento de uma maior demanda anual de vagas nas escolas";
- 6) "Implantação lenta e desordenada da reforma universitária, sem uma visão objetiva da necessidade de reduzir currículos, assim como também diminuir a duração da formação profissional";
- 7) "Inexistência de uma liderança estudantil democrática autêntica e combativa, consciente de suas responsabilidades para com o País";
- 8) "Insatisfações estudantis em face da legislação sobre as entidades gremiais e, também, pelos abusos cometidos em virtude de deficiências do sistema de proteção e assistência ao estudante";
- 9) "Ausência de fiscalização da aplicação das verbas públicas no setor educacional e de esforços, no sentido de serem encontradas novas fontes de financiamento da educação".

Embora expostos aqui resumidamente, os "pontos críticos" do Relatório Meira Matos, deixam transparecer uma "duplicidade de influências ideológicas" - tecnocracia e autoritarismo - que, segundo ROMANELLI (1982 :222)

"objetiva-se na presença alternante, ora da mentalidade empresarial que orienta toda a implantação do modelo econômico então

vigente, ora da estrutura de poder implantada pelas Forças Armadas. Ambas se completam porque a vigência do modelo supõe uma série de remodelações de ordem administrativa e a remoção de uma série de obstáculos de ordem política que só o regime forte e centralizador pode conseguir no momento. Por outro lado, este último precisa, para ter um mínimo de viabilidade, de um conteúdo que o alimente e esse conteúdo é proposto pela ideologia do desenvolvimento de que a tecnocracia é portadora."

Ao lado dos estudos solicitados pelo governo federal, consubstanciados no Relatório da EAPES, no Relatório ATCON e no Relatório Meira Matos, foram publicados dois instrumentos legais que fixavam "princípios e normas de organização para as universidades federais": O Decreto-Lei nº 53, de 18.11.1966, e o Decreto-Lei nº 252, de 28.02.1967.

Consolidando definitivamente o interesse governamental na reforma universitária, foi instituído no MEC, através do Decreto nº 62.397, de 2 de julho de 1968,

"um grupo de trabalho, com 11 (onze) membros designados pelo Presidente da República, para estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país" (Art. 1º).

Ao citado grupo de trabalho foi concedido um prazo de 30 (trinta) dias para concluir seus estudos e projetos. Os resultados deste trabalho foram apresentados num relatório, denominado "Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária."

Nesse Relatório, um dos pressupostos básicos apresentados pelo Grupo de Trabalho ao definir suas atribuições, era o de

"propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade." (BRASIL - MEC, 1968).

Ao analisar criticamente o Ensino Superior existente, na busca do que deveria ser a nova universidade, o Relatório do Grupo de Trabalho aponta uma série de problemas nas instituições deste nível de ensino, salientando-se, por exemplo, os seguintes aspectos (BRASIL-MEC, 1968):

"Organizada à base das faculdades tradicionais, a Universidade, apesar de certos progressos, em substância ainda se revela inadequada para atender as necessidades do processo de desenvolvimento (...). A Universidade, em seu conjunto, revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna, inadequada para criar o 'Know-how' indispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente, porque não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira."

A partir desta e de outras considerações, o Grupo de Trabalho procurou definir a universidade que solucionaria os problemas do Ensino Superior no País. Esta universidade apresentaria duas dimensões principais: uma, humanista e, outra, desenvolvimentista ou tecnicista. No entanto, em alguns momentos elas se confundem, como demonstra essa afirmação de VIEIRA (1982:144):

"Nesta perspectiva, a universidade se realiza na complexidade de suas funções, integrando o saber em suas várias formas, operando a síntese da praxis e da teoria, e não apenas atuando como instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem."

Além dessas dimensões, o Relatório analisou as metas básicas que deveriam nortear o projeto da reforma, ou seja: racionalização - implícita na ênfase conferida ao aspecto técnico da reforma - expansão, flexibilidade, integração e autonomia.

No que seria a estrutura do projeto da reforma, o Relatório do Grupo de Trabalho focalizou a atenção nos seguintes temas: a estrutura do poder, a estrutura organizacional, e a estrutura acadêmica previstas para a nova universidade, ou melhor, denominadas, por VIEIRA (1982:83) - "gestão, organização e atividades-fim."

No tema referente à gestão é tratada, por exemplo, a questão da escolha dos dirigentes universitários, bem como a participação docente e discente nos órgãos e colegiados.

No que tange à organização, o Relatório endossa praticamente as orientações contidas nos decretos-leis nºs 53/66 e 252/67, já mencionados, podendo-se destacar o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Como atividades-fim, o Relatório do Grupo de Trabalho enfatiza o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que esta última não mereceu a mesma atenção dispensada às duas primeiras.

Finalmente, de posse de todo esse arcabouço teórico contido no bojo das várias proposições e sugestões acima relatadas, o governo federal oficializou a chamada Reforma Universitária, através da Lei nº 5.540, de

28 de novembro de 1968, que "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências."

Como não podia deixar de ser, o projeto da reforma de 1968 acaba incorporando muitas das sugestões apresentadas nas propostas acima comentadas. Nesse sentido, VIEIRA (1982:136,137) destaca as seguintes:

"do projeto da UnB a idéia de unidade entre ensino e pesquisa; os temas como autonomia, racionalização, flexibilidade e integração; o regime de fundação; a estrutura departamental; o regime de tempo integral para o corpo docente; a implantação da pós-graduação; e a atividade de extensão.

Do projeto dos estudantes a ênfase na autonomia e na flexibilidade; a idéia de extensão, como atividade cultural; o regime de autarquias e fundações como garantia da autonomia; a extinção da cátedra; o regime de tempo integral para os professores; a participação estudantil nos órgãos colegiados; e a não reeleição de reitores.

Do Relatório EAPES o princípio da autonomia; o reconhecimento da necessidade de ampliar a oferta de vagas; a revisão do problema dos exames vestibulares; a organização departamental e a reformulação da carreira docente; a redefinição do período letivo; o incentivo aos programas de extensão; a criação de um sistema de atendimento financeiro; e a instituição da pós-graduação.

Do Plano ATCON a defesa dos princípios de

autoridade, ordem, disciplina e cooperativismo; a dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; o caráter "apolítico" da reforma; a idéia dos estudos básicos; a ênfase no planejamento; a necessidade de estabelecer controles internos na organização universitária; e a exigência de reformular a política salarial do magistério.

Do Relatório Meira Matos o reforço à autoridade; novos critérios para a carreira do docente; a política de ampliação de vagas; a participação estudantil; o vestibular unificado; os cursos de curta duração; a ênfase nos aspectos técnicos e administrativos da reforma; a necessidade de uma política de financiamento do ensino superior, com a previsão de um órgão captador de recursos; e a extinção do ensino superior gratuito."

Neste contexto, saliente-se, também, a promulgação do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, estabelecendo normas complementares à Lei nº 5.540/68.

Estava, portanto, legalmente instituída a chamada Reforma Universitária, cuja tentativa de implantação e consolidação nas IES brasileiras verificar-se-ia, principalmente, na década de 1970.

Todavia, não foi preciso muito tempo para se perceber a distância entre o "discurso legal" e a "práxis" da Reforma Universitária. As distorções verificadas por ocasião de sua implantação e tentativa de consolidação evidenciaram que muitos dos compromissos formalmente assumidos e preconizados pelo Governo perante a comunidade universitária não passavam, na realidade, de uma "falácia."

Um exemplo disso foi a expansão desordenada e indiscriminada dos estabelecimentos isolados de Ensino Superior, ocorrida na iniciativa privada. Em seu Artigo 2º, a Lei 5.540/68 proclama exatamente o contrário daquilo que se verificou na prática. Confira-se o que diz o referido artigo:

"O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado" (grifo da autora).

De acordo com o Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior - 1975/76, do MEC-DAU, dos 814 estabelecimentos isolados existentes, apenas 17 eram mantidos pelo governo federal, 58 pelos governos estaduais, 104 pelos governos municipais e 635, ou seja, 78% dos mesmos, eram particulares, mantidos por fontes religiosas e leigas (MEC-DAU, 1976:11).

Engrossando as inúmeras e contundentes críticas à Reforma Universitária, TREVISAN (1979:25) faz o seguinte comentário:

"Temos, de um lado, a importação do modelo universitário mais democrático, universalístico e pragmático e, do outro, a estrutura organizacional e o comportamento conservador."

Nesse sentido, há de se convir que, ao formular o projeto de reforma, o governo autoritário visava, também, desestabilizar os movimentos contestatórios, introduzindo mecanismos que permitissem maior controle sobre a vida das instituições universitárias.

SKEFF (1977:7) por sua vez, critica a grandiloquência governamental, quando se refere às metas formuladas no I Plano Nacional de Pós-Gra

duação - 1975/79 - ou seja, a de formar 16.800 mestres e 1.400 doutores de alto nível, nas condições então existentes. Ela diz:

"Essa pretensão em tão grande escala nos leva a indagar quanto à preservação do alto nível pretendido para o ensino de pós-graduação (...). Se por um lado é necessária a formação de mestres e doutores no país, por outro, a manutenção do alto nível de qualificação destes se torna tarefa extremamente difícil, principalmente em termos da disponibilidade de docentes para esse nível de ensino, mesmo se recorrendo à contratação de professores estrangeiros" (grifo da autora).

Essas e muitas outras críticas e estudos seriam levados a efeito, na tentativa de mostrar os acertos e desacertos da Reforma Universitária ao longo desses dezessete anos de sua promulgação.

A partir da "abertura política", novos movimentos - agora liderados pelas associações de classe dos docentes, do corpo estudantil e das associações dos funcionários - conclamam a criação da universidade que atenda realisticamente aos anseios da comunidade nacional, exigindo, para tanto, não somente a conscientização do próprio meio universitário, mas, principalmente, o apoio e o compromisso formal e real dos setores governamentais no engajamento dessa luta.

Voltando à problemática da presença estrangeira, outros acordos de cooperação, além dos acordos MEC-USAID, foram firmados entre o Brasil e outros países, podendo-se destacar o Acordo Geral de 9 de junho de 1969, com a República Federal da Alemanha, sobre "cooperação nos setores da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico", considerando os seguintes campos (BRASIL/RFA:75 a 80):

- a) Energia Nuclear e Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear;
- b) Pesquisa Espacial;
- c) Pesquisa Aeronáutica;
- d) Oceanografia;
- e) Documentação Científica;
- f) Processamento Eletrônico de Dados

O Acordo Geral previa a assinatura de Convênios Especiais entre instituições de ambos os países, objetivando definir as atividades específicas, modalidades de procedimento e principais áreas da referida cooperação, assim resumidas (BRASIL/RFA:10):

- "realização conjunta de projetos de desenvolvimento, nos setores da pesquisa e da tecnologia";
- "troca de informações sobre pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico";
- "intercâmbio de cientistas, peritos e pessoal técnico";
- "utilização comum das instalações científicas e técnicas existentes em ambos os países".

Os vários projetos de cooperação decorrentes do referido Acordo Geral envolviam a participação de universidades, centros de pesquisa e empresas de ambos os países.

De 1971 a 1978 foram assinados onze convênios Especiais entre instituições brasileiras e alemãs no âmbito do Acordo Básico de cooperação científica e tecnológica de 09.06.1969, podendo-se destacar (BRASIL/RFA:13,21,25,69):

- Convênio Especial entre o CNPq e a GMD (Gesellschaft für Mathematik und Datenverarbeitung) sobre cooperação em matemática e

processamento de dados de 7 de junho de 1972;

- Convênio Especial entre o CNPq e o DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst) sobre intercâmbio de pessoal científico de 24 de julho de 1974;
- Convênio Especial entre o CNPq e o KFA (Kernforschungsanlage Jülich) sobre cooperação em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico de 19 de novembro de 1971;
- Convênio Especial entre o Departamento de Hidrografia e Navegação e o IfM (Institut für Meereskunde der Universität Kiel) sobre cooperação na área de oceanografia de 19 de outubro de 1976.

Um dos exemplos da cooperação no campo da matemática aplicada (Convênio CNPq/GMD), refere-se ao projeto "Pesquisa Operacional" entre a Universidade de Bonn e a PUC do Rio de Janeiro compreendendo, entre outras atividades, "a organização de uma biblioteca de programas em pesquisa operacional; administração do estoque de redes de bancos de sangue; manutenção do estoque na indústria de tratores; sistema de diálogo para geração e correção de exercícios de programação linear" (BRASIL/RFA:17).

No campo do processamento de dados, pode-se destacar a cooperação entre a Universidade Técnica de Darmstadt e a Universidade Estadual de Campinas, voltada, especialmente, para realizações conjuntas em duas áreas principais (BRASIL/RFA:18):

- 1) desenvolvimento de duas versões de um sistema de informação gráfico (GRIFO), objetivando a pesquisa do funcionamento do sistema com vistas a futuros sistemas de controle de processos e o treinamento de especialistas brasileiros;

- 2) desenvolvimento de um aparelho gráfico entrada/saída para o sistema GRIFO, com base num "display TV-raster" com "scan-conversion" em tempo real.

Com relação às pesquisas desenvolvidas em Campinas e em Darmstadt, afirma-se:

"Cerca de 10 publicações especializadas, algumas com relevância internacional, testemunham os resultados alcançados pela cooperação entre as duas universidades, que propiciou proveitoso intercâmbio de conhecimentos teóricos e práticos" (BRASIL/RFA:18)

O Convênio CNPq/DAAD destinava-se, principalmente, a promover o intercâmbio de cientistas de alto nível, em missões de curta e longa duração. Neste último caso, cientistas alemães selecionados pelo DAAD, CAPES e CNPq, foram enviados ao Brasil para exercer atividades de ensino e pesquisa.

"Mais de 20 professores foram designados para universidades do nordeste brasileiro, em apoio à expansão de programas de pós-graduação. Também universidades de outras regiões brasileiras estão sendo beneficiadas pelo programa" (BRASIL/RFA:23).

Concentrando as áreas de Físico-Química, Geociências, Biociências, Engenharia e Técnica Solar, o Convênio CNPq/RFA envolveu a participação de um grande número de instituições de ambos os países.

Um dos exemplos dessa cooperação pode ser buscado nos cursos de aperfeiçoamento instalados nas universidades de Belém, Brasília, Flóridanópolis e São Carlos e, em seguida, integrados ao currículo de ensino, compreendendo uma introdução aos métodos de Física Moderna e o emprego

de aparelhos para estudo e pesquisa (BRASIL/KFA:28).

Do mesmo modo, o Departamento de Física da Universidade Federal do Ceará e o KFA Jülich, em cooperação com o Instituto de Pesquisa do Solo da Baixa-Saxônia, instalaram um laboratório de aplicação de isótopos em Fortaleza, com a finalidade de realizar pesquisas próprias e sob encomenda das instituições brasileiras interessadas (BRASIL/KFA:30).

No que concerne ao convênio Especial entre o Departamento de Hidrografia e Navegação e o IfM, verifica-se a participação de várias universidades brasileiras, entre as quais a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal de Pernambuco.

Entre as atividades desenvolvidas através da referida cooperação, citam-se a organização do Departamento de Aquicultura da UFRS, e Consultoria sobre estação de criação de peixes, na UFPe (BRASIL/KFA:70,71).

Ainda no campo da cooperação alemã, registra-se o Acordo entre o Governo Brasileiro e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação na área do uso pacífico da energia nuclear, de 27 de junho de 1975, e respectivos ajustes e convênios (BRASIL/KFA:47).

Através do programa "PRONUCLEAR", desenvolvido pelo governo sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia, e com a participação do CNEN, NUCLEBRÁS, CNPq e MEC, propunha-se a formação de pessoal qualificado para atender a demanda das instituições de pesquisa, universidades, órgãos governamentais e, sobretudo, da indústria nuclear brasileira-"aproximadamente 10.000 cientistas, engenheiros e técnicos" (BRASIL/KFA:53). A autora não encontrou dados que comprovassem o atingimento de tão ambiciosa meta.

Ressalte-se que, anteriormente ao Acordo Geral de Cooperação Brasil - Alemanha, acima comentado, outro Acordo Básico de Cooperação Técnico

ca havia sido promulgado entre os dois países, através do Decreto 54.075, de 30 de julho de 1964. Um dos pressupostos desse Acordo era "promover e estimular o progresso técnico-científico e o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países", prevendo, entre outras medidas, a preparação de recursos humanos brasileiros na Alemanha, em centros educativos ou organizações industriais.

Somando-se aos acima mencionados, deve-se acrescentar, também, os acordos de cooperação internacional firmados entre o Brasil e os seguintes países^(*):

- Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França, assinado em 16 de janeiro de 1967, fruto do Acordo Cultural firmado entre os dois países, em 6 de dezembro de 1948, tendo o novo acordo o pressuposto básico de "organizar a cooperação técnica e científica entre os dois Estados nos campos de pesquisa científica, da formação de quadros administrativos e técnicos, do desenvolvimento econômico e social, na base do financiamento comum e segundo as modalidades que poderão ser posteriormente estabelecidas por meio de convênios complementares, para aplicação do presente acordo" (Artigo I).

- Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília, a 1º de dezembro de 1971, e promulgado pelo Decreto nº 71.242, de 11 de outubro de 1972, tendo por objetivo:

"intensificar a cooperação entre os cientistas dos dois países e proporcionar oportunidades adicionais para o intercâmbio de idéias

(*) Dados levantados nos arquivos da SEAI-SEG-MEC

as, informações, aptidões e técnicas, colaborar em problemas de interesse mútuo, trabalhar conjuntamente em ambientes peculiares e utilizar facilidades especiais" (Artigo II).

- Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão promulgado pelo Decreto nº 69.008, de 4 de agosto de 1971. Atente-se para o Parágrafo 2º, do Artigo III do referido Acordo, que diz o seguinte:

"O governo da República Federativa do Brasil assegurará que as técnicas e conhecimentos adquiridos por brasileiros, em consequência da cooperação japonesa, fornecida nos termos do Artigo III, contribuirão para o desenvolvimento econômico e social do Brasil" (grifo da autora).

- Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá, promulgado através do Decreto nº 77.088, de 27 de janeiro de 1976, tendo, como pressuposto, "os objetivos e prioridades do desenvolvimento econômico e social do Brasil." Para o alcance desses objetivos e prioridades, deveriam ser empreendidas as seguintes metas: 1) Concessão de bolsas-de-estudo a brasileiros para realização de estudos ou estágios de treinamento no Canadá ou em terceiro país; 2) envio de peritos, instrutores e técnicos canadenses para prestarem serviços ao Brasil, através de pessoas, instituições ou firmas contratadas pelo governo do Canadá; 3) fornecimento de equipamentos e materiais necessários à boa execução dos projetos de cooperação técnica no Brasil; 4) envio, ao Brasil, de missões para analisarem projetos de desenvolvimento econômico e social; 5) qualquer outro tipo de assistência mutuamente acordada (Artigo I).

- Acordo de Cooperação Universitária assinado entre o Brasil e a França, em 5 de outubro de 1978, cujos órgãos executores são a CAPES e o COFECUB - Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil - objetivando o desenvolvimento de projetos de cooperação acadêmica e técnico-científica entre os dois países, envolvendo a formação de recursos humanos e trabalhos conjuntos de pesquisa. Entre outras metas, o acordo prevê um intercâmbio de publicações enviadas à França, de trabalhos produzidos na pós-graduação brasileira e, ao Brasil, de publicações francesas de interesse para o projeto "de modo a criar um acervo que possua as publicações mais representativas dos dois países participantes." (COFECUB, 1981:6).

Na primeira fase do acordo CAPES/COFECUB, foram firmados convênios com as seguintes universidades: UFPb, UFPe, UFC, UFBA e UFRN, envolvendo várias universidades e institutos da França (INPT de Toulouse; Nancy I, École polytechnique etc.), nos diversos temas específicos (Eletrônica Industrial, Medicina Tropical, Administração de pequenas e médias empresas etc.).

Finalmente, registre-se os Convênios de Cooperação entre o Brasil e outros países, através do CNPq, podendo-se destacar (CNPq-SCI, 1981: 37 a 134):

- Convênio CNPq/NSERC: Natural Sciences and Engineering Research Council - Canadá;
- Convênio CNPq/CEFI: Comité d'Études sur les Formations d'Ingénieurs - França;
- Convênio CNPq/BC: Conselho Britânico: Grã-Bretanha;
- Convênio CNPq/RS: Sociedade Real - Grã-Bretanha;

- Convênio CNPq/PRDCT: Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - OEA;
- Convênio CNPq/CIFT: Centro Internacional de Física Teórica --Itália
- Convênio CNPq/CONICET: Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - Argentina;
- Convênio CNPq/CONICIT: Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - Costa Rica;
- Convênio CNPq/CONICYT: Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - Venezuela;
- Convênio CNPq/CONACIT: Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia México.

Preconizava o II PBDCT (1975/79) que a cooperação internacional, considerada de grande importância para o desenvolvimento do País, em face do estágio intermediário ocupado pelo Brasil no programa mundial da ciência e tecnologia, seria executada através da ação integrada do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores (DCT-MRE), da SUBIN e do CNPq em coordenação com os demais órgãos governamentais, cabendo ao DCT-MRE propor as diretrizes da política exterior para ciência e tecnologia e executar a política externa brasileira no setor (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976:199).

Enfatizava esse mesmo documento que, à medida que se processasse a importação científica e tecnológica de países mais adiantados, deveria o Brasil adotar, paralelamente, normas internas de fortalecimento dos setores correspondentes, de modo a salvaguardar a expansão autônoma do sistema produtivo, com vistas

"a diminuir progressivamente a dependência

externa e fomentar o desenvolvimento auto-sustentável e endógeno do sistema científico e tecnológico brasileiro" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976:199).

O objetivo-síntese proclamado pelo Governo com relação à cooperação internacional expresso no III PBDCT (1980/85), continua sendo nessa mesma linha de pensamento.

2.5. Conclusões

Pelo exposto neste Capítulo, infere-se que a presença estrangeira, traduzida sob as mais diversas circunstâncias e modalidades, permeou a vida e a História do Brasil, desde a sua descoberta até os dias atuais.

Tal fenômeno repercutiu nos aspectos econômicos, político e sócio-cultural elaborados no País, nas diferentes formas ideológico-administrativas de governo adotadas ao longo de sua existência.

Nesse contexto e se referindo, aqui, especificamente ao Ensino Superior, há que se considerar, antes de mais nada, que este nível de ensino foi estruturado visando atender, sempre, aos interesses das classes dominantes.

A importação de modelos e idéias do exterior para este nível de ensino, tiveram início ainda no Brasil-Colônia, com a vinda dos padres da Companhia de Jesus.

Daí para a frente, em maior ou menor escala, outros paradigmas estrangeiros foram sendo introduzidos no Ensino Superior brasileiro: franceses, alemães, norte-americanos, com predominância deste último, a partir de 1964, sob a égide dos governos militares.

Contudo, não obstante a predominância do modelo norte-americano, constatável em muitas das medidas adotadas na Reforma Universitária de

1968, observou-se que, a partir da década de setenta, o Ensino Superior brasileiro passou a conviver, paralelamente, com a presença estrangeira, oriunda de outros países - Japão e Canadá, por exemplo - resultante dos vários acordos de cooperação internacional firmados entre o Brasil e os diversos países, segundo o enfoque da transferência da ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico e social do país (grifo da autora).

Embora reconhecendo a validade e a importância do intercâmbio científico-tecnológico-cultural, tem-se verificado, contudo, nos últimos anos, um movimento cada vez mais crescente da comunidade universitária, no sentido de se criar uma universidade autenticamente brasileira, desatrelada dos modelos e soluções elaborados no exterior, voltada para a realidade nacional e para a superação de seus problemas.

Concluindo, acata-se o pensamento de Cruz (1984:235,236) em sua análise do contexto mais amplo da Nação, quando afirma:

"A situação brasileira tem demonstrado que não se pode mais copiar modelos internacionais para traçar o rumo do país (...) não há nenhum sentido em conduzir a vida brasileira segundo padrões importados. A solução tem de ser original, mergulhando todos os brasileiros na consciência de sua capacidade criativa, no aprendizado do relacionamento autêntico e desinteressado, no trabalho responsável, na fraternidade construtiva que a educação ajuda a reforçar."

3. A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA UFPB:

SUAS ORIGENS E EVOLUÇÃO

3.1. Introdução

Este Capítulo tem, por objetivo, mostrar, em linhas gerais, o que foi a presença estrangeira na UFPb, no período de 1970/80.

Todavia, para se compreender o fenômeno desta presença, faz-se necessária, antes de mais nada, uma visão histórica da própria UFPb, onde se tenta localizar fatores determinantes de tal fenômeno.

Criada pela Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, a Universidade da Paraíba, como foi denominada, resultou da reunião, sob a égide de uma administração central, de escolas isoladas pré-existentes, oficiais e particulares. Foi constituída, inicialmente, de nove unidades de ensino, das quais quatro incorporadas e as outras agregadas (MEC UFPb-PROPLAN-CEI, 1982:13):

Incorporadas:

- Faculdade de Filosofia
- Faculdade de Odontologia da Paraíba
- Escola Politécnica da Paraíba
- Escola de Enfermagem da Paraíba

Agregadas

- Faculdade de Medicina da Paraíba
- Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba

- Faculdade de Direito da Paraíba
- Escola de Serviço Social da Paraíba
- Escola de Engenharia da Paraíba

Essa primeira fase da UFPb ocorreu no período de 1955/60.

Federalizada através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, a Universidade Federal da Paraíba, como passou a ser chamada, foi constituída de onze unidades (MEC-UFPb-PROPLAN-CEI, 1982:14):

- Faculdade de Filosofia da Paraíba
- Faculdade de Odontologia
- Faculdade de Direito
- Faculdade de Medicina
- Escola Politécnica
- Escola de Enfermagem
- Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa
- Escola de Engenharia
- Escola de Serviço Social
- Faculdade de Farmácia
- Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande

Na segunda fase, abrangendo o período de 1961/69, a UFPb passou por significativas mudanças, em termos de inovação institucional, podendo-se destacar a criação, em 1967, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), oriundo da Comissão Central de Pesquisa, primeiro órgão da administração de pesquisa da Universidade, criado em 1965, e o desenvolvimento intensivo da departamentalização, a partir de 1968, em cumprimento à Lei 5.540/68.

Já no final da década de sessenta, situava-se entre as universidades brasileiras de tipo médio, atingindo um crescimento de matrículas de 468%, a partir de sua federalização (MEC-UFPb-PROPLAN-CEI, 1982:15).

Ressalte-se, nesse período, a incorporação à UFPb - Decreto n° 62.715, de 16.05.1968 - da Escola de Agronomia de Areia, ex-Escola de Agronomia do Nordeste, o mais antigo estabelecimento de Ensino Superior criado na Paraíba, pelo Governo Estadual, através do Decreto n° 478 de 12.01.1934 e em funcionamento regular desde o ano letivo de 1937 (MEC-SESu-SDI, 1982:2).

O período de 1970/80 marcou a terceira fase de evolução da UFPb, caracterizado, entre outros aspectos, pela implantação da reforma universitária institucionalizada pelos Decretos Federais 73.095, de 06.11.73 e 73.701, de 28.02.74 (UFPb-CCT, 1975:n.p.), pelo início de suas atividades em Campus Universitário em 1974 e pela transformação de sua estrutura organizacional em Universidade "multicampi", adotada a partir de 1976 (MEC-UFPb-PROPLAN-CEI, 1982:15,16).

Nesse sentido, a interiorização da UFPb foi uma das metas perseguidas e seu atingimento está consubstanciado na existência de sete Campi, localizados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Souza e Patos, onde se desenvolvem as atividades básicas inerentes às suas peculiaridades.

Na década de setenta, foram iniciados os cursos de pós-graduação "scripto sensu", tanto no Campus de João Pessoa como no de Campina Grande.

Entre 1976 e 1980 foram criados 35 novos cursos de graduação, 20 cursos de mestrado e 2 de doutorado. Verificou-se, ainda, o crescimento da matrícula geral de 11.301 para 21.071 alunos de graduação e a contratação de 1.700 novos docentes (MEC-UFPb-PROPLAN-CEI, 1982:16).

A ampliação do regime de dedicação exclusiva, a organização da Biblioteca Central e a criação de núcleos de pesquisa, são frutos dessa

terceira fase.

No final de 1980, os 7 Campi da UFPb abrigavam 12 centros, 65 de partamentos, 72 cursos de graduação, 31 de pós-graduação "stricto sensu" 21.071 alunos de graduação, 1.123 de pós-graduação, 2.773 docentes e 4.068 servidores técnico-administrativos. Nesse contexto, esta Instituição encontra-se entre as maiores universidades autárquicas federais do País, devido ao seu número de campi, alunos, cursos, professores e área física construída: 270.402m² (MEC-SESu-SDI, 1982:3, 10).

A década de setenta assinalou, também, o maior incremento da presença estrangeira na UFPb, através de significativo número de convênios, e projetos de cooperação técnico-científico-cultural, firmados entre esta Instituição e diversos organismos e universidades do exterior, sob a égide dos acordos de cooperação com a França, Canadá, Inglaterra, Japão, Alemanha, entre outros.

Nesse contexto, enfatize-se a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, vinculados aos referidos convênios e projetos de cooperação ou independente destes, para atender, entre outros aspectos, à falta de pessoal especializado, notadamente no âmbito da pós-graduação que tivera início no começo dos anos setenta.

Todavia, pode-se afirmar que antes do período acima mencionado, a UFPb já tivera a sua primeira experiência em matéria de cooperação internacional, através do Projeto RITA (Rural Industry Technical Assistance), que, segundo o Professor Luiz Almeida, primeiro Coordenador Geral do projeto, do lado brasileiro, "constituiu a célula 'mater' em experiência com professores estrangeiros na UFPb", fato ocorrido entre 1964 e 1968.

O Governo do Estado, a UFPb e a SUDENE eram as instituições signatárias do referido convênio.

O projeto envolvia professores e técnicos de várias universidades

do Oeste Americano que, aproveitando o período de férias de verão, vi_u nam desenvolver atividades junto às universidades do Nordeste brasilei_{ro}, entre as quais a UFPb, na tentativa de identificar oportunidades que pudessem "promover o desenvolvimento industrial da região nordestina."

Através do projeto, cujas atividades, na Paraíba, foram sediadas na antiga Escola Politécnica, em Campina Grande, vários professores e alunos dos cursos de Economia e Engenharia, vinculados, respectivamente, à referida Escola e à antiga Faculdade de Ciências Econômicas, também localizada em Campina Grande, fizeram treinamento nos Estados Unidos - no California State College at Los Angeles, por exemplo - enquanto professores americanos foram aproveitados para dar aulas no Curso de Engenharia Mecânica, iniciado em 1966, na Escola Politécnica, "com o apoio do Projeto RITA e da USAID" (UFPb-EPCG, 1967:1).

Segundo o Professor Luiz Almeida, "no meio dos estrangeiros vieram pessoas de elevado nível profissional."

Em decorrência do Projeto RITA, foi criado, em 1967, o Centro de Desenvolvimento Industrial da Paraíba (CEDI), posteriormente transformado no Núcleo de Assistência Industrial (NAI/PB, que serviu de modelo para todo o Brasil), hoje denominado Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa da Paraíba (CEAG/PB), desde 1981.

Portanto, enfatize-se que o incremento da presença estrangeira na UFPb ocorreu, de fato, na década de setenta; contudo, esse fenômeno, embora em menores proporções, verificara-se bem antes, como ficou aqui demonstrado.

3.2. Convênios e projetos de cooperação internacional

No período de 1970/80, inúmeros convênios e projetos de cooperação foram firmados entre a UFPb e diversos países ou organismos do exterior.

Ressalte-se, porém, que, apesar de aprovados e iniciados, vários desses projetos foram cancelados, em virtude de não apresentarem resultados satisfatórios no decorrer de sua execução.

Para efeito deste trabalho, a autora relaciona, a seguir, os convênios e projetos referentes ao período acima enfatizado e que puderam ser identificados nas diversas fontes pesquisadas, por ocasião do levantamento de dados (1982), para a sua elaboração.

Foram considerados, aqui, os convênios e projetos que já haviam sido concluídos até 1980 e os que ainda se encontravam em andamento na época da pesquisa.

Esclareça-se que os dados e informações abaixo apresentados, foram obtidos através de pesquisa direta junto aos arquivos do Serviço de Apoio e Informação da SUBIN, da Secretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria Geral do MEC (SEAI/SEG/MEC) e da UFPb.

3.2.1. Com a França

UFPb/CT/FRANÇA

Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Civil (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT). Projeto iniciado em 1975.

"A cooperação externa consistiu na vinda de 7 técnicos, por um período de 14 a 24 meses. O projeto foi concluído." (Conf. Parecer do Dr. Garry Soares de Lima, da SUBIN, em 27.01.76). Esse projeto constituiu a consolidação da cooperação francesa iniciada em 1970 (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Pesquisa para Aproveitamento de Energia Solar no Nordeste Brasileiro (UFPb/Laboratório de Energia Solar - LES). Período: 1976/80. Concluído. A cooperação técnica oriunda deste projeto be

neficiou o LES, "primeiro Laboratório de Energia Solar do País" criado em fins de 1973, pela UFPb (Conf. Parecer nº 27/75 / SEG/ CODEPLAN, de 25.09.75).

Pós-Graduação em Engenharia Mecânica a Nível de Mestrado (UFPb/ Centro de Tecnologia - CT. Iniciado em 1976. De acordo com o OF. SUBIN/BSB/CT/282/76, de 13.04.76, o governo francês aprovava para 1976 "a vinda de 2 professores em sistema de produção, 3 bolsas-de-estudo e um crédito de 2.000 francos em publicações." A documentação examinada pela autora indica que o projeto foi concluído, porém não há registro do ano de sua conclusão (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

UFPb/Acordo CAPES/COFECUB

Engenharia Elétrica (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT/ Instituto Nacional Politécnico - INPT (Toulouse, França)/Instituto Nacional Politécnico de Lorena (Nancy, França). Projeto iniciado em 1978, com término previsto para 1984. Estava, portanto, em andamento (SEAI/SEG/MEC).

Administração de Pequenas e Médias Empresas (UFPb/Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA/Instituto de Administração de Empresas - IAE (Grenoble, França). Iniciado em 1979, com término previsto para 1984. Estava em andamento (SEAI/SEG/MEC).

Economia e Sociologia Rurais (UFPb/Centro de Humanidades-CH/Universidade de Paris X (Nanterre). Iniciado em 1979, com término previsto para 1984. Encontrava-se em andamento (SEAI/SEG/MEC).

3.2.2. Com a Alemanha

UFPb/CT/RFA-AF/SUBIN

Consolidação do Programa de Mestrado e Estabelecimento de Linhas de Pesquisa em Engenharia de Sistemas (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia, CCT/Universidade de Würzburg (Alemanha). Iniciado em 1979, com término previsto para 1983. Estava em andamento (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Ensino e Pesquisa para os Programas de Pós-Graduação (Engenharia Elétrica) (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT/Universidade de Stuttgart (Alemanha). Iniciado em 1979, com término previsto para 1982. Solicitara-se uma prorrogação até junho de 1984 (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Desenvolvimento de Recursos Hídricos no Nordeste (UFPb / Centro de Ciências e Tecnologia - CCT/Universidade de Hannover (Alemanha). Iniciado em 1979, com término previsto para 1982. Estava em andamento (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Espectroscopia de Raman. Iniciado em 1976. Havia o registro da seguinte informação: "De acordo com o pedido de Assistência Técnica, o Instituto Central de Física da UFPb informa que a UFPb contratou, para este Instituto, 4 cientistas estrangeiros, tendo recebido complementação salarial do CNPq para 2 deles". (Processo nº 2775/76). Contudo, a documentação examinada pela autora não menciona quando foi concluído o projeto (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

3.2.3. Com o Japão

UFPb/CT/JAPÃO - JICA

Pós-Graduação e Pesquisa em Transportes e Recursos Hídricos . (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT). Firmado em 1973, com término previsto para 1980. Encontrava-se em andamento. Ao lado da cooperação francesa e canadense, a cooperação japonesa é, também, uma das mais antigas na UFPb, iniciada em 1972, com a implantação do Mestrado em Engenharia Civil, na área de Transportes. A segunda fase do projeto teve início em junho de 1980 (SEAI/SEG/MEC).

3.2.4. Com o Canadá

UFPb/CT/CANADÁ - CIDA

Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Civil e de Sistemas (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT/Universidade de Waterloo (Ontário, Canadá)). Esse projeto representa a consolidação do intercâmbio existente entre a UFPb e a Universidade de Waterloo, iniciada a partir de janeiro de 1971, na ex-Escola Politécnica, hoje Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). A cooperação havia sido prorrogada por mais três anos (outubro/80 a outubro/83) (SEAI/SEG/MEC).

Projeto CIDA/COMBRA (Universidades de Waterloo e Toronto (Canadá)/PUC-RJ/UFPe/UFBa/UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Departamento de Sistemas e Computação - DSC. Iniciado em 1974, com término previsto para 1979. Concluído (UFPb-CCT-DSC, 1979: n.p.).

3.2.5. Com a Grã-Bretanha

UFPB/CT/GRÃ-BRETANHA/CONSELHO BRITÂNICO

Pós-Graduação em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica. Iniciado em 1972, com término previsto para 1977. Encontrou-se esta observação: "(...) o projeto, cuja duração é de 5 anos (1972/77), está em execução e o valor da cooperação externa é de \$ 85.000 ..." (Conf. Parecer do Dr. Garry Soares de Lima, da SUBIN, em 27.01.1976). Contudo, na documentação examinada pela autora, não consta quando foi concluído o projeto (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Engenharia de Rodovia e Mecânica de Solo. Iniciado em 1976 com término previsto para 1977. Encontrou-se a seguinte informação: "(...) o projeto, com duração de 2 anos, está em execução e a cooperação externa consta de bolsas-de-estudo na Grã-Bretanha, um técnico britânico em engenharia de rodovias e equipamentos a ser sugerido pelo técnico" (Conf. Parecer do Dr. Garry Soares de Lima, da SUBIN, em 27.01.76). Do mesmo modo que no projeto acima, não consta o registro de quando foi concluído (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

3.2.6. Com os Estados Unidos

MEC/DAU/USAID

Programa de Educação Agrícola Superior. Iniciado em 1974, com término previsto para 1979. Concluído. Entidades envolvidas na execução do projeto: Michigan State University (MSU/ Universidades norte-americanas/Instituições de Ensino Superior brasileiro

ras (em número de 12) inclusive a UFPb, na qualidade de um dos 6 Centros de Graduação participantes do referido programa. No caso específico desta Universidade, a sua participação no PEAS ensejou, entre outras ocorrências, "a melhoria global do curso de graduação em Agronomia; preparação para a futura implantação do curso de mestrado em Conservação de Solos e implantação do curso de mestrado em Zootecnia" (SEAI/SEG/MEC).

3.2.7. Com a OEA

UFPb/CT/OEA

Energia Solar (Projeto Especial). Iniciado em 1976, com término previsto para 1978. Havia esta informação: "Em execução pelo Laboratório de Energia Solar da UFPb e pelo Grupo de Conversão de Energia. O projeto é coordenado pela FINEP. Serão destinados US\$80,000 (oitenta mil dólares) por ano, a fim de que as instituições envolvidas dêem continuidade às atividades iniciadas no último biênio 74/76". A documentação examinada pela autora não registra quando foi concluído o projeto. (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Instalação e Operação de um Laboratório de Solos e Nutrição de plantas para Ensino, Pesquisa e Extensão (Projeto Multinacional de Ciências Agropecuárias) (UFPb/Centro de Ciências e Tecnologia - CCT/Centro de Ciências Agrárias - CCA/Departamento de Ciências Agrobiológicas). Iniciado em 1974, com término previsto para 1979. Concluído. Primeira cooperação técnico-científica da OEA junto ao CCA/UFPb, traduzida nas atividades de capacitação de docentes, consultoria, aquisição de equipamentos, apoio

a cursos de graduação e pós-graduação, prestação de serviços, entre outras (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

3.2.8. Com outros organismos internacionais

Ainda no contexto da cooperação internacional, registre-se que no período de 1976/79, foram firmados convênios entre a UFPb e os seguintes organismos internacionais: Fundação Kellog (EUA); Fundação Ford (EUA); Governo Belga; Fundação Phillips (Holanda) Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (CIME) e Fundação dos Voluntários Alemães (UFPb-PROPLAN, 1980:95).

Saliente-se que pelo menos sete dos projetos acima comentados estavam explicitamente ligados à pós-graduação.

Depreenda-se, também, que, através de boa parte desses convênios e projetos houve, sem sombra de dúvida, uma considerável alocação de recursos financeiros, além da aquisição de equipamentos e material bibliográfico.

Todavia, a dificuldade de se obter em uma única fonte os dados e informações sobre o assunto - aliada à maneira confusa e/ou incompleta como estes em geral se apresentam - torna-se praticamente impossível a tarefa de relacioná-los de forma nominal e cronologicamente organizada, razão pela qual se achou por bem fazê-lo na forma de comentário, com base nas informações colhidas, relacionando cada um dos aspectos a alguns convênios e projetos, apenas a título de exemplo.

3.3. Recursos financeiros (*)

Através do Ofício nº 28/09/76/SEG/CODEAI/BSB, 17.11.76, o Secretário Geral, Euro Brandão, comunicava ao Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque a aprovação, pela SEPLAN e pelo Governo Federal da Alemanha, do Projeto UFPb/CT/RFA-AF/SUBIN - Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Sistemas, com recursos no valor de DM 4,400 (quatro milhões de marcos) (UFPb-CCT, 1977:41). Especificamente para o projeto Ensino, Pesquisa para os Programas de Pós-Graduação (Engenharia Elétrica), registra-se uma contrapartida da UFPb, no valor de CR\$26.887.000 (Setor de Cooperação Técnica recebida do Exterior - SUBIN).

Referente ao Projeto UFPb/CT/CANADÁ - CIDA - Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Civil e de Sistemas, há uma informação que diz o seguinte: "(...) os canadenses, através da CIDA/WATERLOO aplicarão, no projeto, o montante correspondente a US\$2,810,000.00 (dólares canadenses). A UFPb pleiteará à SUBIN CR\$2.000.000 (dois milhões de cruzeiros)." (Informação nº 084/74/DAU/CODEAI; UFPb-CCT, 1975, n.p.). Com relação à contrapartida da UFPb, registra-se o valor de CR\$ 33.040.000 (UFPb-CCT, 1977:42).

Com relação ao Projeto UFPb/CT/FRANÇA - Pesquisa para Aproveitamento de Energia Solar no Nordeste Brasileiro, registram-se os seguintes dados: "cooperação externa: 2.776.000FF (francos); contrapartida da instituição: CR\$14.014.000"(SEAI/SEG/MEC).

(*) Ressalte-se que os valores aqui apresentados referem-se à época da execução dos convênios e projetos em análise

3.4. Equipamentos

Sobre o projeto UFPb/CT/JAPÃO-JICA - Pós-Graduação e Pesquisa em Transportes e Recursos Hídricos, encontra-se a seguinte informação: "(.. .) quanto aos equipamentos doados pela Cooperação, serão de grande utilidade no desenvolvimento das atividades de ensino (equipamentos didáticos) e pesquisa (equipamentos científicos) no âmbito do Departamento de Engenharia Civil do CCT, devido à racionalidade com que foram escolhidos pelos membros da Cooperação externa e pelos professores do DEC/CCT" (RCT /SUBIN-JUN/80 a JUN/81).

Ainda sobre este projeto, acrescenta-se: "(...) conforme nos foi explicado pelos Professores Cooperantes, cada Professor da Cooperação Internacional, através da JICA (JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY), dispõe de recursos daquela agência para aquisição de equipamentos japoneses na área de sua especialidade, a fim de serem doados às instituições onde estão atuando, independente de solicitação anterior (PROJETO). Assim sendo, os equipamentos relacionados nos relatórios encaminhados à SEAI/SEG/MEC, foram doados pelos Cooperantes Japoneses ao Departamento de Engenharia Civil, não implicando em despesas para a Universidade Federal da Paraíba." (Of.DEC/CCT/UFPb/nº 014/84, de 27.11.82). A esse respeito, conclui-se: "(...) O governo japonês tem prestado relevante contribuição ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Engenharia Civil, através da vinda de técnicos de alto nível, doação de livros e equipamentos ... (Of/CCT/UFPb/nº 1788, de 06.11.78) (grifo da autora).

Acerca do projeto UFPb/CT/CANADÁ-CIDA - Ensino e Pesquisa de Pós Graduação em Engenharia Elétrica, Civil e de Sistemas, faz-se o seguinte comentário: "A cooperação técnica desenvolvida pelo governo canadense, através da 'Canadian International Development Agency' (CIDA), incluindo

a doação de equipamentos e de material bibliográfico, tem contribuído consideravelmente para a consecução e otimização dos resultados" (Conf. MEMO.SUBIN/CT/234/78, em 25.04.78) (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN) (gripo da autora).

Um outro dado sobre o assunto verifica-se na correspondência do Sr Barry C. Steers, Embaixador do Canadá (Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1972), dirigida ao Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional - SUBIN, informando, entre outros fatos que, de \$2,8 milhões de dólares canadenses que seriam destinados ao projeto, \$267,000 seriam empregados na aquisição de equipamentos (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN) (gripo da autora).

Acrescente-se, ainda, as seguintes informações: "Doação de 2 computadores ASP's (UFPb-CCT, 1978:132); "Equipamentos doados pela CIDA, no valor de US\$2,750.00, para o Laboratório de Química Sanitária" (UFPb-CCT 1977:55); "Em 1976 foram recebidos equipamentos da CIDA e do LESTE EUROPEU, nos seguintes valores ... CIDA=US\$97,676.43 (UFPb-CCT, 1977:73).

Concernente ao projeto UFPb/CT/RFA-AF/SUBIN - Ensino e Pesquisa para Programas de Pós-Graduação (Engenharia Elétrica), são essas algumas das informações a respeito do assunto: "(...) Através do Convênio já se conseguiu e se instalou o equipamento necessário para a modificação do sistema de gatilhamento do Gerador de Impulso do Laboratório de Alta Tensão" (RCT/SUBIN-OUT/79 a JUN/80). "(...) Insuficiência de recursos na contrapartida da Universidade Federal da Paraíba, especificamente para aplicação (Civil e Elétrica - construção de uma subestação) do Laboratório de Alta Tensão da UFPb, a fim de se poder instalar os equipamentos doados pelo governo alemão" (RCT/SUBIN-OUT/79 a JUN/80).

Relacionado ao projeto UFPb/CT/OEA - Instalação e Operação de um

Laboratório de Solos e Nutrição de Plantas para Ensino, Pesquisa e Extensão, consta a aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Química e Tecnologia, Fitossanidade, Biologia, Solos e Água, nos valores de CR\$ 14.000,00, CR\$32.000 e CR\$213.000, respectivamente (UFPb-CCT, 1977: 1, 3 68, 70).

Fora os convênios e projetos acima exemplificados, registre-se a aquisição de equipamentos, através do PROGRAMA LESTE EUROPEU/PREMESU. Entre outras informações a respeito, pode-se destacar a que diz: "(...) O Reitorado adquiriu, através da colaboração do Programa Leste Europeu e em convênio com outros organismos nacionais e estrangeiros, "avançadíssimos equipamentos destinados ao ensino e à pesquisa tecnológica" (UFPb, 1976:109) (grifo da autora).

3.5. Material bibliográfico

Concernente ao projeto UFPb/CT/JAPÃO-JICA - Pós-graduação e pesquisa em Transportes e Recursos Hídricos, encontra-se a seguinte referência à aquisição de material bibliográfico: "Em 1972 a Universidade Federal da Paraíba (UFPb), deu início ao programa de mestrado na área de Transportes, tendo apoio da 'Japan International Cooperation Agency - JICA' consubstanciado na vinda de um professor titular, em Ph.D., e algum recurso bibliográfico, para implementar o referido programa" (Conf. MEMO/IPLAN/SIE/nº 127/79, de 02.06.1979) (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN) (grifo da autora).

Sobre os projetos UFPb/CT/RFA-AF/SUBIN - Consolidação do Programa de Mestrado e Estabelecimento de Linhas de Pesquisa em Engenharia de Sistemas e Desenvolvimento de Recursos Hídricos do Nordeste, fala-se, respectivamente, no incremento do acervo da Biblioteca Setorial do Campus

II, com recursos oriundos do convênio GTZ/UFPb" (RCT/SUBIN-AGO/80 a DEZ/80) e livros doados, no valor de 11.500 (marcos), referente à bibliografia especializada em Recursos Hídricos (TELEX nº 232/81-CCT/PRAI/UFPb).

Relativo ao projeto UFPb/CT/CANADÁ-CIDA - Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Civil e de Sistemas e ao Projeto CIDA/COMBRA, são atribuídas, respectivamente, a doação de 1.064 livros (UFPb-CCT, 1975:132) e a doação de 61 livros e 5 periódicos (UFPb-CCT-DSC, 1979 n.p.).

Referente ao projeto UFPb/ACORDO CAPES/COFECUB - Engenharia Elétrica e ao Projeto UFPb/CT/FRANÇA - Pós-Graduação em Engenharia Mecânica a nível de Mestrado, constam, respectivamente, a aquisição de "material bibliográfico no valor de CR\$235.000,00" (Setor de Cooperação Técnica recebida do Exterior - SUBIN) e "um crédito de 2.000 francos em publicações" (Conf. Of. SUBIN/BSB/CT/282/76, de 13.04.76) (Serviço de Apoio e Informação da SUBIN).

Alusivo ao projeto UFPb/CT/OEA - Instalação e Operação de um Laboratório de Solos e Nutrição de Plantas para Ensino, Pesquisa e Extensão, registra-se o "envio de cheque em dólares, equivalente a CR\$ 12.675,00 para aquisição de livros solicitados à Editora Kosmos" (Setor de Cooperação Técnica recebida do Exterior - SUBIN).

Ao lado dos recursos financeiros, equipamentos e material bibliográfico antes enfatizados, considere-se de expressiva importância o papel dos recursos humanos provenientes dos referidos convênios e projetos de cooperação, representados, principalmente, na presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, em particular no âmbito da pós-graduação.

Todavia, esclareça-se que nem todos eles vieram através desses con

vênios e projetos de cooperação existindo, portanto, outras formas e modalidades de ingresso que caracterizaram a atuação dos especialistas estrangeiros na UFPb, o que será analisado no Capítulo 4. deste trabalho.

3.6. Recursos humanos

Ressaltadas as dificuldades já enfatizadas para a obtenção de dados conseguiu-se, mesmo assim, levantar um total de 343 professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb, ao longo do período de 1970/80, incluindo visitantes de curta e longa duração, cooperantes e aqueles que já pertenciam ao quadro permanente da Universidade, nas categorias de professor-assistente, adjunto e titular (Anexo 1).

Entrevistado pela autora, o Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (Reitor da UFPb, no período de 1976/80), referindo-se, por exemplo, aos professores-visitantes alemães do Convênio CNPq/CAPES/DAAD, ele afirmou que "em 1978/79 a Paraíba tinha praticamente metade dos professores alemães que estavam trabalhando no País - cerca de mais de 20 professores. Metade desses estavam trabalhando na Universidade Federal da Paraíba, em áreas como: Física, Engenharia, Sociologia, Psicologia, Botânica etc."

Indagado sobre os motivos específicos que o moveram a iniciar a cooperação internacional ainda em Campina Grande, na então Escola Politécnica (da qual foi Diretor no período de janeiro de 1964 a março de 1971) e, mais tarde, incrementar essa cooperação, quando de sua gestão à frente da Reitoria da UFPb, o Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque apresentou, entre outros, os seguintes motivos:

1. "Havia todo um esforço no sentido de fazer da Politécnica uma Escola de Engenharia que, embora situada no interior da Pa

raíba, no Nordeste, em condições bastante adversas, pudesse se transformar num centro que realmente realizasse e chegasse até ao programa de pós-graduação (...); 2. "Uma das formas que nós encontramos para dar esse caráter à Universidade, melhorar o seu nível e chegar à pesquisa e à pós-graduação foi, além da formação de recursos humanos a partir de 1975, tentando enviar professores para cursos no País e exterior, de forma bastante intensiva, mesmo com a dificuldade da época, tentar, também, obter as facilidades de intercâmbio internacional e da cooperação técnica (...); 3. "Já numa função um pouco mais ampla, como Reitor, atuando em todas as áreas de conhecimentos, nossa convicção havia se fortalecido de que, para conduzir o programa como nós desejávamos implantar - um grande número de programas de pesquisa e pós-graduação, inclusive voltados para os problemas da região Nordeste - ao mesmo tempo em que nós tentávamos formar professores brasileiros em cursos de doutoramento e mestrado, no País e no exterior e isso era um processo que levava algum tempo de duração, nós procuramos apressá-lo, através da vinda de professores visitantes e da cooperação internacional" (grifo da autora).

Segundo declaração deste mesmo professor quando Diretor da Escola Politécnica de Campina Grande:

"A implantação do programa de Pós-Graduação na EPUFPb, representou a mais importante conquista de sua existência, formando-se o primeiro Centro de Pós-Graduação em

Engenharia, de toda a região Norte-Nordeste do Brasil" (UFPb-EPUFPb, 1971:68).

Do acima exposto, infere-se que a implantação da pós-graduação e dos programas de pesquisa nesse nível de ensino, bem como a formação de recursos humanos para atender a essas atividades, constituíram fatores de terminantes para o incremento da presença estrangeira na UFPb.

Embora não sendo objeto de análise deste trabalho, há que se considerar o expressivo número de docentes da Universidade que, nesse período, se deslocou para as mais diferentes universidades do exterior, para cursar pós-graduação, principalmente mestrado ou doutorado, com ênfase neste último.

Em levantamento procedido pela autora nos diversos setores e documentos da UFPb^(*) - ressaltada a precariedade das informações - conseguiu-se levantar um total de aproximadamente 164 docentes que, ao longo do referido período (1970/80), estiveram, ou ainda se encontravam, na época da pesquisa, fora do País, em busca da titulação acima mencionada.

As universidades envolvidas nesse contexto estavam localizadas nos seguintes países: Estados Unidos, França, África do Sul, Inglaterra, México, Canadá, Israel, Escócia, Bélgica, Espanha, Holanda, Portugal, Costa Rica, Itália e Alemanha.

Com o objetivo de se obter maiores detalhes e informações que demonstrassem o desempenho e o resultado das cooperações acima analisadas,

(*) PRPG - Fichas individuais dos docentes; Relatório do Diretor da Escola Politécnica - 1970; Relatório do Diretor do CCT - Exercício de 1976; Assessoria de Assuntos Internacionais - Campus I; Assessoria Setorial de Assuntos Internacionais - Campus II; Relatório do DEE Exercício de 1979; Sub-Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa - Campus II; Relatórios enviados para a CAPES - 78/79; Steering Committee Meeting/CIDA - out/76

buscou-se ouvir, através de entrevistas semidiretivas, as opiniões e experiências vivenciadas por alguns professores da UFPb, que tiveram participação direta nesse contexto. Cita-se, abaixo, o comentário dos mencionados professores, principalmente acerca daquelas cooperações que tiveram maior repercussão.

3.7. Análise da Cooperação com alguns países

3.7.1. Cooperação francesa

Segundo o Professor Telmo Silva Araújo, ex-Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica, essa cooperação apresentou pontos bastante positivos: 1) notadamente na implantação do mestrado em Engenharia Elétrica o que, para ele, "foi fundamental"; 2) participou ativamente na formação dos quadros, uma vez que a UFPb foi uma das primeiras instituições do Nordeste a mandar pessoal para a França; 3) desde o início soube manter vínculo continuado com esta Universidade e o seu pessoal, sendo extremamente eficaz e atingindo um nível de troca (publicações conjuntas etc.). As limitações, segundo ele, são a inexistência do item "equipamentos" e o caráter de prestação de serviço militar, do qual faz parte um pessoal sem muita experiência profissional, o que é atenuado na medida do intercâmbio CAPES/COFECUB/CNPq.

Por outro lado, o Professor Carlos Alberto da Rocha (da área de Sistemas Digitais), classifica essa cooperação como regular. Segundo ele, "este sistema se tem prendido à ida de pessoal daqui para a França, mais precisamente na área de Potência."

No dizer do Professor José Ivan Carnaúba Accioly, ex-Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica, a formação dos docentes na França tem sido boa para o CCT. Alguma deficiência decorreu de problemas pessoais,

de ambas as partes. Segundo ele, depois do apoio do CNPq a cooperação com a França melhorou bastante. "Graças a um conhecimento melhor das Universidades e Instituições de pesquisa francesas, as possibilidades de sucesso ou proveito devem aumentar" - acrescentou.

Comentando sobre essa cooperação, o Professor Heber Carlos Ferreira, Coordenador do Laboratório de Solos, diz que a mesma "costumeiramente traz pessoal a nível de doutorado, porém sem larga experiência profissional." Ele enfatiza, contudo, que os resultados obtidos foram bons, levando-se em conta que "normalmente é um pessoal muito sério e compenetrado de suas responsabilidades, geralmente muito dedicado ao trabalho."

3.7.2. Cooperação inglesa

Falando sobre essa cooperação, o Professor Carlos Alberto da Rocha classificou-a de "modesta em termos de recursos financeiros", porém boa em outros aspectos. Acrescentou, também, que através do Conselho Britânico, obteve-se treinamento de professores na Inglaterra. Salientou que foi através dessa cooperação que se iniciou o relacionamento com a Universidade de Kent (grifo do entrevistado).

Referindo-se a essa cooperação, o Professor Telmo Silva Araújo enfatizou que um dos pontos positivos foi a ajuda em termos de equipamentos de alta tensão, "pedra fundamental para a implantação do Laboratório de Alta Tensão (...) considerado um dos mais versáteis do Brasil, nessa área". As dificuldades apontadas por este professor dizem respeito à "inexistência de um elo que visasse à formação acadêmica do pessoal aqui" e "à incapacidade, ao longo da Cooperação, de se ter amarrado uma instituição à UFPb."

Para o Professor José Ivan Carnaúba Accioly, a cooperação inglesa

apresentou bons exemplos de intercâmbio, principalmente com relação aos cooperantes, de grande proveito para o CCT. Segundo ele, "geralmente tinham mais experiência e muito a transmitir." Enfatizou, também, que foi a cooperação que mais doou equipamentos ao CCT, bem como material bibliográfico.

Segundo o Professor Heber Carlos Ferreira, "esta cooperação teve um excelente desenvolvimento, pois era uma cooperação pequena e muito bem planejada." Enfatizou o grande número de equipamentos que "hoje estão alocados nos Laboratórios de Solos", oriundos dessa cooperação. Chamou a atenção para "um excelente trabalho na área de Geotecnia", sob a orientação do Professor J.G. Cabrera, o que deu origem a "um elevado número de pesquisas" e "uma dezena de teses de mestrado foi defendida nessa época" - acrescentou.

3.7.3. Cooperação canadense

Afirma o Professor Telmo Silva de Araújo, que esta foi a primeira cooperação de longa duração, envolvendo "recursos financeiros enormes para pessoal e equipamento." Diz este professor que, "teoricamente, superaria as dificuldades isoladas de cada uma das outras." Frisou, ainda, que foi a primeira cooperação extensiva, simultaneamente a todas as áreas do Departamento, e que muito se preocupou com a formação de pessoal, visando a implementação do Mestrado e Doutorado em Campina Grande (Engenharia Elétrica). Este professor salientou o papel da realização semestral de reuniões (STEERING COMMITTEE MEETING) onde se analisava a atuação dos cooperantes, o desenvolvimento dos bolsistas do Canadá e a aquisição de novos equipamentos. Segundo ele, "extremamente benéfica." Era uma avaliação sistemática e "não por favor." Todavia, uma das falhas

por ele apontadas, diz respeito ao "perfil" do cooperante que deveria prestar serviços aqui. No meio deles "foram trazidas pessoas completamente desajustadas à realidade do Departamento." No seu entender, esse fato se deveu à abrangência da cooperação e à abundância de dinheiro que existia.

Considerando-a boa, de modo geral, o Professor Carlos Alberto da Rocha diz que o único senão dessa cooperação "foi a falta de um assessor mais efetivo à gerência dos recursos, que ficava, inclusive, a cargo da Universidade de Waterloo." Ele critica, também, a coordenação do Programa pela Setorial de Pós-Graduação, muitas vezes sem o conhecimento do Departamento envolvido.

Para o Professor José Ivan Carnaúba Accioly, foi uma cooperação bastante significativa, principalmente no tocante à formação de pessoal brasileiro em universidades canadenses, num total de 10 docentes, só na área de Engenharia Elétrica. Do mesmo modo, ele relacionou 14 cooperantes canadenses que atuaram no Departamento. Como um dos pontos negativos dessa cooperação, ele registra "certa leviandade por parte da UFPb, no que diz respeito à contrapartida aos programas de cooperação técnica" Chamou a atenção para os "casamentos entre estrangeiros e brasileiros no contexto da cooperação."

No dizer do Professor Heber Carlos Ferreira, a cooperação canadense "é uma cooperação de grande porte e, como tal, tem surgido altos e baixos, como é normalmente de se esperar." Contudo, este professor enfatiza que, através dela, "foram enviados para o Nordeste do Brasil, desde professores de fama internacional até professores sem a mínima qualificação profissional, devendo-se salientar que em pequeno número." Por outro lado, ele chama a atenção para a aquisição, "em alta escala", de elevado número de equipamentos e farto material bibliográfico, "existindo hoje,

no DEC, laboratórios inteiramente montados através da CIDA, cuja fama já chega ao exterior."

3.7.4. Cooperação japonesa

Referindo-se à cooperação japonesa, o Professor Heber Carlos Ferreira informou que a mesma foi iniciada no começo dos anos setenta, "pelo internacionalmente conhecido Professor Katsuhiko Yoshikawa", da Universidade de Kyoto. Segundo o Professor Heber, o referido técnico participou do planejamento dos aeroportos internacionais de NARIKITA (Tóquio) e JOHN F. KENNEDY (N. York). Ele acrescentou que esta cooperação era uma das mais longas existentes no CCT. Disse, também, que os técnicos japoneses "têm excelente formação acadêmica e uma boa experiência profissional; contudo, os problemas de ambientação, alimentação etc., são muito grandes, tendo em vista a sistemática de vida, língua, religião, costumes etc., o que prejudica parcialmente o desempenho dos cooperantes." Esta cooperação, segundo ele, tem-se desenvolvido nas áreas de Geologia e, principalmente, Transportes e Hidráulica.

3.7.5. Cooperação alemã

Como pontos positivos da cooperação alemã, o Professor Telmo Silva de Araújo apontou, por exemplo, a aquisição de equipamentos. Segundo ele, o convênio já havia investido 1 milhão e 400 mil marcos (na época equivalente a mais ou menos uns 120 milhões de cruzeiros). Enfatizou, também, "a seriedade com que os cooperantes encaram o trabalho, cumprindo integralmente o que é estabelecido." As dificuldades, segundo ele, "ficam por conta da própria UFPb, deixando de alocar as verbas estipuladas na contrapartida, o que acarreta a necessidade de se recorrer a outras institu

ições, como a ELETROBRÁS, o Governo do Estado, a Prefeitura e FINEP, na expectativa de se angariar recursos que possam suprir a falha da Universidade." Concluindo, ele afirmou que "o ponto negativo que possa existir é por falta de interesse dos brasileiros. Os que não têm interesse criticam esse tipo de intercâmbio."

Por sua vez, o Professor Carlos Alberto da Rocha frisou que os professores brasileiros da área de Sistemas Digitais que foram para a Alemanha, faziam algumas críticas ao sistema alemão, pela sua rigidez e o pequeno apoio recebido dos professores alemães. Afirmou, também, que a vinda de professores alemães para a sua área (Sistemas Digitais), "não é imprescindível, o que seria bom apenas em termos de troca de experiências em termos de intercâmbio científico."

Ao mesmo tempo, ele afirmou que, "basicamente, o que se tem em termos de recursos para compra de equipamentos é obtido através das cooperações internacionais." (grifo da autora).

3.8. Conclusões

Pelo exposto neste Capítulo, verifica-se que o fenômeno da presença estrangeira na UFPb teve início na década de sessenta quando, "por decisão da Reitoria", as atividades desenvolvidas pelo Projeto RITA, na Paraíba, foram sediadas na então Escola Politécnica, em Campina Grande; nasce, aí, a primeira experiência de cooperação internacional, no âmbito da UFPb.

Ainda nessa década, e com o objetivo de desenvolver atividades de pesquisa, além de preparar o caminho para a pós-graduação que se pretendia, a UFPb, também através de sua Escola Politécnica, iniciou os primeiros contatos com o governo francês, no sentido de estabelecer uma cooperação técnico-científica com aquele país, nas áreas de Engenharia Elétri

ca e Civil, tendo como suporte a Universidade de Toulouse.

Iniciada a pós-graduação em 1970 e se sentindo as várias dificuldades para implementá-la, recorreu-se, de forma mais agressiva, aos convênios e projetos de cooperação internacional, visando, entre outros aspectos, suprir, a curto prazo, a falta de pessoal especializado, pois a maioria dos docentes da UFPb ainda precisava ser treinada, para atender às novas atividades.

O treinamento desses docentes, principalmente a nível de mestrado, processou-se no âmbito da própria UFPb (mestrado) e em outras instituições do País e do exterior. Neste último caso, com mais intensidade a partir de 1975, envolvendo representativo número de docentes, notadamente nos cursos de doutorado.

Através dos convênios e projetos de cooperação, houve considerável alocação de recursos financeiros e a aquisição de equipamentos e material bibliográfico.

Sob a égide desses convênios e projetos de cooperação ou mesmo independente deles, foi significativo o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que, na qualidade de cooperantes - visitantes de curta e longa duração, vieram para a UFPb no período de 1970/80. Muitos deles se vincularam à Universidade, passando a integrar o seu quadro permanente de pessoal.

Na análise do desempenho das cooperações focalizadas, os entrevistados tanto apontaram aspectos positivos dessas cooperações quanto as suas limitações.

Os aspectos positivos giraram em torno da criação de curso de mestrado, participação no treinamento de docentes no exterior, qualificação e postura profissional dos cooperantes, entre outros. Contudo, ressaltou-se a importância atribuída, por quase todos eles, à aquisição de equi

pamentos e material bibliográfico, considerada, por muitos, o ponto alto da cooperação.

As limitações se prenderam à falta de equipamentos por parte de algumas cooperações, à falta de experiência profissional de alguns cooperantes, às falhas na determinação do "perfil" do profissional que viria prestar serviços junto ao Departamento, à coordenação do programa por outro setor, sem levar em consideração o Departamento envolvido na cooperação, à ineficiência da própria UFPb, com relação à contrapartida sob sua responsabilidade e ao "desinteresse dos brasileiros", traduzido na crítica a "esse tipo de intercâmbio."

Finalmente, verifica-se que, embora se estendendo às outras áreas de conhecimento, a presença estrangeira na UFPb ocorreu, notadamente, na área tecnológica. A constatação disso é encontrada no Capítulo 4, a seguir.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1. Introdução.

Este Capítulo trata da análise e interpretação dos dados colhidos dos questionários aplicados aos chefes de departamento e coordenadores dos setores já explicitados e aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, enquadrados nas condições descritas na metodologia deste trabalho.

Apresenta, também, a análise e interpretação da participação conjunta dos referidos estrangeiros e de seus colegas brasileiros nas atividades de pesquisa desenvolvidas na UFPb.

Do mesmo modo, expõe a análise e interpretação da sua participação -brasileiros e estrangeiros -no que diz respeito à orientação de dissertações de mestrado.

No que tange aos questionários, seguiu-se a mesma ordem em que foram apresentadas as perguntas e questões formuladas nesse instrumento de coleta de dados.

Como se afirmou anteriormente, não se utilizaram métodos estatísticos sofisticados e os resultados apurados foram apresentados nas tabelas com percentuais.

4.2. Questionário aplicado aos chefes de departamento, coordenadores de cursos de mestrado, coordenadores de núcleos de pesquisa ou de laboratório

A questão inicial teve por objetivo, verificar, através das informações de chefes de departamento, coordenadores de cursos de pós-graduação, coordenadores de núcleos de pesquisa ou de laboratório, o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, cuja contratação ou vinculação nesses setores tivesse ocorrido no período de 1970/80.

Perguntou-se: "Quantos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram contratados ou estavam vinculados a este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, no período de 1970/80?"

Na Tabela 1 estão agrupadas as respostas para esta pergunta.

As respostas obtidas dos 30 entrevistados revelaram um total de 227 professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, aí incluídos aqueles que permaneciam na UFPb, na época da pesquisa de campo para a realização deste trabalho.

Este total indica que os setores acima mencionados contaram com a presença de 66,2% dos 343 profissionais estrangeiros levantados pela autora e citado no Capítulo anterior.

Desse total, 99, ou 43,6%, estavam envolvidos na área Tecnológica, 55, ou 24,2%, na de Ciências Humanas, Letras e Artes, 25, ou 11%, na de Ciências Exatas e da Natureza, 19, ou 8,4%, na de Humanidades, 17, ou 7,5% na de Ciências da Saúde e 12, ou 5,3%, na de Ciências Sociais Aplicadas.

Pelo maior percentual, infere-se que a área Tecnológica congregava o maior número desses profissionais estrangeiros, enquanto que a de Ciências Sociais Aplicadas, o menor.

TABELA 1

Número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros
na UFPb

Entrevistados (Nº de ordem)	Número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros
1	11
2	6
3	2
4	2
5	4
6	3
7	2
8	4
9	6
10	8
11	27
12	3
13	11
14	2
15	1
16	9
17	15
18	45
19	12
20	7
21	7
22	3
23	12
24	2
25	2
26	6
27	8
28	5
29	1
30	1
TOTAL	227

A questão seguinte era sobre o tempo de permanência dos mesmos nos setores da UFPb, acima mencionados.

Solicitou-se, a cada um dos entrevistados: "Assinale com 'X', conforme for o caso, a alternativa abaixo, quantificando ao lado o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros em relação ao tempo de permanência neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório.

As alternativas e as respostas para esta questão encontram-se reunidas na Tabela 2, seguinte.

TABELA 2

Tempo de permanência dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Tempo de permanência	Número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros	%
Até 1 ano	54	23,8
De 1 a 2 anos	71	31,4
De 2 a 4 anos	38	16,7
De 4 a 6 anos	25	11,0
De 6 a 8 anos	6	2,6
De 8 a 10 anos	26	11,4
Mais de 10 anos	-	-
Não identificado	7	3,1
TOTAL	227	100,0

Os resultados demonstram que a permanência desses profissionais estrangeiros nos setores acima mencionados variava num intervalo de tempo

que ia de até 1 ano a 10 anos, sendo que o maior percentual, 71, ou 31,4% indicou os estrangeiros que se encontravam na faixa de 1 a 2 anos de permanência nesses setores da UFPb. Seguindo-se a esse, com 54 ou 23,8% os que se encontravam com até 1 ano de permanência. Em terceiro lugar, com 38 ou 16,7%, os que se enquadravam na faixa de 2 a 4 anos. Nas faixas de 8 a 10 anos e de 4 a 6 anos de permanência, constavam, respectivamente, 26 ou 11,4% e 25 ou 11% desses estrangeiros. O menor percentual, 6 ou 2,6%, encontrava-se na faixa de 6 a 8 anos de permanência. Em suas respostas, os entrevistados não assinalaram nenhum estrangeiro com mais de 10 anos de permanência. Percebe-se, também, que eles não identificaram o tempo de permanência de 7, ou 3,1%, dos estrangeiros em análise.

A questão seguinte referia-se à forma de recrutamento e/ou ingresso dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros nos citados setores da UFPb.

Solicitou-se, a cada um dos entrevistados: "Assinale com 'X', conforme o caso, a alternativa abaixo, quantificando o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, em relação à forma de recrutamento e/ou ingresso desses profissionais estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório. As alternativas a serem assinaladas eram: "por anúncio em revista especializada"; "através de convênios de cooperação internacional"; "através de organismos internacionais (ONU, UNESCO, FULLBRIGHT etc.)"; "contato direto entre o profissional estrangeiro, e a UFPb" e "outras" (modalidades).

Na Tabela 3 estão reunidas as respostas para esta questão.

Segundo os resultados obtidos, observa-se que 50,2% dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram recrutados e/ou ingressaram nos referidos setores da UFPb através do contato direto entre eles

e a própria Universidade. Verifica-se, também, que os entrevistados não identificaram a forma de recrutamento e/ou ingresso de 25,6% dos citados estrangeiros. As respostas indicam, ainda, que 16,7% desses estrangeiros vieram através de convênios de cooperação entre a UFPb e Universidades estrangeiras. Os percentuais mais baixos (4% e 3,5%) correspondem, respectivamente, ao recrutamento através de anúncio em revista especializada e do ingresso dos referidos estrangeiros através do intercâmbio entre a UFPb e os organismos internacionais acima mencionados.

Pelo maior percentual, conclui-se que o contato direto entre os profissionais estrangeiros e a UFPb constituiu a modalidade mais utilizada.

TABELA 3

Forma de recrutamento e/ou ingresso dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Modalidade	Número	%
Por anúncio em revista especializada	9	4,0
Através de convênios ^(*)	38	16,7
Através de organismos internacionais (UNESCO, FULLBRIGHT etc.)	8	3,5
Contato direto entre professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros e a UFPb	114	50,2
Outras	-	-
Não identificada	58	25,6
TOTAL	227	100,0

(*) Convênios de cooperação internacional ou convênios com Universidades estrangeiras

A questão seguinte objetivou verificar se a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros nos mencionados setores da UFPb se efetuará com frequência ou não. Perguntou-se: "Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?" As respostas para esta pergunta estão reunidas na Tabela 4.

As respostas positivas alcançaram 56,7% contra 43,3% negativas. Considerando o maior percentual, deduz-se que era freqüente a atuação de profissionais estrangeiros nos setores acima especificados. Todavia, revelou-se bastante significativo o percentual dos que responderam negativamente. Saliente-se, contudo, que dos 13 que assim responderam, 6 ou 46,2% estavam vinculados a departamentos de graduação ainda sem tradição de intercâmbio estrangeiro. Acredita-se que esse fato justificou o aludido percentual.

TABELA 4

Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Respostas	Número	%
Sim	17	56,7
Não	13	43,3
TOTAL	30	100,0

Complementando a pergunta, exigia-se uma justificativa da resposta. As razões positivas estão agrupadas na Tabela 5 e as razões negativas, na Tabela 6.

Dos 17 que responderam positivamente, 14 ou 82,3%, justificaram suas respostas. As atividades de pós-graduação e pesquisa, carentes de pessoal qualificado, foi a justificativa que alcançou o maior percentual ou seja, 35,3%. Seguindo-se a esta, com 23,5%, a constatação de que o Departamento vinha contando com a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desde a sua fundação. Também foi indicada, como um dos fatores que justificava a presença desses profissionais, em 11,8% a dificuldade de contratar professores brasileiros com titulação de doutor - ou equivalente - para trabalhar no Nordeste. As justificativas com percentuais mais baixos (5,9% e 5,9%) fazem, respectivamente, alusão à escassez de profissionais brasileiros e às características da área de concentração do curso, como razões que determinaram a atuação dos profissionais estrangeiros.

TABELA 5

Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Razões positivas	Número	%
Devido à carência de profissionais qualificados para as atividades de pós-graduação e pesquisa	6	35,3
Desde a sua criação, o Departamento tem contado com a presença de profissionais estrangeiros	4	23,5
Dificuldade de contratar professores brasileiros com titulação de doutor (ou equivalente) para trabalharem no Nordeste	2	11,8
Escasso número de profissionais brasileiros	1	5,9
Devido às características da área de concentração do curso	1	5,9
Não responderam	3	17,6
TOTAL	17	100,0

Dos 13 que responderam negativamente, 10 ou 76,9% justificaram suas respostas. A Tabela 6 agrupa as razões negativas dessas respostas.

A razão negativa mais apontada, com 23,1% das respostas, era a de que a contratação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, se restringira àqueles que ainda permaneciam no Departamento, não ocorrendo, portanto, novas contratações. Segue-se a essa, com 15,3% das respostas, a de que os professores brasileiros atendiam plenamente aos programas do Departamento. Os percentuais mais baixos referem-se ao tempo de existência do Departamento; desconhecimento da realidade brasileira, por parte dos profissionais estrangeiros; opção destes por centros mais adiantados, entre outras, justificando a exígua presença dos citados estrangeiros.

TABELA 6

Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Razões negativas	Número	%
Não houve contratação de outros professores estrangeiros, além dos atuais	3	23,1
Os professores brasileiros atendem plenamente aos programas do Departamento	2	15,3
Em virtude do tempo de existência do Departamento	1	7,7
Desconhecem a realidade brasileira	1	7,7
Em virtude de haver outros centros mais adiantados pelos quais fazem opção	1	7,7
Percentualmente, não	1	7,7
Está se fazendo presente	1	7,7
Não responderam	3	23,1
TOTAL	13	100,0

A pergunta seguinte tratou de verificar a existência de linha(s) de pesquisa nos citados setores da UFPb, em relação à área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contratados.

Perguntou-se: "Antes da contratação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, já existia(m) neste Departamento/Curso/ Núcleo/ Laboratório, linha(s) de pesquisa na área de atuação dos referidos profissionais estrangeiros?"

As respostas para esta pergunta encontram-se na Tabela 7.

A maioria, 60% dos entrevistados, respondeu negativamente, contra 40 que responderam positivamente.

Pelo maior percentual, infere-se que os Departamentos e outros setores da UFPb não possuíam linhas de pesquisa na área de atuação dos referidos estrangeiros antes da contratação destes.

TABELA 7

Existia(m) linha(s) de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/
Laboratório na área de atuação dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros?

Respostas	Número	%
Sim	12	40,0
Não	18	60,0
TOTAL	30	100,0

Ainda com relação a esta pergunta, solicitou-se, aos entrevistados que justificassem as respostas, se achassem necessário. Na Tabela 8 estão reunidas as justificativas dos que responderam positivamente, e na

Tabela 9, as dos que responderam negativamente.

Dos 12 que responderam positivamente, o maior percentual, 41,7% indicou que a contratação dos referidos profissionais tivera, como objetivo, atender as linhas de pesquisa já preestabelecidas no programa departamental ou do Curso. Deduz-se, daí, que a área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros deveria corresponder às linhas de pesquisa em questão.

Os percentuais mais baixos reafirmam, também, a existência dessas linhas de pesquisa, com a ressalva de que, em alguns casos, os professores estrangeiros contribuíram para a sua implementação.

TABELA 8

Existia(m) linha(s) de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/
Laboratório, na área de atuação dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros?

Razões positivas	Número	%
A contratação de professores estrangeiros obedeceu as linhas de pesquisa preestabelecidas no programa departamental ou do Curso	5	41,7
Existiam, dentro das áreas de concentração	1	8,3
Em alguns casos, sim; em outros, os professores estrangeiros contribuíram para a implementação dessas linhas	1	8,3
Não responderam	5	41,7
TOTAL	12	100,0

A Tabela 9 reúne as razões dos que responderam negativamente.

Nesta tabela, verifica-se que o maior percentual, 16,7% das respostas, aponta, como razão negativa principal, a inexistência de atividades

de pesquisa no Departamento. Segue-se, a esta, com 11,1%, a afirmação de que foram esses estrangeiros que iniciaram as linhas de pesquisa existentes.

O percentual mais baixo, 5,5%, indicou a existência de linha de pesquisa no Departamento, porém não equivalente à especialização do pesquisador contratado.

Do mesmo modo que na tabela anterior, observa-se significativo número dos que não justificaram suas respostas. Lembre-se, contudo, de que esta justificativa seria formulada, caso o entrevistado julgasse necessário fazê-lo.

TABELA 9

Existia(m) linha(s) de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, na área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?

Razões negativas	Número	%
Não existiam atividades de pesquisa no Departamento	3	16,7
A linha de pesquisa existente não correspondia à especialização do professor	1	5,5
Deram início às linhas de pesquisa existentes	2	11,1
Não responderam	12	66,7
TOTAL	18	100,0

A pergunta seguinte foi assim formulada: "Os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros criaram novas linhas de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?"

As respostas para esta pergunta estão expressas na Tabela 10.

Os resultados demonstraram que a maioria, 60% dos entrevistados, afirmou que esses profissionais estrangeiros criaram novas linhas de pesquisa, contra 40% que disseram o contrário.

TABELA 10

Os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros criaram novas linhas de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Respostas	Número	%
Sim	18	60,0
Não	12	40,0
TOTAL	30	100,0

Na tentativa de melhor compreensão dos resultados, procedeu-se a uma análise comparativa das respostas e justificativas da questão anterior (Tabelas 7, 8 e 9), com as desta questão (Tabela 10), quando são encontradas determinadas situações que caracterizam o envolvimento dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na criação e/ou implementação de linhas de pesquisa, objeto das referidas questões. Essas situações estão reunidas na Tabela 11.

O percentual mais alto, 33,3%, indica que as linhas de pesquisa existentes foram criadas pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros. Segue-se a esse, com 26,7%, a situação em que esses profissionais criaram novas linhas de pesquisa. Considerando as duas situações, tem-se um percentual de 60% ratificando, assim, a participação dos profissionais estrangeiros na criação de linhas de pesquisa.

Por outro lado, 26,7% das respostas enfatizam a situação na qual

não existiam linhas de pesquisa no Departamento e a presença do profissional estrangeiro não concorreu para a sua criação. O outro caso, com 13,3% das respostas, relaciona-se à situação em que os referidos estrangeiros não criaram novas linhas de pesquisa além das que já havia antes de suas contratações. Essas duas situações representam um total de 40% das respostas.

TABELA 11

Situações que caracterizaram a participação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na criação e/ou implementação de linhas de pesquisa no Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório

Situações	Número	%
As linhas de pesquisa foram criadas pelos profissionais estrangeiros	10	33,3
Os profissionais estrangeiros criaram novas linhas de pesquisa	8	26,7
Não existiam linhas de pesquisa e permaneceu sua inexistência	8	26,7
Os profissionais estrangeiros não criaram novas linhas de pesquisa	4	13,3
TOTAL	30	100,0

Pelo maior percentual das situações apresentadas acima, conclui-se que os citados estrangeiros contribuíram para a criação e/ou implementação de linhas de pesquisa nos Departamentos e outros setores da UFPb.

Voltando à pergunta acima (Tabela 10), solicitou-se a cada um dos entrevistados que, no caso de resposta positiva, citasse pelo menos uma

linha de pesquisa criada por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros em seus respectivos setores.

Dos 18 que responderam positivamente, 16, ou 88,9%, atenderam à solicitação.

Segue, abaixo, a relação dessas linhas de pesquisa.

Linhas de pesquisa

criadas por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros

- Química de Produtos Naturais
- Pesquisa na área de equipamentos odontológicos
- Inglês Instrumental (e auxílio em pesquisas individuais em língua estrangeira e respectiva literatura)
- Literatura Popular
- Língua Inglesa (ensino) e Literatura Anglo-Americana
- As pequenas e médias empresas do Estado; o Setor Agroindustrial do Estado
- A linha de "fermentação" foi sugerida e está sendo desenvolvida para melhoria e obtenção da Ecogenina
- Tratamento de Esgotos em Sistemas com lodo em suspensão (em andamento)
- Pesquisa Operacional
- Física Nuclear
- Gênese das jazidas bentoníticas de Boa Vista, PB
- Obtenção de Tungstênio Metálico a partir da Shelita
- Conservação do Solo e da Água e Salinidade do Solo
- Estrutura e Propriedade de ligas Binárias Al-Si
- Projetos de pesquisa na área de Microbiologia
- Controle e Evaporação em Reservatórios da Região Semi-Árida

A pergunta seguinte foi formulada no sentido de se verificar até que ponto os Departamentos/Cursos/Núcleos/Laboratórios se preocuparam em averiguar se havia consonância entre a área profissional dos referidos estrangeiros e as atividades que eles iriam desenvolver junto aos citados setores da UFPb.

Perguntou-se: "Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros e as atividades que eles iriam desenvolver?" Na Tabela 12 estão reunidas as respostas para esta pergunta.

TABELA 12

Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?

Respostas	Número	%
Sim	24	80,0
Não	6	20,0
TOTAL	30	100,0

Observando esta tabela, verifica-se que 80% das respostas foram positivas, contra 20% negativas.

Pela maioria das respostas positivas, deduz-se que a vinculação de referidos estrangeiros aos mencionados setores da UFPb foi condicionada aos objetivos e necessidades destes visando atender, entre outros aspectos, áreas específicas carentes, principalmente, de pessoal especializado.

A constatação do exposto atrás está implícita na Tabela 13, que reúne as justificativas dos que responderam positivamente, com exceção de apenas 1, ou 4,2%, cuja resposta não foi justificada.

TABELA 13

Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?

Razões positivas	Número	%
Os profissionais estrangeiros foram contratados para as áreas prioritárias dos cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisa	11	45,8
Os profissionais estrangeiros foram contratados para áreas específicas, carentes de pessoal especializado	7	29,1
Os profissionais estrangeiros foram contratados para atender às atividades previamente planejadas	4	16,7
Os profissionais estrangeiros foram contratados em função da titulação	1	4,2
Não respondeu	1	4,2
TOTAL	24	100,0

A justificativa de maior frequência, com 45,8% das respostas, refere-se à contratação de profissionais estrangeiros para as áreas prioritárias dos cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisas. Segue-se a esta, com 29,1%, a contratação desses profissionais para áreas específicas tanto de pós-graduação como de graduação, carentes de especialistas e, ainda, com 16,7%, a contratação dos mesmos, tendo em vista as ati

vidades previamente planejadas para ambos os níveis, destacando-se as atividades de ensino e pesquisa.

Dos 4 entrevistados que apresentaram esta última razão, apenas 1, ou 25%, fez referência às atividades de extensão associadas às de ensino e pesquisa, enquanto o percentual mais baixo, 4,2%, indicou a titulação dos profissionais estrangeiros como fator determinante para a sua contratação.

Pelo exposto, conclui-se que a contratação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros não se efetuou ao acaso; várias foram as razões que a induziram, destacando-se a falta de pessoal especializado indispensável, principalmente, para a implementação das áreas prioritárias dos cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisas.

Infere-se, também, que houve consonância da área de atuação e/ou especialização desses profissionais com as atividades para as quais foram contratados, visto a necessidade de "utilização imediata" dos seus conhecimentos e experiências, frisada por 9,1% dos que apresentaram a justificativa de maior percentual (45,8%).

As razões negativas estão reunidas na Tabela 14.

Dos 6 entrevistados que responderam negativamente, 4, ou 66,7%, justificaram suas respostas.

O maior percentual, 50%, demonstra que os Departamentos não contavam, ainda, com suas linhas de pesquisa definidas; a contratação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros teve a finalidade de dar início a essas atividades.

TABELA 14

Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?

Razões negativas	Número	%
Não havia linha de pesquisa definida no Departamento; os professores estrangeiros foram contratados para iniciá-la	3	50,0
O Departamento não solicitou a contratação do professor estrangeiro: aconteceu	1	16,7
Não responderam	2	33,3
TOTAL	6	100,0

Por outro lado, 16,7% das respostas evidenciam que a contratação do professor estrangeiro efetuou-se à revelia dos objetivos e necessidades do Departamento, isto é, sem que este tenha sido pelo menos consultado.

A pergunta seguinte foi assim formulada: "Todas as linhas de pesquisa deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório foram contempladas com o mesmo número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros? As respostas para esta pergunta estão reunidas na Tabela 15.

Dos 30 entrevistados, 27, ou 90%, responderam negativamente contra 3, ou 10%, que não responderam a questão. Não houve respostas afirmativas. Por esses resultados, infere-se que as linhas de pesquisa desenvolvidas no Departamento e em outros setores não foram contempladas com o mesmo número de professores estrangeiros.

TABELA 15

Todas as linhas de pesquisa
deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório
foram contempladas com o mesmo número de professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros?

Respostas	Número	%
Sim	-	-
Não	27	90,0
Não responderam	3	10,0
TOTAL	30	100,0

Complementando a pergunta, solicitou-se aos entrevistados que justificassem suas respostas. A tabela 16 reúne as justificativas dos que responderam negativamente.

Das razões negativas apontadas, a de maior percentual, 25,9%, refere-se à dificuldade de encontrar especialistas estrangeiros para atender a determinadas linhas de pesquisa. Ressalte-se que esta dificuldade também acontecia com relação à falta de especialistas brasileiros, conforme enfatizaram 14,3% dos que apresentaram esta razão.

Outro fator identificado, com 14,9%, foi a contratação de profissionais estrangeiros só para as áreas de pesquisa onde não havia brasileiros com formação equivalente.

Com percentuais iguais de 11,1%, foram indicados, respectivamente: o reduzido número de professores estrangeiros contratados, a inexistência de linha de pesquisa no Departamento e o fato de professores brasi

leiros atenderem suficientemente as linhas de pesquisa existentes.

As razões negativas com percentuais mais baixos dizem respeito à contratação de professores estrangeiros para desenvolver, eles próprios, as linhas de pesquisa; preferência desses professores por centros mais adiantados, entre outras.

TABELA 16

Todas as linhas de pesquisa deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, foram contempladas com o mesmo número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?

Razões negativas	Número	%
Pela dificuldade de encontrar especialistas estrangeiros para atender a determinadas linhas de pesquisa	7	25,9
Porque só foram contratados para as áreas de pesquisa onde não havia brasileiros com formação equivalente	4	14,9
Pelo reduzido número de professores estrangeiros contratados	3	11,1
Pela inexistência de linhas de pesquisa no Departamento	3	11,1
Porque os professores brasileiros atendiam suficientemente as linhas de pesquisa existentes	3	11,1
Porque foram contratados para desenvolver, eles próprios, as linhas de pesquisa	1	3,7
Em virtude de preferirem outros centros mais adiantados	1	3,7
Porque não foram contratados especificamente para atividade de pesquisa	1	3,7
Porque o Departamento não se preocupou com isso	1	3,7
Não responderam	3	11,1
TOTAL	27	100,0

A questão seguinte teve, por objetivo, identificar a(s) área(s) de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros no Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, julgada(s) mais importante(s) pelos entrevistados. A questão foi assim formulada: "Enumere, se for o caso, utilizando os números 1, 2 e 3, em ordem de importância, até três alternativas que mais identificaram a área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório." Coloque o número 1 na alternativa que julgar mais importante. As alternativas eram: "ensino na graduação"; "ensino na pós-graduação"; "execução e/ou orientação de pesquisas"; "orientação de teses"; "atividades administrativas" e "outras" (atividades).

Na Tabela 17 encontram-se reunidas as respostas para esta questão, porém se referindo exclusivamente às alternativas julgadas as mais importantes, ou seja, aquelas assinaladas com o número 1.

Dos 30 entrevistados, 23, ou 76,7%, assinalaram três alternativas; 4, ou 13,3%, duas alternativas e 3, ou 10%, somente uma alternativa.

Considerando as respostas em sua totalidade, verificou-se que a segunda alternativa - "ensino na pós-graduação" - obteve a maior frequência, 28,7% das respostas. Segue-se a esta, com 23,7%, a terceira alternativa - "execução e/ou orientação de pesquisa" - e com 21,3% a quarta alternativa, "orientação de teses." A primeira - "ensino na graduação" - obteve 20% das respostas. Os percentuais mais baixos relacionam-se, respectivamente, às quinta e sexta alternativas - "atividades administrativas" (chefia de Departamento, coordenação de Curso etc.) e a "outras" (extensão, publicação, apoio a convênios etc.).

TABELA 17

Área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros
julgada mais importante

Respostas	Número	%
Ensino na pós-graduação	11	36,7
Ensino na graduação	10	33,3
Orientação de teses	7	23,3
Execução e/ou orientação de pesquisas	2	6,7
Atividades administrativas	-	-
Outras	-	-
TOTAL	30	100,0

No que se refere especificamente à ordem de importância, observa-se, na Tabela 17, que "ensino na pós-graduação" foi indicada como a alternativa mais importante na área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, por 11, ou 36,7%, dos entrevistados. Para esta mesma alternativa foram atribuídos os segundo e terceiro níveis de importância, por 10, ou 33,3%, e 2, ou 6,7%, dos entrevistados, respectivamente.

Do mesmo modo, "ensino na graduação" foi considerada a alternativa mais importante, por 10, ou 33,3%, dos entrevistados. Dois, ou 6,7%, e 4, ou 13,3%, atribuíram-lhe segundo e terceiro níveis de importância, respectivamente.

"Orientação de teses" também foi apontada como a alternativa mais importante, por 7, ou 23,3%, dos entrevistados. Entretanto, com percentuais iguais de 5, ou 16,7%, foi julgada, respectivamente, de segundo e

terceiro níveis de importância.

"Execução e/ou orientação de pesquisas" foi assinalada como a alternativa mais importante por apenas 2, ou 6,7%, dos entrevistados. 8, ou 26,7%, e 9, ou 30%, qualificaram-na em segundo e terceiro níveis de importância, respectivamente.

Nenhum dos entrevistados assinalou "atividades administrativas" e "outras" (atividades) como as alternativas mais importantes. Ambas foram indicadas apenas como alternativas de segundo e terceiro níveis de importância: "atividades administrativas", respectivamente, por 2, ou 6,7%, e 1, ou 3,3%, dos entrevistados, e "outras" (atividades), com percentuais iguais de 1, ou 3,3%, para os referidos níveis, respectivamente.

Resumindo, observa-se que as alternativas julgadas as mais importantes pelos entrevistados, no que diz respeito à área de atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, foram: "ensino na pós-graduação" (36,7%), "ensino na graduação" (33,3%), "orientação de teses" (23,3%) e "execução e/ou orientação de pesquisas" (6,7%). "Atividades administrativas" e "outras" (atividades), não figuraram nesta classificação.

Comparando estes resultados com o cômputo total das respostas, constata-se que "ensino na pós-graduação" se manteve na mesma posição, ou seja, a alternativa mais assinalada (28,7%), bem como julgada a mais importante, com o maior percentual (36,7%).

O mesmo não ocorreu com "execução e/ou orientação de pesquisas". No cômputo total das respostas, foi a segunda alternativa mais apontada (23,7%); entretanto, na ordem de importância, obteve o mais baixo percentual (6,7%).

Por outro lado, "ensino de graduação", situado no cômputo total

das respostas como a quarta alternativa mais assinalada (20%), na ordem de importância, alcançou o segundo percentual (33,3%).

Tanto no cômputo total das respostas como na ordem de importância, "orientação de teses" se manteve na mesma posição: no primeiro caso, como a terceira alternativa mais assinalada (21,3%), no segundo obtendo o terceiro percentual (23,3%).

"Atividades administrativas" e "outras" (atividades), não foram indicadas como as alternativas mais importantes e, no cômputo total das respostas, apresentaram os mais baixos percentuais: 3,8 e 2,5%, respectivamente.

Dos 23 entrevistados que assinalaram três alternativas, 4, ou 17,5% disseram que os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros exerciam, concomitantemente, atividades de ensino na graduação, na pós-graduação e de execução e/ou orientação de pesquisas. 4, ou 17,5%, disseram que esses profissionais exerciam atividades de ensino na graduação, na pós-graduação e de orientação de teses; 1, ou 4,3%, disse que eles exerciam atividades de ensino na graduação, na pós-graduação e atividades administrativas e outras atividades; 1, ou 4,3%, disse que esses estrangeiros exerciam atividades de ensino na graduação, atividades de execução e/ou orientação de pesquisas e de orientação de teses; 11, ou 47,8%, disseram que eles exerciam atividades de ensino na pós-graduação, atividades de execução e/ou orientação de teses; 1, ou 4,3%, disse que esses profissionais exerciam atividades de ensino na pós-graduação, atividades de execução e/ou orientação de pesquisas e atividades administrativas.

No mesmo sentido, obteve-se, dos 4 entrevistados que assinalaram duas alternativas, os seguintes resultados; 1, ou 25%, disse que os professores estrangeiros exerciam atividades de ensino na graduação e na

pós-graduação; 1, ou 25%, disse que esses professores exerciam atividades de ensino na graduação e de execução e/ou orientação de pesquisas; 1 ou 25%, afirmou que eles exerciam atividades de ensino na graduação e outras atividades; 1, ou 25%, relatou que os mesmos exerciam atividades de execução e/ou orientação de pesquisa e de orientação de teses.

Dos 3 que assinalaram somente uma alternativa, 2, ou 66,7%, disseram que os professores estrangeiros exerciam atividades de ensino apenas na graduação e 1, ou 33,3%, afirmou que esses professores exerciam atividades de ensino exclusivamente na pós-graduação.

Pelo exposto, conclui-se que o ensino na pós-graduação foi a atividade mais assinalada pelos entrevistados e, também, considerada, por estes, a mais importante na atuação dos professores estrangeiros.

Embora sendo a segunda alternativa mais indicada, a atividade de execução e/ou orientação de pesquisas não foi julgada a mais importante na atuação desses professores. Ressalte-se que 89,5% das indicações registraram que a referida atividade se efetuou predominantemente no âmbito da pós-graduação.

Não obstante ser esta área a de predominância da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, verificou-se um significativo envolvimento destes na graduação, notadamente nas atividades de ensino.

A questão seguinte foi formulada no sentido de identificar o fator que mais distinguiu a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros nos referidos setores da UFPb.

A questão foi assim enunciada: "Assinale com 'X' a alternativa que mais identificou a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório." As alternativas

eram: "um caso isolado", "iniciativa individual de alguns professores do Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório", "programa departamental" e "outros" (fatores).

As respostas para esta questão encontram-se reunidas na Tabela 18.

TABELA 18

Fatores que distinguiram a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros

Respostas	Número	%
Um caso isolado	5	16,7
Iniciativa individual de alguns professores	4	13,3
Programa departamental	15	50,0
Outros	5	16,7
Não respondeu	1	3,3
TOTAL	30	100,0

Pelo maior percentual, 50%, deduz-se que a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para os referidos setores da UFPb, constou da programação departamental visando, dentre outros objetivos, atenuar os problemas decorrentes da falta de pessoal especializado e dos motivos já enfatizados anteriormente.

Outros fatores, quais sejam, convênios de cooperação técnico-científica entre a UFPb e o CNRS (França), DAAD (Alemanha) e Universidades estrangeiras, por exemplo, foram citados por 16,7% dos entrevistados, como fatores que contribuíram para a presença desses estrangeiros.

Percentual igual (16,7%), indicou que a referida presença constitu

iu um caso isolado, cuja explicação de 1, ou 20%, dos entrevistados, se resume na afirmação de que "a atuação do professor é exclusivamente em função do Mestrado."

Segundo afirmativa de 13,3% dos entrevistados, a vinda desses estrangeiros efetuou-se exclusivamente através da iniciativa individual de alguns professores de Departamento.

A pergunta seguinte foi formulada assim: "Existiu algum programa concreto de avaliação ou análise da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório". As respostas para esta pergunta estão reunidas na Tabela 19.

As respostas negativas apresentaram o maior percentual, 83,3%, contra 16,7% das respostas positivas.

Os resultados obtidos demonstram que, na maioria dos Departamentos e outros setores da UFPb, a atuação dos estrangeiros não foi submetida a um programa concreto de avaliação ou análise de desempenho, principalmente pela inexistência de tais programas.

Em seqüência à pergunta, solicitou-se, a cada entrevistado que, em caso positivo, citasse o tipo de avaliação ou análise e, em caso negativo, as razões da sua não existência.

As razões positivas estão agrupadas na Tabela 20 e as negativas na Tabela 21.

Dos 5 que responderam positivamente, 3, ou 60%, disseram que os profissionais estrangeiros estavam sujeitos à mesma avaliação aplicada aos profissionais brasileiros na mesma atividade. Não explicitaram a espécie de avaliação.

TABELA 19

Existiu algum programa concreto de avaliação ou análise da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Respostas	Número	%
Sim	5	16,7
Não	25	83,3
TOTAL	30	100,0

TABELA 20

Existiu algum programa concreto de avaliação ou análise da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Respostas positivas	Número	%
A mesma avaliação aplicada a professores brasileiros na mesma atividade	3	60,0
Preenchimento de formulários por parte dos corpos discente e docente e pela verificação do número de trabalhos publicados	1	20,0
Acompanhamento individual das atividades do pesquisador pela Direção	1	20,0
TOTAL	5	100,0

O preenchimento de formulários por parte dos corpos docente e discente, bem como o número de trabalhos desenvolvidos, foi citado por 1, ou 20%, dos que responderam positivamente, como instrumento e indicadores de avaliação ou análise da atuação dos profissionais estrangeiros. O entrevistado não esclareceu se esse tipo de avaliação fora aplicado exclusivamente a eles ou se o mesmo fora extensivo a todos os professores do Departamento - brasileiros e estrangeiros.

O acompanhamento individual do professor estrangeiro por parte da Direção (no caso um Laboratório), foi outra forma de avaliação indicada por 1, ou 20%, dos entrevistados. Como no caso anterior, o entrevistado não explicitou se esse tipo de avaliação fora aplicado também a professores brasileiros.

Na Tabela 21 estão agrupadas as razões negativas.

Nessa tabela, verificou-se que dos 25 entrevistados que responderam negativamente, 22, ou 88%, justificaram suas respostas, cuja frequência, em sua maioria, diluiu-se em percentuais iguais, correspondente à afirmativa de apenas um ou dois entrevistados, respectivamente.

No entanto, pelo mais alto dos percentuais, 28%, depreende-se que os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros não receberam tratamento diferenciado nem, tampouco, eram considerados professores especiais, daí por que não existir um programa concreto ou formal de avaliação de desempenho dos mesmos, já que tal procedimento não se aplica, normalmente, aos professores de modo geral, afirmação ratificada por 2, ou 8%, dos entrevistados, quando enfatizam: "Não existe um plano global de avaliação de docentes no Departamento e por extensão na UFPb."

Por outro lado, 2, ou 8%, dos entrevistados, disseram, respectivamente, que o resultado de pesquisas, bem como trabalhos publicados e a

atuação em seminários, já constituíam parâmetros de avaliação de desempenho desses estrangeiros, dispensando outro tipo de avaliação.

O reduzido número de professores estrangeiros atuantes no Departamento, o seu curto tempo de permanência e o fato de o Departamento não dispor de uma linha de pesquisa em atividade onde o trabalho desses professores pudesse ser avaliado, foram apresentados como algumas das razões para a não existência do programa de avaliação acima mencionado, indicados, respectivamente, por percentuais iguais de 1, ou 4%, das respostas.

Outra justificativa alegada por 2, ou 8%, dos entrevistados, é a de que, embora lotados no Departamento, a maioria dos professores estrangeiros estava ligada às Coordenações de Mestrado que, através de seus Colegiados, efetuavam a avaliação de desempenho desses professores.

Do mesmo modo, "nenhum professor do Departamento é avaliado individualmente e, sim, por áreas," afirmativa esta enfatizada por 1, ou 4%, dos entrevistados.

"Por atender mais do que satisfatoriamente ao Departamento, não houve necessidade de se proceder a uma avaliação formal do desempenho dos professores estrangeiros", bem como "nunca se cogitou disso", foi o que disseram 2, ou 8%, e 1, ou 4%, dos entrevistados, respectivamente.

A aplicação futura de um questionário ao alunado para avaliar o comportamento didático dos professores, foi uma das afirmações feitas por 1, ou 4%, dos entrevistados. O mesmo não esclareceu se essa avaliação visaria exclusivamente os professores estrangeiros ou a todos os docentes de modo geral.

A questão seguinte teve, por objetivo, identificar o idioma em que os professores estrangeiros ministravam suas aulas expositivas. A pergun

TABELA 21

Existiu algum programa de avaliação ou análise da atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Razões negativas	Número	%
Não são tratados como estrangeiros ou professores especiais	7	28,0
Não existe um plano global de avaliação de docentes no Departamento e por extensão na UFPB	2	8,0
Na maioria, são ligados à Coordenação de Mesurado, que faz a avaliação através do seu Colegiado	2	8,0
O resultado das pesquisas já demonstra o desempenho dos professores	2	8,0
Não houve necessidade disso. Os estrangeiros, até o momento, atendem mais do que satisfatoriamente ao Departamento	2	8,0
Nenhum professor do Departamento é avaliado individualmente e, sim, por áreas	1	4,0
A sua presença foi observada através de seminários e de trabalhos publicados	1	4,0
Em virtude do reduzido número de professores estrangeiros atuantes	1	4,0
Em virtude do curto espaço de tempo de permanência do professor estrangeiro no Departamento	1	4,0
O Departamento ainda não dispunha de uma linha atuante de pesquisa	1	4,0
Será aplicado um questionário ao alunado, para avaliar o comportamento didático dos professores	1	4,0
Não se cogitou isso	1	4,0
Não responderam	3	12,0
TOTAL	25	100,0

ta foi formulada assim: "Assinale com 'X' o idioma em que os professores estrangeiros ministram suas aulas expositivas nas disciplinas oferecidas por este Departamento." As alternativas eram: "em português"; "em espanhol"; "em inglês"; "na língua nativa"; "não ministram aulas" e "outras". O entrevistado podia assinalar mais de uma alternativa.

As respostas para esta questão encontram-se agrupadas na Tabela 22

A maior frequência, 64,9%, indicou que o português era o idioma mais utilizado pelos professores estrangeiros para ministrarem suas aulas expositivas. Segue-se a esta, com 18,9%, o inglês e, com percentuais iguais de 5,4%, o espanhol e a língua nativa, respectivamente. A alternativa "não ministra aulas", obteve 2,7% das respostas. Apenas 1, ou 2,7%, dos entrevistados, não respondeu a questão.

TABELA 22

Idioma em que os professores estrangeiros ministram aulas expositivas

Modalidade	f	%
Em Português	24	64,9
Em Inglês	7	18,9
Em Espanhol	2	5,4
Na língua nativa	2	5,4
Não ministra aulas	1	2,7
Não respondeu	1	2,7
TOTAL ACUMULADO	37	100,0

Dos 29 entrevistados que responderam a questão, 5 ou 17,2%, procuraram esclarecer suas respostas. O primeiro explicou que o professor estrangeiro ministrara aulas em inglês "não mais que um ano." O segundo

afirmou que as aulas eram ministradas em português, porém com dificuldade, o que tornava a aprendizagem muitas vezes deficitária, "o que não invalida o esforço deles" - acrescentou. O terceiro enfatizou que o professor/pesquisador estrangeiro só entrava em sala-de-aula a partir do 6º mês de trabalho; enquanto aprendia o português, trabalhava no setor de pesquisa. Referindo-se às aulas ministradas exclusivamente em inglês, o quarto asseverou que era imprescindível o ensino em língua inglesa por nativos - tratando-se de curso específico. O quinto esclareceu que "apenas na pós-graduação, em alguns casos", o professor estrangeiro ministrava aulas exclusivamente nessa língua.

A pergunta seguinte foi assim formulada: "O Departamento/Curso /Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?" As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 23.

Os resultados obtidos demonstram que 16, ou 53,3%, dos entrevistados, responderam positivamente, contra 14, ou 46,7%, que responderam negativamente. Pelo maior percentual, conclui-se que os citados setores elaboraram um plano de trabalho das atividades que seriam desenvolvidas pelos profissionais visitantes estrangeiros.

Todavia, atente-se para o significativo número de respostas negativas, bastante aproximado do das respostas afirmativas.

Ratificando a afirmativa anterior, a maior frequência, 81,3%, das respostas agrupadas nesta tabela, indica que os setores acima tiveram a preocupação de estabelecer, "a priori", as atividades específicas que iriam ser desenvolvidas pelos profissionais visitantes estrangeiros.

Ressalte-se que esses planos geralmente eram levados ao conhecimento desses professores antes de sua chegada à UFPb. Todavia, como demons

TABELA 23

O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?

Respostas	Número	%
Sim	16	53,3
Não	14	46,7
TOTAL	30	100,0

Em seqüência à pergunta, solicitou-se a cada um dos entrevistados, a justificativa para a sua resposta.

As razões positivas estão agrupadas na Tabela 24 e as negativas na Tabela 25.

TABELA 24

O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?

Razões positivas	Número	%
Houve o estabelecimento, "a priori", das atividades específicas a serem desenvolvidas pelo professor estrangeiro	13	81,3
Apresentação do plano de trabalho somente após a chegada do professor estrangeiro	2	12,5
Não especificamente por ser estrangeiro (exceto com relação à dificuldade de comunicação no início)	1	6,2
TOTAL	16	100,0

tram os resultados, tal procedimento não era seguido por todos os Departamentos, pois no dizer de 2, ou 12,5%, dos entrevistados, "a apresentação ou a elaboração do referido plano só foi efetuada após a chegada do professor, o que é muito prejudicial ao rendimento do mesmo" - enfatizou um deles.

Conforme afirmação de 1, ou 6,2%, dos entrevistados, o Departamento elaborou o plano de trabalho, não por se tratar, especificamente, de professor-visitante estrangeiro, mas como uma forma de contornar as dificuldades de comunicação que geralmente ocorrem no início da atuação desses professores na UFPb.

As razões negativas são apresentadas na Tabela 25.

Essa tabela mostra que dos 14 entrevistados que responderam negativamente, 9, ou 64,3%, justificaram suas respostas.

O maior percentual, 21,5%, indica que a elaboração do plano de trabalho ficou a cargo de cada professor-visitante estrangeiro e não do Departamento. Do mesmo modo, 14,4% dos entrevistados disseram que as atividades desenvolvidas por esses professores foram integradas às atividades normais do Departamento, não havendo necessidade de um plano de trabalho específico para eles.

Os percentuais mais baixos salientaram, dentre outras razões, que os professores estrangeiros recebiam tratamento idêntico aos brasileiros não havendo, portanto, plano especial de trabalho para os mesmos. Nesse sentido, a vinda do professor estrangeiro para ministrar aulas e desenvolver linhas de pesquisa sem, no entanto, obedecer a um plano específico, apresentou-se também como uma das justificativas.

TABELA 25

O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos-visitantes estrangeiros?

Razões negativas	Número	%
Cada professor estrangeiro elaborou o seu plano de trabalho	3	21,5
Houve a integração de suas atividades às atividades normais do Departamento	2	14,4
A vinda de professores estrangeiros está ligada à atuação do Departamento, servindo à graduação e à pós-graduação	1	7,1
O professor vinha para ministrar aulas e desenvolver linhas de pesquisa	1	7,1
Recebeu tratamento idêntico aos brasileiros e não houve plano especial para eles	1	7,1
Está sendo elaborado um plano de trabalho para cada professor	1	7,1
Não responderam	5	35,7
TOTAL	14	100,0

O objetivo da pergunta seguinte foi verificar até que ponto o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório demonstrou interesse com relação a professores/pesquisadores e técnicos brasileiros, antes de optar pela contratação desses profissionais estrangeiros. A pergunta foi assim formulada: "Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos estrangeiros?"

As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 26.

Segundo os resultados obtidos, a maioria, 20, ou 66,7%, dos entre

vistados, respondeu positivamente, contra 6, ou 20%, que responderam negativamente. 3, ou 10%, não souberam informar e apenas 1, ou 3,3%, não respondeu a questão.

TABELA 26

Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos profissionais estrangeiros?

Respostas	Número	%
Sim	20	66,7
Não	6	20,0
Não sabem	3	10,0
Não respondeu	1	3,3
TOTAL	30	100,0

Complementando a pergunta, solicitou-se, a cada um dos entrevistados, que justificasse sua resposta.

Os 20 que responderam positivamente atenderam à solicitação, cujas razões positivas encontram-se agrupadas na Tabela 27. Dos 6 que responderam negativamente, 2, ou 33,3%, justificaram suas respostas, agrupadas na Tabela 28.

Analisando as razões apresentadas na tabela seguinte, infere-se que houve uma tentativa dos Departamentos e demais setores, no sentido de contratar professores ou cientistas brasileiros, antes de optarem pela contratação de especialistas estrangeiros. A falta de êxito nessa tentativa deveu-se, principalmente, às dificuldades comentadas a seguir.

O maior percentual, 45%, demonstra que a carência de doutores brasileiros em determinadas áreas de especialização concorreu, de forma decisiva, para a contratação desses especialistas estrangeiros.

Por outro lado, ao encontrar especialistas brasileiros com o mesmo nível de qualificação profissional dos estrangeiros, os brasileiros - alegando motivos e interesses de ordem pessoal e/ou profissional - não se mostraram dispostos a vir para a UFPb e, conseqüentemente, para o Nordeste. Essa razão foi apontada por 20% dos entrevistados.

Do mesmo modo, o salário oferecido pela UFPb foi enfatizado por 10% dos entrevistados, como uma das dificuldades para atrair e fixar em seus quadros, profissionais brasileiros possuidores da qualificação e experiência desejadas.

Com percentuais mais baixos, outros argumentos também foram apresentados; um deles é o de que os especialistas brasileiros contatados pelo Departamento estavam com emprego fixo em outros centros mais adiantados, não havendo interesse em deixá-lo.

Analisando as razões apresentadas na Tabela 27, infere-se que houve uma tentativa dos Departamentos e demais setores, no sentido de contratar professores ou cientistas brasileiros antes de optarem pela contratação de especialistas estrangeiros, além dos motivos já apresentados acima.

Outro entrevistado disse que a seleção de professores em seu Departamento foi baseada na documentação recebida de várias universidades, nacionais ou estrangeiras, onde o critério mais importante nessa análise foi a qualificação profissional e outros fatores que preenchessem as exigências e necessidades do Departamento, independentemente da nacionalidade do especialista. Nesse sentido, um dos entrevistados acrescentou que

a expansão do Departamento caracterizou-se pela agregação de brasileiros e estrangeiros ao mesmo tempo.

Um outro argumento é o de que, muito embora o Departamento tenha contratado professores estrangeiros, a preferência continuou sendo dada aos especialistas brasileiros, "por viverem nossa realidade." Complementando essa justificativa, um dos entrevistados disse, ainda, que o pesquisador nacional não teria problema de idioma e estaria mais adaptado às nossas condições de trabalho. Mesmo assim, "a presença dos estrangeiros no Laboratório é muito proveitosa; eleva o nível do ensino e das pesquisas pelas experiências novas" - concluiu o entrevistado.

As razões negativas estão agrupadas na Tabela 28.

Dos 6 entrevistados que responderam negativamente, apenas 2, ou 33,3%, justificaram suas respostas. Disseram que o Departamento não foi consultado sobre a vinda do professor estrangeiro.

Embora não representando a maioria das respostas, essa justificativa leva a concluir que, em alguns casos, a contratação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros aconteceu sem que o Departamento fosse ouvido ou mesmo necessitasse dos serviços desses profissionais. Raticando esta afirmativa, um dos entrevistados comentou a respeito de uma professora estrangeira contratada nessas circunstâncias: "Por solicitação da própria Universidade, a referida docente foi incluída neste Departamento." Segundo informações complementares, essa professora prestava serviços não ao Departamento, mas a outro setor da UFPb, servindo o Departamento apenas de ponto de referência para oficializar sua contratação.

TABELA 27

Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo / Laboratório, procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos estrangeiros?

Razões positivas	Número	%
Motivado pela carência de doutores brasileiros em determinadas áreas de especialização	9	45,0
Não encontrou especialistas com o mesmo nível dos estrangeiros dispostos a vir para a UFPb e/ou para o Nordeste	4	20,0
Dificuldades em virtude do salário oferecido pela UFPb, para atrair e fixar profissionais brasileiros com qualificação e experiência desejadas	2	10,0
Os especialistas brasileiros estavam com emprego fixo em centros mais adiantados	1	5,0
Seleção baseada em documentação recebida de várias universidades, nacionais ou estrangeiras	1	5,0
Preferência dada aos brasileiros, por viverem na realidade	1	5,0
O pesquisador nacional não teria problema de língua e estaria mais adaptado às nossas condições de trabalho	1	5,0
A expansão do Departamento caracterizou-se pela agregação de brasileiros e estrangeiros, ao mesmo tempo	1	5,0
TOTAL	20	100,0

TABELA 28

Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos estrangeiros?

Razões negativas	Número	%
O Departamento não foi consultado sobre a vinda do professor estrangeiro	2	33,3
Não responderam	4	66,7
TOTAL	6	100,0

A pergunta seguinte foi assim formulada: "Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório? As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 29.

As respostas positivas alcançaram maior frequência, isto é, 16, ou 53,3%, contra 14, ou 46,7%, das respostas negativas.

Pelo percentual mais alto, deduz-se que a vinda desses profissionais estrangeiros proporcionou a aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., para o Departamento e outros setores e por extensão para a UFPb.

Em complemento à pergunta, solicitou-se, a cada um dos entrevistados, que justificasse sua resposta caso achasse necessário. As razões positivas estão demonstradas na Tabela 30 e as negativas na Tabela 31.

TABELA 29

Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc. em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Respostas	Número	%
Sim	10	53,3
Não	14	46,7
TOTAL	40	100,0

Na Tabela 30, verifica-se que dos 16 entrevistados que responderam positivamente, 10, ou 62,5%, justificaram suas respostas. Observa-se também que cada uma das razões apresentadas se refere a uma situação diferente, o que tornou inviável agrupá-las por semelhança, procedimento adotado ao longo desta parte do trabalho. Deste modo, a frequência das respostas corresponde a cada um dos entrevistados, individualmente, implicando em percentuais iguais de 6,2% em relação ao total das respostas, respectivamente.

Entre as razões mencionadas, encontra-se a aquisição de reagentes e periódicos, decorrente da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para o Departamento e/ou outros setores. Do mesmo modo, houve quem enfatizasse a aquisição de alguns livros e equipamentos feita pela própria UFPb.

TABELA 30

Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Razões positivas	Número	%
Aquisição de reagentes e periódicos	1	6,2
Alguns livros e equipamentos adquiridos pela própria UFPb	1	6,2
Sobretudo, aquisição de bibliografia face às exigências do mestrado	1	6,2
Doação de livros estrangeiros e compra pela Biblioteca	1	6,2
Principalmente livros e periódicos que apoiassem as pesquisas a serem desenvolvidas	1	6,2
Por serem eles os executores dos projetos, a maioria dos equipamentos, material bibliográfico e reagentes, são adquiridos após a chegada desses professores ao laboratório	1	6,2
Em alguns casos, como doação, decorrente do próprio convênio	1	6,2
Os convênios de cooperação (CIDA e GTZ), envolvem aquisição de equipamentos e material bibliográfico	1	6,2
Principalmente através dos consulados britânico, americano e francês	1	6,2
Aquisição de equipamentos	1	6,2
Não responderam	6	38,0
TOTAL	16	100,0

Disse um dos entrevistados que a aquisição foi, sobretudo, de bi bliografia, para atender às exigências do Mestrado. Outro se referiu à doação de livros estrangeiros e, também, à compra desse material pela Bi blioteca. Um terceiro afirmou que houve aquisição, principalmente de li vros e periódicos que apoiassem as pesquisas a serem desenvolvidas.

Um entrevistado explicou que, por serem os professores estrangei ros os executores dos projetos, a maioria dos equipamentos, material bi bliográfico e reagentes, eram adquiridos após a chegada desses professo res ao Laboratório. Outro asseverou que, em alguns casos, esses equipa mentos e material bibliográfico eram adquiridos em forma de doação, de corrente do próprio convênio. Um terceiro disse, ainda, que os convêni os de cooperação com a CIDA e GTZ, por exemplo, envolviam aquisição de equipamentos e material bibliográfico. Outro declarou que a aquisição de equipamentos, material bibliográfico etc., efetuou-se, principalmen te, através dos consulados britânico, americano e francês, conforme o ca so.

Concluindo, um dos entrevistados afirmou que houve exclusivamente a aquisição de equipamentos em decorrência da vinda de professores estrangei ros para o seu Departamento.

As razões negativas estão agrupadas na Tabela 31.

Dos 14 entrevistados que responderam negativamente, 7, ou 50%, justi ficaram suas respostas.

O mais alto dos percentuais, 21,6%, evidencia que a aquisição de equipamentos e materiais decorreu da própria necessidade dos Departamen tos e/ou da UFPb, independentemente da vinda de professores estrangeiros

TABELA 31

Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

Razões negativas	Número	%
A aquisição de equipamentos e materiais foi decorrente da própria necessidade do Departamento e/ou da Universidade, independentemente da vinda de professores estrangeiros	3	21,6
A aquisição de equipamentos e, principalmente, de livros e periódicos, está mais ligada ao programa de pesquisa e pós-graduação do que ao professor	1	7,1
Nenhum deles veio através de acordos de cooperação	1	7,1
Não foram conseguidos, como sempre, recursos financeiros. Houve muito interesse do Departamento	1	7,1
A natureza da incorporação dos professores estrangeiros e a falta de planejamento da UFPb levaram a isto	1	7,1
Não responderam	7	50,0
TOTAL	14	100,0

Os percentuais mais baixos indicam, por exemplo, que a aquisição de equipamentos e, principalmente, de livros e periódicos, está mais ligada aos programas de pesquisa e pós-graduação do que ao professor. Demonstrou, também, que apesar do interesse do Departamento, não foram conseguidos, "como sempre", recursos financeiros para as aquisições desejadas. Do mesmo modo, a natureza da incorporação (não explicitada pelo entrevistado) dos professores estrangeiros e a falta de planejamento da

UFPb, levaram a essa impossibilidade.

A pergunta seguinte foi assim formulada: "A manutenção desses equipamentos e materiais independe das fontes de origem?"

As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 32.

Os resultados demonstram que 14, ou 46,7%, dos entrevistados, responderam positivamente, contra apenas 1, ou 3,3%, que respondeu negativamente. Indicam, também, que 1, ou 3,3%, não soube informar. Coerentes às respostas negativas apresentadas na Tabela 31, 46,7% não responderam a pergunta.

TABELA 32

A manutenção desses equipamentos e materiais
independe das fontes de origem?

Respostas	Número	%
Sim	14	46,7
Não	1	3,3
Não sabe	1	3,3
Não responderam	14	46,7
TOTAL	30	100,0

Complementando a pergunta, solicitou-se a cada um dos entrevistados, que justificasse sua resposta. As razões positivas estão agrupadas na Tabela 33.

Dos 14 que responderam positivamente, 10, ou 71,4%, justificaram as suas respostas.

Duas justificativas obtiveram, igualmente, a maior frequência, ou

21,5%, das respostas, respectivamente. A primeira enfatizou que a manutenção de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., adquiridos pelos citados setores da UFPb, em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, era efetuada por esta Universidade não dependendo, portanto, das fontes estrangeiras. Já a segunda afirmou que a UFPb procurava, na medida do possível, arcar com a referida manutenção. Ratificando esta última, um dos entrevistados acrescentou: "Há, no entanto, alguns poucos equipamentos mais sofisticados que ainda carecem da manutenção das fontes de origem - hoje nacionais." Nesse sentido, outro entrevistado argumentou que, embora utilizando recursos próprios, "existem, porém, muitas dificuldades para obtenção de peças de reposição para os equipamentos importados."

As justificativas com percentuais mais baixos demonstram, entre outras razões, que, ao firmar os convênios, a UFPb geralmente se comprometia com a manutenção acima mencionada.

Outra justificativa é a de que o material adquirido não precisava de manutenção - reagentes e vidraria - e no que se refere a periódicos, os mesmos foram adquiridos através de doações particulares. Complementando essa afirmação, um dos entrevistados disse o seguinte: "O professor conseguiu que colegas seus doassem algumas coleções de revistas."

O único entrevistado que respondeu negativamente, isto é, afirmando que a manutenção de equipamentos, materiais etc., dependia das fontes de origem, justificou sua resposta, explicando: "Existem peças de reposição ainda não fabricadas no Brasil, impossibilitando essa manutenção pela UFPb."

TABELA 33

A manutenção desses equipamentos e materiais
independe das fontes de origem?

Razões positivas	Número	%
São mantidos pela UFPb	3	21,5
A UFPb procura, na medida do possível, arcar com a manutenção	3	21,5
Nos convênios, a UFPb geralmente se compromete com a manutenção	1	7,1
O material adquirido não necessita de manutenção (reagentes e vidraria); quanto aos periódicos, foram adquiridos através de doações particulares	1	7,1
São alguns livros estrangeiros e pequenos equipamentos nacionais	1	7,1
Os livros que vêm com o professor ficam como doação	1	7,1
Não responderam	4	28,6
TOTAL	14	100,0

A questão seguinte teve por objetivo analisar a produtividade dos profissionais estrangeiros, no que concerne às atividades que lhes foram atribuídas. Perguntou-se: "As atividades atribuídas aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram desenvolvidas no tempo previsto nos cronogramas de execução?"

As respostas para esta pergunta encontram-se agrupadas na Tabela 34.

Pela maior frequência, 90%, das respostas, infere-se que esses es

trangeiros desenvolveram as atividades que lhes foram destinadas, no tempo previsto nos cronogramas de execução, estabelecido por eles próprios ou pelo Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório.

Embora não se exigindo justificativa para as respostas positivas, houve quem afirmasse que "o professor admitiu a previsão de um período para a execução de seu plano de trabalho." Outro revelou que "há os casos em que professores estrangeiros, irresponsáveis, não deram conta do recado e o colocamos à disposição da UFPb, solicitando a rescisão de contrato." Salientou o entrevistado que esses fatos podem ser considerados exceção. Nesse sentido, um outro acrescentou ainda: "Exceto no caso de um professor que foi convidado a desligar-se, os demais cumpriram suas tarefas dentro dos planos e prazos estabelecidos." Por fim, houve quem enfatizasse: "Se ocorreram exceções, foi devido, em algum caso, à deficiência dos próprios professores estrangeiros e, em outros, à falta de melhor controle da programação pelo Departamento."

Complementando a pergunta, solicitou-se a cada um dos entrevistados que, em caso negativo, justificasse a resposta. Apenas 2, ou 6,7%, responderam negativamente.

Um deles alegou que "a previsão das atividades que seriam desempenhadas pelos professores estrangeiros, elaborada pelo Departamento, era a longo prazo. Entretanto, "o professor que mais tempo ficou aqui permaneceu por dois anos" - acrescentou o entrevistado.

O outro informou que "não foi estabelecido cronograma de execução; o Departamento contratava o professor como visitante, mas na categoria de visitante permanente."

TABELA 34

As atividades atribuídas aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram desenvolvidas no tempo previsto nos cronogramas de execução?

Resposta	Número	%
Sim	27	90,0
Não	2	6,7
Não respondeu	1	3,3
TOTAL	30	100,0

A questão seguinte foi esta: "Assinale com 'X' as alternativas que caracterizaram as dissertações e/ou teses, além de outros trabalhos orientados por professores estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo /Laboratório." As alternativas eram: "temas internacionais", "temas nacionais", "temas regionais", "temas locais" e "outros".

Cada entrevistado podia assinalar mais de uma alternativa.

As respostas para esta questão encontram-se reunidas na Tabela 35.

A maior frequência, 29,4%, das respostas obtidas, indica que os temas regionais predominaram nas dissertações e/ou teses, bem como em outros trabalhos orientados pelos professores estrangeiros. Seguem-se, a esta, com 14,7%, os temas internacionais e, com 11,8%, os temas nacionais. Os temas locais obtiveram 5,9% das respostas. Os itens "outros" e "não houve orientação", foram indicados por percentuais iguais de 2,9%, respectivamente. Ressalte-se que 32,4% não responderam a questão.

TABELA 35

Abordagem que caracterizou as dissertações e/ou teses e outros trabalhos orientados por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros

Temas	f	%
Internacionais	5	14,7
Nacionais	4	11,8
Regionais	10	29,4
Locais	2	5,9
Outros	1	2,9
Não houve orientação	1	2,9
Não responderam	11	32,4
TOTAL	34	100,0

Referindo-se aos temas internacionais, houve quem afirmasse que "os mesmos têm sempre aplicações no contexto regional."

O entrevistado que assinalou a alternativa "outros" esclareceu que se tratava de "temas nas diversas áreas da Física."

O objetivo da pergunta seguinte foi verificar se houve melhoria do desempenho dos Departamentos, de outros setores e/ou da UFPb como um todo, em virtude da presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros. A pergunta foi assim formulada: "O trabalho desenvolvido por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para a melhoria do desempenho deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório e/ou da Universidade como um todo? Na Tabela 36 encontram-se agrupadas as respostas para esta pergunta.

Nessa tabela, constata-se que a maioria, 22, ou 73,3%, dos entrevistados, respondeu positivamente contra 3, ou 10%, que responderam negativamente e 5, ou 16,7%, que nada responderam.

Considerando estes resultados, deduz-se que o trabalho desenvolvido por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para a melhoria do desempenho dos Departamentos, de outros setores e/ou da UFPb como um todo.

TABELA 36

O trabalho desenvolvido por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para a melhoria do desempenho deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório e/ou da Universidade como um todo?

Respostas	Número	%
Sim	22	73,3
Não	3	10,0
Não responderam	5	16,7
TOTAL	30	100,0

Complementando a pergunta, solicitou-se a cada um dos entrevistados que, em caso positivo, indicasse pelo menos uma evidência da contribuição desses estrangeiros; em caso negativo, justificasse o porquê.

Dos 22 que responderam positivamente, 21, ou 95,4%, indicaram fatos que, segundo eles, evidenciavam a contribuição dos professores estrangeiros nos aspectos acima referidos. Transcreve-se, a seguir, esses depoimentos.

EVIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES/
PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS PARA
A MELHORIA DO DESEMPENHO DO DEPARTAMENTO,
DE OUTROS SETORES E/OU DA UFPb COMO UM TODO

- "Criação de curso de pós-graduação; iniciação de linhas de pesquisa na área onde eles atuam."
- "Publicação do 'Geo-ecologia da Paraíba'"
- "Estímulo à participação dos professores em estudos mais avançados na forma de seminários, o que levaria a bons trabalhos de pesquisa, caso o professor aqui permanecesse."
- "A melhoria do desempenho não foi a esperada, em virtude da ausência de infra-estrutura capaz de permitir a eles condições para o desenvolvimento de suas potencialidades. Mas a vinda deles proporcionou melhor qualificação da parte do corpo docente deste Departamento."
- "Incremento para os estudos com coletores solares e biogás, por parte de indianos."
- "Trabalhos publicados em revistas especializadas e apresentados em congressos internacionais."
- "A presença de professores estrangeiros enriqueceu o Departamento em ensino, pesquisa e extensão e aos professores de língua estrangeira que não tiveram oportunidade de sair do País."
- "Criação da orquestra sinfônica jovem e da orquestra infantil."
- "Enriquecimento bibliográfico, intercâmbio com universidades internacionais e nova mentalidade de trabalho."
- "Os professores que fazem mestrado têm tido sucesso na aprovação em concursos para professores universitários."

- "Divulgação de textos para discussão e textos didáticos, bem como a divulgação de trabalho em revista de âmbito internacional."

- "A maior evidência é a existência, hoje, de uma equipe capaz e integrada que vem desenvolvendo novas pesquisas."

- "Os recursos financeiros captados pelo Laboratório só foram possíveis com a contribuição séria dos professores estrangeiros titulados."

- "O grande número de docentes do Departamento que foram orientados no mestrado por professores estrangeiros."

- "Melhoria acentuada dos recursos computacionais, incremento da participação do Departamento em congressos, simpósios etc., principalmente com apresentação de trabalhos."

- "Criação do grupo de Energia Nuclear."

- "Gênese da jazida Boa Vista."

- "Através do trabalho desses professores é que justificamos o pedido dos diversos equipamentos sofisticados para os nossos laboratórios e recentemente recebidos."

- "Maturidade de pesquisa, ideologias novas e maior capacidade de trabalho."

- "Visão mais larga do sistema educacional universal."

- "Por se tratar, em geral, de pessoal dotado de boa qualificação"

Os três que responderam negativamente justificaram, assim, as suas respectivas respostas:

- "Eles não fizeram nada que não pudesse ser feito por docentes brasileiros."

- "Não dominaram, durante quase um ano, a língua portuguesa, não

trouxeram qualquer incentivo à pesquisa e tiveram dificuldades à adaptação universitária."

- "A professora exerceu apenas função de atendimento em ambulatório e orientação de alunos do curso de graduação."

Dos 5 que não responderam a pergunta, houve quem argumentasse que "o pouco tempo de trabalho, e o pequeno número de docentes estrangeiros, ainda não permitiram avaliar a contribuição dos mesmos no Departamento!"

4.3. Questionário aplicado aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros

A questão inicial teve por objetivo verificar a nacionalidade dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros.

Havia, no formulário, um espaço destinado ao preenchimento deste item, por cada um dos entrevistados. As respostas obtidas estão agrupadas na Tabela 37.

Nesta tabela, constata-se que os 62 professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que responderam o questionário, originavam-se de diversos países, sendo que os indianos representaram o maior número deles, 32,3%, seguidos dos alemães, com 16,1% e dos argentinos, com 11,3%. Por outro lado, os de nacionalidade portuguesa, iraniana e britânica significavam, respectivamente, apenas 1,6% do total. Com percentuais iguais de 6,5%, respectivamente, estavam representados os chilenos, uruguaios e franceses, enquanto que os peruanos e belgas eram da ordem, respectivamente, de 4,8%. Do mesmo modo, os holandeses e poloneses, ambos com 3,2%.

TABELA 37

Nacionalidade dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros

Nacionalidade	Número	%
Indiana	20	32,3
Alemã	10	16,1
Argentina	7	11,3
Chilena	4	6,5
Uruguaia	4	6,5
Francesa	4	6,5
Peruana	3	4,8
Belga	3	4,8
Holandesa	2	3,2
Polonesa	2	3,2
Portuguesa	1	1,6
Iraniana	1	1,6
Britânica	1	1,6
TOTAL	62	100,0

A questão seguinte teve por finalidade averiguar o grau de escolaridade desses estrangeiros, a área de concentração de conhecimentos e o país onde obtiveram o referido grau. A questão foi assim formulada: "Assinale com 'X' o seu grau de escolaridade, acrescentando, ao lado, a respectiva área de concentração e o país onde obteve o referido grau." As alternativas a serem assinaladas eram: "graduação", "especialização", "mestrado", "doutorado" e "pós-doutorado."

As respostas para esta questão encontram-se reunidas nas Tabelas 38, 39 e 40, respectivamente.

Como grande parte dos entrevistados assinalou exclusivamente o último grau obtido, achou-se por bem tomá-lo por base para efeito de análise da questão.

Nesse contexto, a Tabela 38 demonstra que 43,5% dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros já possuíam doutorado, 27,5% pós doutorado, 16,1% especialização, 11,3% mestrado e apenas 1,6% era portador unicamente de título de graduação.

TABELA 38

Grau de escolaridade dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros

Grau de escolaridade	Número	%
Doutorado	27	43,5
Pós-doutorado	17	27,5
Especialização	10	16,1
Mestrado	7	11,3
Graduação	1	1,6
TOTAL	62	100,0

Analisando a área de concentração de conhecimentos, verifica-se na Tabela 39, que o maior percentual, 33,8%, desses professores, pertencia à área Tecnológica - incluídas, aqui, as engenharias e as profissões agrícolas. Segue-se a este, com 29%, a de Ciências Exatas e da Natureza. Com percentuais iguais de 6,5%, figuravam as de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências da Saúde. A área de Educação estavam vinculados apenas 3,2% dos entrevistados. Saliente-se

que 14,5% não responderam este item.

Pelo exposto, conclui-se que a maioria dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, objeto desta análise, tinha sua formação acadêmico-científica concentrada na área Tecnológica.

TABELA 39

Área de concentração de conhecimentos dos
professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros

Área de concentração	Número	%
Tecnológica	21	33,8
Ciências Exatas e da Natureza	18	29,0
Ciências Sociais Aplicadas	4	6,5
Ciências Humanas, Letras e Artes	4	6,5
Ciências da Saúde	4	6,5
Educação	2	3,2
Não responderam	9	14,5
TOTAL	62	100,0

Com relação aos países onde os referidos estrangeiros obtiveram os graus de escolaridade acima mencionados, a Tabela 40 indica que a Alemanha alcançou a maior frequência, 14,5%, das respostas. Seguem-se a esta com 12,9% e 11,3%, Índia e Canadá, respectivamente. França e EUA obtiveram, ambos, o percentual de 9,7%. Do mesmo modo Argentina, Bélgica e Brasil, com resultados iguais de 6,5%. Inglaterra e Chile conseguiram, respectivamente, 8% e 3,2% das respostas. Os percentuais mais baixos referem-se à África do Sul, Escócia, Holanda, ao México, Peru e à Tchecoslováquia. Apenas 1,6% dos entrevistados não respondeu esse item.

TABELA 40

País onde os professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros obtiveram grau de escolaridade

País	Número	%
Alemanha	9	14,5
Índia	8	12,9
Canadá	7	11,3
França	6	9,7
EUA	6	9,7
Inglaterra	5	8,0
Argentina	4	6,5
Bélgica	4	6,5
Brasil	4	6,5
Chile	2	3,2
África do Sul	1	1,6
Escócia	1	1,6
Holanda	1	1,6
México	1	1,6
Peru	1	1,6
Tchecoslováquia	1	1,6
Não respondeu	1	1,6
TOTAL	62	100,0

Enfatize-se que dos 61 que responderam esse item, 50,8% haviam obtido o último grau de escolaridade, notadamente doutorado ou pós-doutorado, fora do país de origem. Os indianos constituíam um bom exemplo dessa situação: de um total de 20, doze, ou 60%, realizaram esses cursos, principalmente na Inglaterra e Canadá.

Concluindo, supõe-se que esses estrangeiros deviam trazer, com

eles, não apenas os valores culturais e intelectuais oriundos de seus próprios países mas, também, experiências e valores adquiridos em outros países por onde passaram anteriormente.

A questão seguinte visou levantar o vínculo funcional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros com a UFPb.

Formulou-se, assim, a questão: "Assinale com 'X' o seu vínculo funcional com esta Universidade." As alternativas a serem assinaladas eram "professor visitante", "professor assistente", "professor adjunto", "professor titular" ou "outro" vínculo funcional.

As respostas para esta questão encontram-se reunidas na Tabela 41.

Pelos resultados obtidos, constata-se que 40,3% dos entrevistados pertenciam à categoria de professor adjunto. As categorias de professor assistente e visitante congregavam, respectivamente, 27,4% e 22,6%, dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, bem como 6,5% pertenciam à categoria de professor titular. Fora das referidas categorias, apenas 3,2% haviam sido contratados na qualidade de técnico de nível superior, sendo que 1, ou 1,6% deles, também exercia atividade docente. Excluindo professores visitantes, 77,4% já faziam parte do quadro permanente de pessoal docente da UFPb.

TABELA 41

Vínculo funcional dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros com a UFPb

Vínculo funcional	Número	%
Professor adjunto	25	40,3
Professor assistente	17	27,4
Professor visitante	14	22,6
Professor titular	4	6,5
Outro ^(*)	2	3,2
TOTAL	62	100,0

(*) Técnico de nível superior

A questão seguinte objetivou informar o regime de trabalho desses estrangeiros junto à UFPb. Formulou-se a seguinte questão: "Assinale com 'X' o seu regime de trabalho nesta Universidade." As alternativas referiam-se aos "regimes de tempo integral e dedicação exclusiva" (DE), "quarenta horas semanais", "vinte horas semanais", bem como "outra" modalidade de regime de trabalho.

As respostas para esta questão encontram-se agrupadas na Tabela 42. O regime de tempo integral e dedicação exclusiva (DE) foi apontado pela maioria, 77,4%, dos professores estrangeiros. Ao regime de 40h semanais, estavam vinculados 21% deles. O regime de 20h semanais não foi assinalado. Apenas 1,6% exercia atividades sob outra modalidade de regime de trabalho na UFPb, ou seja, períodos de cinco meses por ano.

TABELA 42

Regime de trabalho dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros na UFPb

Regime de trabalho	Número	%
De (retide)	48	77,4
40 horas	13	21,0
20 horas	-	-
Outra	1	1,6
TOTAL	62	100,0

A pergunta seguinte foi assim formulada: "Você exerce outra atividade remunerada fora desta Universidade?" As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 43.

Nesta tabela, verifica-se que apenas 4,8% dos profissionais estrangeiros afirmaram exercer outra atividade remunerada fora da UFPb - dois professores vinculados a um convênio entre a UFPb e o Governo do Estado e um professor catedrático de uma universidade na Alemanha Ocidental. Então, a maioria, 93,6%, limitava-se às atividades remuneradas por esta Universidade.

Destaque-se, no entanto, que 21% afirmaram, anteriormente (Tabela 42), estarem submetidos ao regime de 40 horas semanais. Sabe-se, porém, que este regime de trabalho não impede que o professor a ele vinculado exerça outra atividade remunerada fora da Universidade.

TABELA 43

Você exerce outra atividade remunerada
fora desta Universidade?

Respostas	Número	%
Sim	3	4,8
Não	58	93,6
Não respondeu	1	1,6
TOTAL	62	100,0

A questão seguinte teve por finalidade identificar as agências financiadoras que contribuíram e/ou contribuíam para a permanência dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb.

A questão foi esta: "Assinale com 'X' a agência financiadora que contribuiu ou tem contribuído com recursos para a sua permanência nesta Universidade." As alternativas apresentadas eram: "CAPES", "CNPq", "FINEP", "Não recebe recursos de nenhuma agência financiadora" e "outras".

As respostas para esta questão encontram-se agrupadas na Tabela 44.

Dos 62 entrevistados, 4, ou 1,5%, assinalaram mais de uma agência financiadora.

A tabela seguinte evidencia que a maior frequência, 54,5%, coube à quarta alternativa, ou seja, a de que os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros não recebiam contribuição de nenhuma agência financiadora como subsídio à permanência deles na UFPb.

TABELA 44

Agências financiadoras que contribuíram com recursos para a permanência dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Respostas	f	%
CAPES	5	7,6
CNPq	17	25,7
FINEP	1	1,6
Não recebiam recursos de nenhuma agência financiadora	36	54,5
Outras	4	6,1
Não responderam	3	4,5
TOTAL ACUMULADO	66	100,0

Das agências que contribuíram para tal fim, destaca-se o CNPq, com 25,7% das respostas. A CAPES e a alternativa "outras" (agências), tais como SUDEPE, GTZ, DAAD e RFA/CIM, alcançaram, respectivamente, 7,6% e 6,1% das respostas. A FINEP obteve o mais baixo percentual, 1,6% e 4,5%, dos entrevistados não responderam a questão.

Dos 4 que assinalaram mais de uma alternativa, 1, ou 25%, esclareceu que o apoio recebido do CNPq, CAPES e FINEP, fora destinado à pesquisa.

Considere-se que boa parte da contribuição financeira oriunda das citadas agências, não deixa de ser uma forma de complementação salarial, alternativa encontrada pela UFPb e, muitas vezes, pelos próprios professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, onde a participação como co

ordenador ou como pesquisador, através do financiamento, principalmente de projetos de pesquisa, lhe garante este tipo de ajuda.

A pergunta seguinte foi formulada no sentido de confirmar se a participação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb, efetuara-se através de convênios de cooperação internacional. Perguntou-se: "Você está nesta Universidade através de algum convênio de cooperação internacional?" As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 45.

As respostas negativas apresentaram o maior percentual, 90,3%, contra 9,7% das respostas positivas.

TABELA 45

Você está nesta Universidade através de algum convênio de cooperação internacional?

Respostas	Número	%
Sim	6	9,7
Não	56	90,3
TOTAL	62	100,0

Pelos resultados obtidos, infere-se que a maioria dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros entrevistados não estava ligada a convênios de cooperação internacional.

Dos 6 que responderam positivamente, 3, ou 50%, estavam vinculados à GTZ (Alemanha), 2, ou 33,3%, ao DAAD (Alemanha) e 1, ou 16,7%, À DEUTSCHER MUSIKRAT (Alemanha).

A pergunta seguinte objetivou verificar até que ponto os professo

res/pesquisadores e técnicos estrangeiros tinham conhecimento de seus direitos e deveres perante a estrutura administrativa da UFPb. Perguntou-se: "Você conhece os seus direitos e deveres dentro da estrutura administrativa desta Universidade?"

As respostas para esta pergunta estão reunidas na Tabela 46.

A maioria, 48, ou 77,4%, dos entrevistados, disse conhecer seus direitos e deveres dentro da estrutura administrativa da UFPb, contra 10, ou 16,1%, que afirmaram não conhecê-los. 4, ou 6,5%, não responderam a pergunta.

TABELA 46

Você conhece seus direitos e deveres
dentro da estrutura administrativa desta Universidade?

Respostas	Número	%
Sim	48	77,4
Não	10	16,1
Não responderam	4	6,5
TOTAL	62	100,0

Complementando a pergunta, solicitou-se a cada um dos entrevistados, que justificasse sua resposta.

Dos 48 que responderam positivamente, 12, ou 25%, justificaram suas respostas, conforme se verifica na descrição das mesmas, a seguir.

As razões positivas apresentadas revestem-se de aspectos importantes, cada uma deixando transparecer pontos de vista bastante pessoais e específicos, daí por que não agrupá-las por semelhança, levando-se em

consideração a frequência das respostas. Portanto, preferiu-se transcrevê-las abaixo, para que se tenha melhor conhecimento do que desejavam expressar:

RAZÕES POSITIVAS APRESENTADAS POR PROFESSORES/PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS COM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO DE SEUS DIREITOS E DEVERES DENTRO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UFPb

- "Qualquer professor e/ou servidor desta Universidade tem, por obrigação, conhecer, pelo menos, o Estatuto e o Regimento Geral da UFPb, os quais regem, em última análise, direitos e deveres também dos professores."

- "Conheço os referidos direitos e deveres através das leituras do contrato de trabalho, do Estatuto e do Regimento Geral da UFPb e do Decreto-Lei da Carreira do Magistério."

- "Por curiosidade própria."

- "Sou associado da ADUFPb/JP"

- "No início, sabia apenas os deveres mas, com o tempo, estou ciente dos meus direitos também."

- "Às vezes, é preciso informar ao Departamento de Pessoal da Universidade sobre os direitos do Convênio."

- "Como administrador dentro da Universidade (Chefe de Laboratório) conheço muito bem os meus direitos."

- "Sim, relativamente bem. Se não os conheço melhor, deve-se só ao fato de que nem todas as normas são de fácil acessibilidade, e que variam mais rapidamente do que um simples professor pode acompanhar. Ainda

noto vários pontos ambíguos neles."

- "Não há o que justificar, é óbvio"

- "Conheço relativamente bem os regimentos internos da Universidade, em particular os que dizem respeito ao Departamento e Conselho de Centro."

- "Pelo tempo que já vivo no Brasil e também porque é do meu interesse."

- "Em virtude de ser coordenador de curso de pós-graduação"

Dos 10 que responderam negativamente, 6, ou 60%, justificaram suas respostas, cujas razões apresentadas a seguir, obedecem o mesmo critério de análise das razões positivas acima.

RAZÕES NEGATIVAS INDICADAS POR PROFESSORES/
PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS COM
RELAÇÃO AO CONHECIMENTO DE SEUS DIREITOS E
DEVERES DENTRO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
DA UFPb

- "Conheço meus deveres tecnicamente, mas não meus direitos dentro da estrutura administrativa, porque jamais me foram esclarecidos."

- "Não procurei saber ainda e também não encontrei nada escrito a esse respeito."

- "Não tenho ligações com a Administração, não preciso deste conhecimento."

- "Tenho regime CLT (não conheço tal corpo de leis), suponho que a minha ignorância não supera a média de todos os professores" (grifo do entrevistado).

- "Acho que deveria existir um documento especificando os direitos

e deveres do professor. Conheço parcialmente os meus direitos e deveres"

- "Não tenho tempo para ler regulamentos."

Dos 4 que não responderam a pergunta, houve quem argumentasse o seguinte: "Não respondi 'sim' ou 'não' porque nenhuma dessas opções atende bem o meu caso. Conheço todos os meus deveres; entretanto, não tenho certeza de que conheço todos os meus direitos" (grifo do entrevistado).

A questão seguinte foi formulada no intuito de conhecer a situação que definia o vínculo funcional dos entrevistados com a UFPb, em termos de expectativas pessoais e/ou profissionais e de regularização quanto ao amparo legal.

A questão foi enunciada assim: "Assinale com 'X' a alternativa que você definê como a situação de seu vínculo funcional com esta Universidade." As alternativas apresentadas eram: "totalmente regularizada e atendidas as expectativas pessoais e/ou profissionais", "totalmente regularizada porém insatisfatório o atendimento das expectativas pessoais e/ou profissionais", "pendente de decisão de ordem legal", "ausência de contrato de trabalho" e "outra" (situação), porventura não incluída nestas alternativas.

As respostas para esta questão encontram-se agrupadas na Tabela 47, na qual se comprova, após observação, que 37 ou 59,6% dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros afirmaram encontrar-se numa situação totalmente regularizada, em termos de contrato de trabalho ou outro e qualquer procedimento legal que estabelecia o seu vínculo com a UFPb, bem como estavam atendidas as expectativas pessoais e/ou profissionais.

O mesmo não acontecia com 13, ou 21%, desses estrangeiros, ao assinalarem a segunda alternativa, isto é, uma situação totalmente regularizada em termos legais, porém insatisfatória quanto ao último aspecto acima

TABELA 47

Situação que definia o vínculo funcional
dos professores/pesquisados e técnicos estrangeiros com a UFPb

Respostas	Número	%
Totalmente regularizada e atendidas as expectativas pessoais e/ou profissionais	37	59,6
Totalmente regularizada, porém insatisfatório o atendimento das expectativas pessoais e/ou profissionais	13	21,0
Pendente de decisão de ordem legal	4	6,5
Ausência de contrato de trabalho	-	-
Outra	6	9,7
Não responderam	2	3,2
TOTAL	62	100,0

Pendente de decisão de ordem legal era a situação de 6,5% deles, em particular no que dizia respeito à concessão de visto de permanência no País.

O item "ausência de contrato de trabalho" não foi assinalado e 2, ou 3,2%, dos entrevistados, não responderam a questão.

Os 6, ou 9,7%, que assinalaram o item "outra" (situação), expressaram-na através, respectivamente, das seguintes justificativas: "Precisa melhorar um pouco"; "estou aguardando concurso"; "as condições de trabalho são ruins, falta cooperação do lado brasileiro"; "situação especial por estar vinculado ao convênio DAAD"; "solicitei visto permanente às autoridades federais"; "minha situação está totalmente regularizada; no entanto, não é satisfatória nem insatisfatória; poderia ser um pouco melhor."

A questão seguinte procurou identificar o motivo principal da vinda dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para o Brasil e/ou para a UFPb. Formulou-se esta questão: "Assinale com 'X' a alternativa que constituiu o motivo principal de sua vinda para o Brasil e/ou para esta Universidade." As alternativas a serem assinaladas eram: "desejo pessoal de conhecer e viver outra realidade"; "necessidade em função de pesquisa na qual estava envolvido(a)"; "necessidade em função de pesquisa na instituição de origem"; "convênio da instituição de origem com esta Universidade"; "contato direto com esta Universidade (convite)" e "outro" (motivo) porventura não incluído nessas alternativas.

Na Tabela 48 estão reunidas as respostas para esta questão.

TABELA 48

Motivo principal da vinda dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para o Brasil e/ou para a UFPb

Respostas	Número	%
Contato direto com esta Universidade (convite)	25	40,3
Desejo pessoal de conhecer e viver outra realidade	15	24,1
Necessidade em função de pesquisa na qual estava envolvido(a)	4	6,5
Convênio da instituição de origem com esta Universidade	4	6,5
Necessidade em função de pesquisa na universidade de origem	1	1,6
Outro	13	21,0
TOTAL	62	100,0

Apontado pelo maior percentual, 40,3%, o contato direto com a UFPb através de convite formulado por esta IES, constituiu a alternativa mais assinalada como motivo principal da vinda dos professores estrangeiros para a UFPb e, consequentemente, para o Brasil.

Do mesmo modo, o desejo pessoal de conhecer e viver outra realidade foi a segunda alternativa mais indicada, com 24,1%, das respostas.

Necessidade em função de pesquisa na qual estavam envolvidos, bem como a celebração de convênio entre a instituição de origem e a UFPb, receberam, ambas, o mesmo percentual de respostas, ou seja, 6,5%.

Apenas 1,6% se referiu à necessidade em função de pesquisa na universidade de origem como o motivo principal de sua vinda para o Brasil e/ou para a UFPb.

Dos 62 entrevistados, 13, ou 21%, assinalaram o item "outro" (motivo) citando, respectivamente, os seguintes fatos que determinaram a vinda deles para o Brasil e/ou para a UFPb.

OUTROS MOTIVOS QUE DETERMINARAM A VINDA DOS
PROFESSORES/PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRAN
GEIROS PARA O BRASIL E/OU PARA A UFPb

- "Ajudar a organização LATIN AMERICAN TEACHING FELLOWSHIP, EUA"
- "Através da Cooperação Alemã - Serviço de Voluntários Alemães /outras entidades brasileiras. Contato direto com a UFPb após término do trabalho anterior e já com visto permanente."
- "Situação política do país de origem"
- "Convite da Fundação Clovis Salgado, de Belo Horizonte - MG"
- "Necessidade da Alemanha dar apoio de desenvolvimento ao Brasil"

(sic.)

- "Convite do então Reitor Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, enviado para a Universidade de Indiana, na qual me encontrava em 1976 para fazer parte do recém formado mestrado em Letras".

- "Situação em meu país de origem (falta de trabalho, repressão política, insegurança)".

- "Convênio Holanda-Brasil (S.N.V) - Coordenador Escola Técnica."

- "Inicialmente, foi através de um convênio de cooperação internacional França-Brasil (setembro de 78 até dezembro de 79). A partir de 01/80 foi o desejo pessoal de permanecer no País."

- "Para o Brasil: concluídos os estudos, voltamos para o lugar de origem da minha companheira. Para a UFPb - Campina Grande: contato casual do qual se evidenciou a possibilidade de contratação."

- "Para o Brasil: vim fazer um estágio de especialização e acabei ficando. Para a Universidade (após 12 anos de Brasil): insistência de amigos brasileiros."

- "Vim para o Brasil como sacerdote, através de um convênio CEFAL/CNBB - Conferência Episcopal França - América Latina."

- "Sabia que a Universidade Federal da Paraíba precisava de professor na minha área de especialização."

A questão seguinte visou detectar a relação familiar na qual estavam envolvidos esses estrangeiros, tentando-se identificar, dentre outras situações, as que diziam respeito ao vínculo familiar de estrangeiros com brasileiros.

A questão foi assim formulada: "Assinale com 'X' a situação que indique o seu vínculo familiar." As alternativas a serem assinaladas eram: "casado(a) com estrangeiro(a) e filho(s) brasileiro(s)"; "casado(a) com

brasileiro(a) e filho(s) brasileiro(s)" e "outra".

As respostas para esta questão encontram-se agrupadas na Tabela 49.

TABELA 49

Vínculo familiar dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros

Respostas	Número	%
Casado(a) com brasileiro(a) e filho(s) brasileiro(s)	15	24,2
Casado(a) com estrangeiro(a) e filho(s) brasileiro(s)	14	22,6
Outra	30	48,4
Não responderam	3	4,8
TOTAL	62	100,0

Pelos resultados obtidos, constata-se que 24,2% dos entrevistados eram casados(as) com brasileiros(as) e tinham filhos brasileiros. Do mesmo modo, 22,6% eram casados(as) com estrangeiros(as) e também possuíam filhos brasileiros.

O item "outra" (situação), destinado aos que não se enquadravam em nenhuma das duas alternativas acima, alcançou o maior percentual, 48,4%. Neste item, estavam incluídos(as) os(as) solteiros(as), os(as) casados(as) com brasileiros(as) ou com estrangeiros(as), porém sem filhos etc.

O menor percentual, 4,8%, indicou os que não responderam a questão.

Atente-se para o significativo percentual, 46,8%, dos que tinham filhos brasileiros, inferindo-se, daí, um dos fatores determinantes para a

fixação de boa parte desses profissionais estrangeiros no País.

O objetivo da pergunta seguinte, dividida em três subitens, foi verificar o tempo de permanência dos referidos estrangeiros no Brasil e na UFPb, assim como o tempo de magistério no Ensino Superior, no Brasil e/ou em outro país. Perguntou-se: 1) "Há quanto tempo você está no Brasil?" 2) "Há quanto tempo você está nesta Universidade?" 3) "Há quanto tempo você é professor(a) no Ensino Superior, no Brasil e/ou em outro país?"

As respostas para estas perguntas encontram-se nas Tabelas 50 e 51, respectivamente.

TABELA 50

Tempo de permanência dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros no Brasil e na UFPb

Tempo de Permanência	No Brasil		na UFPb	
	Nº	%	Nº	%
Até 1 ano	3	4,8	3	4,8
De 1 a 3 anos	7	11,3	10	16,1
De 3 a 6 anos	31	50,0	36	58,1
De 6 a 9 anos	6	9,7	7	11,3
De 9 a 12 anos	10	16,1	6	9,7
De 12 a 15 anos	2	3,3	-	-
De 15 a 18 anos	1	1,6	-	-
De 18 a 21 anos	1	1,6	-	-
De 21 a 24 anos	-	-	-	-
De 24 a 27 anos	-	-	-	-
De 27 a 30 anos	1	1,6	-	-
Mais de 30 anos	-	-	-	-
TOTAL	62	100,0	62	100,0

Inicialmente, observa-se, através da Tabela 50, que há uma diferença entre o tempo de permanência desses estrangeiros no Brasil e na UFPb.

Enquanto a permanência deles no País variava de 1 a 30 anos, na UFPb essa permanência variava de 1 a 12 anos. Nenhum dos entrevistados tinha mais de 12 anos de permanência na UFPb; isto significa que, em alguns casos, os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros estavam vinculados a outras instituições e/ou atividades no País, antes da contratação pela UFPb. Essa comprovação foi feita anteriormente, no depoimento de alguns deles, quando justificaram o motivo principal que ensejara a vinda para o Brasil.

Nesse sentido, houve quem indicasse, por exemplo, que já estava no Brasil há 15 anos e, no entanto, fora contratado pela UFPb há apenas 7 anos e 8 meses.

Continuando a análise da referida tabela, constata-se que o tempo de permanência que variava de 3 a 6 anos, obteve a maior frequência das respostas desses estrangeiros, tanto com relação ao Brasil como à UFPb, com percentuais de 50% e 58,1%, respectivamente.

Acresça-se, a isto, que o referido tempo de permanência acima analisado está, em parte, relacionado à gestão do ex-reitor Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, com início em 1976, quando ocorreu uma grande afluência de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros aos diversos setores da UFPb, através de formulação de convites da própria Universidade, fato já registrado antes (Ver Tabela 48).

O tempo de permanência de 9 a 12 anos figura em segundo lugar com relação ao Brasil, concentrando 16,1% das respostas. No que diz respeito ao tempo de permanência na UFPb, a mencionada colocação se verifica no intervalo que variava de 1 a 3 anos, alcançando igual resultado, ou seja,

16,1% das respostas.

Esse mesmo intervalo aparece em terceiro lugar, no que concerne à permanência no País, com 11,3% das indicações. Já no que se refere à UFPb, essa classificação foi obtida no intervalo que variava de 6 a 9 anos de permanência, também com 11,3% das respostas.

Obtendo 9,7% das respostas, este último intervalo aparece em quarto lugar, com relação ao tempo de permanência no País; entretanto, no que se refere à UFPb, essa classificação diz respeito ao tempo de permanência, que variava de 9 a 12 anos, com igual margem de respostas, ou seja, 9,7%.

A permanência de até 1 ano, tanto no País como na UFPb, alcançou o mesmo percentual, ou seja, 4,8% das respostas.

Apenas com relação ao tempo de permanência no País, aparecem os intervalos, que variavam de 12 a 15, de 15 a 18, de 18 a 21 e de 27 a 30 anos, cujos percentuais de respostas foram os mais baixos, isto é, 3,3%, 1,6%, 1,6% e 1,6%, respectivamente. Não houve registro com relação ao tempo de permanência que variava de 21 a 24, de 24 a 27 e com mais de 30 anos, respectivamente, nem no País nem na UFPb.

Registre-se que dos 62 entrevistados, 45, ou 72,6%, indicaram possuir, concomitantemente, o mesmo tempo de permanência no País e na UFPb.

Na Tabela 51 estão reunidas as respostas para o subitem '3' da pergunta, ou seja, o tempo de magistério dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros no nível superior de ensino, no Brasil e/ou em outros países.

Nessa tabela, os resultados demonstraram que o maior percentual, 24,3%, dos entrevistados, exercia o magistério no Ensino Superior há um período de tempo que variava de 6 a 9 anos. Em segundo lugar, com 17,5% estavam os que exerciam essa atividade há um período que variava de 3 a 6

anos e, em terceiro, com 16,1%, os que se situavam no período de 9 a 12 anos.

Contando de 12 a 15 anos de docência no nível superior, encontravam-se 9,7% dos entrevistados.

Variando de 1 a 3, de 18 a 21 e de 21 a 24 anos de magistério superior, encontravam-se, respectivamente, percentuais iguais de 6,5% desses estrangeiros.

No período que variava de 15 a 18 anos de magistério no Ensino Superior, concentravam-se 8,2% dos entrevistados.

Por outro lado, os períodos que compreendiam de 24 a 27 e de 27 a 30 anos de magistério superior, foram ambos indicados por percentuais iguais de apenas 1,6% dos entrevistados.

Nenhum assinalou exercer o magistério superior há menos de 1 ano e não houve resposta que indicasse mais de 30 anos nessa atividade.

Dos 61 que responderam esse subitem, 7 ou 11,5% registraram o mesmo tempo de permanência no Brasil, na UFPb e igual tempo de magistério no Ensino Superior. Do mesmo modo, 6, ou 9,8%, disseram que o tempo de permanência na UFPb era o mesmo de magistério nesse nível de ensino. 1, ou 1,6%, dos entrevistados, indicou que o tempo de permanência dele no País era o mesmo do exercício da referida atividade.

TABELA 51

Tempo de magistério dos professores/pesquisadores
e técnicos estrangeiros no Ensino Superior
no Brasil e/ou em outros países

Tempo de magistério	Número	%
Até 1 ano	-	-
De 1 a 3 anos	4	6,5
De 3 a 6 anos	11	17,5
De 6 a 9 anos	15	24,3
De 9 a 12 anos	10	16,1
De 12 a 15 anos	6	9,7
De 15 a 18 anos	5	8,1
De 18 a 21 anos	4	6,5
De 21 a 24 anos	4	6,5
De 24 a 27 anos	1	1,6
De 27 a 30 anos	1	1,6
Mais de 30 anos	-	-
Não respondeu	1 ^(*)	1,6
TOTAL	62	100,0

(*) Contratado na função de Técnico de nível superior

A questão seguinte, dividida em cinco alternativas, dizia respeito à integração dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb, concernente ao relacionamento pessoal com outros professores e alunos, com a estrutura acadêmico-administrativa da Universidade em termos de apoio logístico ao desenvolvimento de suas atividades, bem como aos obstáculos porventura existentes na atuação profissional desses estrangeiros.

ros.

A questão foi assim formulada: "Assinale com 'X', nas alternativas abaixo, os motivos que constituíram e/ou têm constituído obstáculos à sua integração pessoal e/ou atuação profissional nesta Universidade (por ordem de prioridade, colocando o número 1 naquele que julgar o maior obstáculo)."

As alternativas indicavam os seguintes motivos: "a) instabilidade do vínculo empregatício; remuneração financeira insatisfatória; sem obstáculo; b) discriminação dos colegas de Departamento; discriminação dos alunos; sem obstáculo; c) falta de infra-estrutura (recursos técnicos, materiais, humanos, financeiros etc.); falta de informação na área em que trabalha; falta de nível (preparo técnico e/ou conteúdo) das pessoas com quem trabalha; sem obstáculo; d) dificuldades bibliográficas em termos quantitativos e/ou qualitativos; dificuldades de domínio da língua portuguesa; excesso de burocracia; sem obstáculo." A alternativa 'e' ficou reservada a outro motivo que o entrevistado desejasse acrescentar. Os entrevistados podiam assinalar mais de um motivo em cada alternativa.

Para maior simplificação da análise transportou-se para as Tabelas 52, 53, 54 e 55, respectivamente, os resultados atinentes aos motivos que representaram o maior obstáculo, ou seja, aqueles assinalados como o número '1' na ordem de prioridade.

Os motivos pertinentes à alternativa 'a' são apresentados na Tabela 52 na qual, quando observada, verifica-se que a maioria, 40, ou 64,6% dos entrevistados, assinalou não existir obstáculo à sua atuação na UFPb, com relação aos motivos constantes da alternativa 'a', ou seja, "instabilidade do vínculo empregatício" e "remuneração financeira insatisfatória."

Todavia, este último representou o maior obstáculo para 19, ou 30,6%

desses estrangeiros, enquanto 3, ou 4,8%, deixaram de responder a alternativa em análise.

Embora não sendo apontado como o maior obstáculo, o motivo "instabilidade do vínculo empregatício" foi assinalado por 2, ou 3,2%, dos entrevistados, que lhe atribuíram o número '2' na ordem da prioridade.

TABELA 52

Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Alternativa "a"		
Respostas	Número	%
Remuneração financeira insatisfatória	19	30,6
Sem obstáculo	40	64,6
Não responderam	3	4,8
TOTAL	62	100,0

Na Tabela 53 estão agrupadas as respostas da alternativa 'b'.

TABELA 53

Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Alternativa "b"		
Respostas	Número	%
Discriminação dos colegas de Departamento	6	9,7
Discriminação dos alunos	1	1,6
Sem obstáculo	52	83,9
Não responderam	3	4,8
TOTAL	62	100,0

Os resultados indicam que 52, ou 83,9%, dos entrevistados, se sentiram integrados ao ambiente de trabalho, quando afirmaram não haver discriminação à sua presença por parte dos colegas de Departamento e dos alunos. O mesmo não acontecia a 6, ou 9,7%, dos que responderam a alternativa acima, quando afirmavam haver discriminação por parte dos colegas de Departamento. Apenas 1, ou 1,6%, disse sofrer discriminação dos alunos. 3, ou 4,8%, deixaram de responder a esta alternativa.

Ao motivo "discriminação dos colegas de Departamento", também foi atribuído o número '2' na ordem de prioridade por 1, ou 1,6%, dos entrevistados.

Na Tabela 54 estão reunidas as respostas da alternativa 'c'.

TABELA 54

Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Alternativa "c"		
Respostas	Número	%
Falta de infra-estrutura (recursos técnicos, materiais, humanos, financeiros etc.)	36	58,1
Falta de nível das pessoas com as quais trabalhavam	11	17,7
Falta de informação na área em que trabalhavam	2	3,2
Sem obstáculo	12	19,4
Não respondeu	1	1,6
TOTAL	62	100,0

Pelos resultados obtidos, constata-se que 36, ou 58,1%, dos entrevistados, apontaram, como maior obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades na UFPb, a falta de infra-estrutura (recursos técnicos, materiais humanos, financeiros etc.).

Segue-se, a esta, com 11, ou 17,7% das respostas, a falta de nível (preparo técnico e/ou conteúdo) das pessoas com quem trabalhavam. Apenas 2, ou 3,2%, indicaram a falta de informação na área em que trabalhavam, como maior obstáculo à consecução de atividades. Mesmo assim, 12, ou 19,4%, dos entrevistados, assinalaram não haver obstáculo à sua atuação

profissional na UFPb, referente aos motivos antes enfatizados.

1, ou 1,6%, não respondeu a alternativa 'c'.

Além de serem apontados na ordem de prioridade como o maior obstáculo, o primeiro, o segundo e o terceiro motivos foram assinalados também com os números '2' e '3' na referida ordem de classificação. O primeiro, por 5, ou 8,1%, e 1, ou 1,6%, dos entrevistados, respectivamente. O segundo, por 11, ou 17,7% e 3, ou 4,8%, e o terceiro, por 6, ou 9,7% e 1, ou 1,6%, dos entrevistados, respectivamente.

As respostas para a alternativa 'd' estão agrupadas na Tabela 55.

TABELA 55

Motivos que constituíram obstáculo à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb

Alternativa "d"			
Respostas	Número	%	
Dificuldades bibliográficas em termos quantitativos e/ou qualitativos	42	67,7	
Excesso de burocracia	15	24,2	
Sem obstáculo	5	8.1	
TOTAL	62	100,0	

O motivo "dificuldades bibliográficas em termos quantitativos e/ou qualitativos", alcançou a maior frequência, 42, ou 67,7%, das respostas.

Com a indicação de 15, ou 24,2%, dos entrevistados "excesso de burocracia", também foi apresentado como maior obstáculo à integração e/ou

atuação dos profissionais estrangeiros na UFPb.

Por outro lado, 5, ou 8,1%, dos entrevistados, afirmaram não haver obstáculo com referência aos demais motivos referidos.

Ao primeiro motivo também foi atribuído o número '2', na ordem de prioridade, por 9, ou 14,5%, dos entrevistados. Da mesma forma, o segundo foi classificado com números '2' e '3' na referida ordem de classificação por 11, ou 17,7% e 1, ou 1,6% desses estrangeiros, respectivamente.

Embora não sendo considerado o maior obstáculo por nenhum dos entrevistados, "dificuldade de domínio da língua portuguesa" foi registrado como obstáculo de segunda e terceira ordens de importância, por 2, ou 3,2% e 4, ou 6,5%, desses estrangeiros, respectivamente.

Sintetizando os resultados das alternativas acima e considerando os motivos que constituíram o maior obstáculo, ou seja, aqueles assinalados com o número '1' na ordem de prioridade, tem-se, como principais dificuldades à integração pessoal e/ou atuação profissional dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb: 1) dificuldades bibliográficas em termos quantitativos e/ou qualitativos (67,7%); 2) falta de infra-estrutura: recursos técnicos, materiais, humanos, financeiros etc. (58,1%); 3) remuneração financeira insatisfatória (30,6%); e) excesso de burocracia (24,2%); 5) falta de nível-preparo técnico e/ou conteúdo - das pessoas com quem trabalhavam (17,7%); 6) discriminação dos colegas de Departamento (9,7%), 7) falta de informação na área em que trabalhavam (3,2%) e 8) discriminação dos alunos (1,6%).

Saliente-se que estes obstáculos são, em grande parte, inerentes aos problemas de apoio logístico, podendo-se afirmar que a integração dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros com os colegas de Departamento e com os alunos, efetuava-se num clima de cordialidade, fato este

demonstrado nas respostas de 83,9% dos entrevistados, quando assinalaram não existir dificuldade a esse respeito - Tabela 53. Todavia, ressalte-se que o motivo "remuneração financeira insatisfatória" alcançou um significativo percentual de respostas.

A alternativa 'e' foi destinada ao registro de qualquer outro fato que, segundo os entrevistados, também constituísse obstáculo à integração pessoal, bem como ao desenvolvimento de suas atividades na UFPb. Dos 62 entrevistados 8, ou 12,9%, assinalaram essa alternativa, citando justificativas ou comentários cujo teor são transcritos abaixo:

- "Um professor que já tem demonstrado sua capacidade de produção científica, deve ter uma verba própria para pesquisa e atividades relacionadas anualmente, doada pelo CNPq, e não devia precisar pedir para cada ocasião."

- "Um professor com título de doutor acaba, por vezes, por ser discriminado por colegas que não possuem títulos mas, ao contrário, possuem anos e anos de ensino e são um número bastante elevado nesta Universidade - professores titulares. Cria-se, assim, uma situação desequilibrada. O curso de mestrado não está suficientemente fortalecido, o que obriga um professor com título de doutor a ficar semestres inteiros dedicado exclusivamente à graduação. Enquanto não houver uma política de prestígio aos professores competentes, uma série de conflitos vai permanecer. Está começando a haver uma grande confusão entre vida acadêmica e vida administrativa. O Decreto-Lei que regulamenta a carreira docente só veio acentuar privilégios anteriores, reforçando-os. Não incentiva a competência acadêmica. Esta situação ficaria em parte solucionada com a abertura de concurso pública para professor titular" (grifo do entrevistado).

- "Acho que os problemas de a), c) e d) não têm que ver com integração, mas são problemas gerais da universidade."

- "Grande divergência entre conhecimento teórico e experiência prática."

- "Falta de tempo" (salienta-se que o entrevistado assinalou, como maior obstáculo, apenas excesso de burocracia; assinalou como sem obstáculo todas as outras alternativas) (grifo da autora).

- "Falta de uma definição apropriada para o funcionário dedicado exclusivamente à pesquisa."

- "O baixo nível preponderante e a pouca capacidade organizativa e seriedade acadêmica e cívica fazem com que a maior parte do horário de trabalho seja dedicado ao item perda de tempo. A pessoa tem que dedicar não pouco tempo a trabalhar em casa, para cumprir seu trabalho com seriedade mínima" (grifo do entrevistado).

- "Sobrecarga de trabalho devida ao grande número de professores do Departamento, em mestrado ou doutorado".

O intuito da questão seguinte foi identificar as atividades nas quais os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros se encontravam envolvidos na UFPb, levando em consideração o número de horas semanais dispendidas para a consecução das mesmas.

A questão foi assim formulada: "Assinale com 'X' as atividades que você desenvolve nesta Universidade, acrescentando, ao lado, a carga horária semanal." As alternativas apresentadas eram: "ensino na graduação", "ensino na pós-graduação", "execução e/ou orientação de pesquisas", "orientação de teses", "chefia ou coordenação" e "outras" (atividades) porventura desenvolvidas pelos referidos estrangeiros. Cada entrevistado po

dia assinalar mais de uma alternativa.

As respostas para esta questão encontram-se reunidas nas Tabelas 56 e 57.

Pela mais alta frequência, 50, ou 22,8%, das respostas, "execução e/ou orientação de pesquisas" destacou-se como a atividade de maior envolvimento dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros. Segue-se, a esta, com 47, ou 21,5%, "ensino na graduação" e, com 44, ou 20,1%, "ensino na pós-graduação."

"Orientação de teses", "chefia ou coordenação" - consideradas as chefias de laboratório, coordenação de cursos ou de áreas de graduação ou pós-graduação etc - e "outras" (atividades), tais como extensão, implantação de laboratório, consultoria, coordenação ou administração de projetos ou convênios, atendimento a alunos, publicação etc., foram contempladas com 37, ou 16,9%, 21, ou 9,6% e 20, ou 9,1% das respostas, respectivamente.

No que tange ao número de horas semanais empregadas no desempenho das atividades acima mencionadas, foi registrado um total de 2.578 horas. Desse total, percebe-se que o maior número, 885, concentrava-se em "execução e/ou orientação de pesquisas". "Ensino na graduação" aparece em segundo lugar, utilizando 496 horas semanais e, em terceiro, as "atividades de chefia ou coordenação," congregando 306 horas semanais.

Às atividades de extensão, coordenação ou administração de projetos ou convênios, publicações etc., assinaladas como "outras" (atividades), e à "orientação de teses", destinavam-se 305 e 303 horas semanais, respectivamente. O menor número de horas, 283, foi referente a "ensino na pós-graduação."

Destaque-se que dos 62 entrevistados, 49, ou 79%, disseram traba

lhar quarenta horas semanais, contra 13, ou 21%, que afirmavam empregar mais de quarenta horas semanais no desempenho de suas funções. Nesse sentido, houve até quem registrasse sessenta e duas horas semanais.

Esclareça-se, contudo, que, excluindo os professores contratados sob o regime de vinte horas semanais - o que não é o caso dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros objeto desta parte do trabalho (ver Tabela 42), a maioria dos professores contratados pela UFPb está sujeita, por força contratual, a um regime de quarenta horas semanais de trabalho, inclusive aqueles cujos contratos estabelecem tempo integral e dedicação exclusiva (RETIDE).

TABELA 56

Atividades desenvolvidas pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb, com a respectiva carga horária semanal

Atividades	f	%	Carga horária semanal
Ensino na graduação	47	21,5	496
Ensino na pós-graduação	44	20,1	283
Execução e/ou orientação de pesquisas	50	22,8	885
Orientação de teses	37	16,9	303
Chefia ou Coordenadoria	21	9,6	306
Outras	20	9,1	305
TOTAL ACUMULADO	219	100,0	2.578

Portanto, considerando a carga horária indicada pelos 62 entrevistados, tem-se uma média de aproximadamente 42 horas semanais de trabalho assim distribuídas por atividades: 8 horas para ensino na graduação, 5 horas destinadas ao ensino na pós-graduação, 14 horas referentes à execução

e/ou orientação de pesquisas e um total de 15 horas empregadas na orientação de teses, chefia ou coordenação e nas outras atividades acima mencionadas, cabendo 5 horas para cada uma destas, respectivamente.

Os resultados da pesquisa revelaram, também, que 93,6% desses entrevistados estavam vinculados a mais de uma atividade: este fato é demonstrado através da Tabela 57.

Citando apenas alguns itens dessa tabela, observa-se, por exemplo, que 14,5% dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros exerciam, simultaneamente, atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, atividades de execução e/ou orientação de pesquisas e orientação de teses.

Vinculados a uma única atividade, encontravam-se apenas 6,4% desses estrangeiros, sendo que 4,8% ensinavam na graduação e 1,6% se dedicava à execução e/ou orientação de pesquisas.

Deste modo, apenas 1,6% dos que estavam envolvidos em mais de uma atividade, não ministrava aulas.

Não obstante a presença dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros ocorrer com mais intensidade no âmbito da pós-graduação, de modo geral, verifica-se, pelo exposto até aqui, o envolvimento desses estrangeiros nas atividades de ensino na graduação, ou seja, 75,7% dos entrevistados, bem como o expressivo número de horas semanais a elas destinadas, já enfatizadas anteriormente.

TABELA 57

Atividades simultâneas desenvolvidas pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros na UFPb e respectiva carga horária semanal

Atividades	Número	%	Carga Horária Semanal
Ensino Graduação	3	4,8	120
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas	2	3,2	80
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses	9	14,5	382
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria	4	6,5	169
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria/Outras	1	1,6	44
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses/Outras	4	6,5	165
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Chefia ou Coordenadoria	5	8,1	202
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Outras	2	3,2	89
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria/Outras	1	1,6	40
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Orientação Teses/Outras	1	1,6	50
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Orientação Teses	1	1,6	40
Ensino Graduação/Ensino Pós-Graduação/Outras	1	1,6	40
Ensino Graduação/Pesquisas/Orientação Teses	1	1,6	40
Ensino Graduação/Pesquisas/Chefia ou Coordenadoria	2	3,2	80
Ensino Graduação/Pesquisas/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria	1	1,6	48
Ensino Graduação/Pesquisas	5	8,1	200
Ensino Graduação/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria	1	1,6	40
Ensino Graduação/Chefia ou Coordenadoria/Outras	2	3,2	80
Ensino Graduação/Outras	1	1,6	40
Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses	4	6,5	160
Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria	2	3,2	92
Ensino Pós-Graduação/Pesquisas/Orientação Teses/Outras	6	9,8	255
Ensino Pós-Graduação/Orientação Teses/Chefia ou Coordenadoria	1	1,6	42
Pesquisas/Chefia ou Coordenadoria/Outras	1	1,6	40
Pesquisas	1	1,6	40
TOTAL	62	100,0	2.578

A pergunta seguinte objetivou detectar a existência de planos de trabalho destinados aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros previamente elaborados pelos Departamentos ou outros setores da UFPb.

Perguntou-se: "O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório no qual está lotado, apresentou um plano de trabalho das atividades que você iria desenvolver?" As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 58.

O maior percentual, 67,7%, das respostas, indica que os Departamentos elaboraram previamente o plano de trabalho das atividades que os referidos estrangeiros iriam desenvolver. Contrariando esta afirmativa, 32,3% dos entrevistados responderam negativamente.

TABELA 58

O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório
no qual está lotado apresentou um plano de trabalho
das atividades que você iria desenvolver?

Respostas	Número	%
Sim	42	67,7
Não	20	32,3
TOTAL	62	100,0

Neste último caso, solicitou-se a cada um dos entrevistados que justificasse sua resposta, o que foi atendido por 15, ou 75%, dos que responderam negativamente, cujas razões se encontram reunidas na Tabela 59.

TABELA 59

O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório no qual está lotado apresentou um plano de trabalho das atividades que você iria desenvolver?

Razões negativas	Número	%
Liberdade conferida aos professores para elaborarem seus próprios planos de trabalho	4	20,0
Participação do professor na elaboração do plano de trabalho	2	10,0
O Departamento não estava criado oficialmente	2	10,0
A justificativa devia ser pedida ao Departamento	2	10,0
O Departamento não costumava apresentar plano de trabalho	1	5,0
Departamento recém-criado	1	5,0
O plano de trabalho é de responsabilidade do professor; ao Departamento compete julgá-lo	1	5,0
As tarefas são implícitas no convite da Universidade	1	5,0
Pelas próprias características do Departamento	1	5,0
Não responderam	5	25,0
TOTAL	20	100,0

O maior percentual, 20%, das razões negativas apresentadas, revela que alguns Departamentos conferiram aos professores a liberdade para elaborarem os seus próprios planos de trabalho. Já no dizer de 10% dos entrevistados, eles apenas participaram da elaboração de tais planos.

Por outro lado, 10% alegaram que o Departamento não estava criado oficialmente quando de suas contratações; daí a inexistência do aludido plano de trabalho. Do mesmo modo, 10% disseram que essa justificativa de

veria ser pedida ao Departamento.

Dentre as justificativas com percentuais mais baixos, pode-se destacar a de que o Departamento não costumava apresentar plano de trabalho, bem como a que dizia que o plano de trabalho era de responsabilidade do professor, cabendo ao Departamento apenas julgá-lo.

A finalidade da questão seguinte foi identificar, dentre as alternativas abaixo, aquela que os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros julgavam a mais importante para o desempenho de seu trabalho na UFPb. As alternativas eram: "exercer atividades somente na graduação", "exercer atividades somente na pós-graduação", "exercer atividades em ambos os níveis", "exercer atividades somente de pesquisa" e "outras" (atividades).

A questão foi formulada assim: "Assinale com 'X' a alternativa que você considera mais importante para o desempenho de seu trabalho nesta Universidade."

As respostas para esta questão encontram-se reunidas na Tabela 60.

Observando essa tabela, verifica-se que 58,1% dos entrevistados consideravam de maior importância para o desempenho de seu trabalho junto à UFPb, "exercer atividades em ambos os níveis", ou seja, na graduação e na pós-graduação.

"Exercer atividades somente na pós-graduação" constituía o desejo de 32,3% desses estrangeiros. Já para 4,8% dos entrevistados, "exercer atividades somente na graduação" representava a alternativa mais importante. Apenas 1,6% aspirava "exercer atividades somente de pesquisa."

Além destas, 3,2% dos entrevistados assinalaram atividades administrativas, como coordenação de núcleo de pesquisa e de extensão, ou seja, ensino e apresentações públicas para a comunidade, incluídas na alternati

va "outras" (atividades).

TABELA 60

Alternativas julgadas mais importantes pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para o desempenho de seu trabalho na UFPb

Respostas	Número	%
Exercer atividades somente na graduação	3	4,8
Exercer atividades somente na pós-graduação	20	32,3
Exercer atividades em ambos os níveis	36	58,1
Exercer atividades somente de pesquisa	1	1,6
Outras	2	3,2
TOTAL	62	100,0

Complementando as informações, alguns entrevistados teceram comentários relativos às atividades acima mencionadas ou sobre outras que gostariam de exercer, destacando-se, por exemplo, as de extensão - relegadas na maioria das respostas.

Referindo-se a estas, houve quem afirmasse a sua importância, seja a nível de participação em eventos científicos, seja a nível de participação em empreendimentos científico-acadêmicos e outros, tais como elaboração de revistas, consultorias etc.

O objetivo da pergunta seguinte foi verificar até que ponto o trabalho desenvolvido pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros tinha contribuído efetivamente para a melhoria do desempenho da UFPb.

A pergunta foi formulada nestes termos: "O seu trabalho contribuiu e/ou tem contribuído para a melhoria do desempenho desta Universidade (Centro, Departamento, Núcleo etc.)?" As respostas para esta pergunta es

tão agrupadas na Tabela 61.

A maioria, 87,1% dos entrevistados, afirmou que o seu trabalho contribuiu e/ou tem contribuído para a melhoria do desempenho da UFPb, contra apenas 4,8%, que responderam negativamente. Deixaram de responder a pergunta 8,1% dos entrevistados.

TABELA 61

O seu trabalho contribuiu e/ou tem contribuído
para melhoria do desempenho desta Universidade
(Centro, Departamento, Núcleo etc.) ?

Respostas	Número	%
Sim	54	87,1
Não	3	4,8
Não responderam	5	8,1
TOTAL	62	100,0

Complementando a pergunta, solicitou-se a cada um dos que responderam positivamente, a indicação de, pelo menos, uma evidência da mencionada contribuição. Neste sentido, obteve-se as justificativas de 50, ou 92,6%, dos 54 que responderam positivamente. A autora achou importante transcrever essas justificativas.

EVIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES/
PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS PARA
MELHORIA DO DESEMPENHO DOS DEPARTAMENTOS DE
OUTROS SETORES E/OU DA UFPb COMO UM TODO

- "Contribuição para disciplinas de mestrado; orientação de alunos de mestrado e doutorado; publicações. Contribuí para a grande diferença de imagem deste Departamento nos últimos 10 anos."

- "Publicação de 'Geographie et Ecologie de la Paraíba' - CEGET-BORDEAUX - 1980; tradução de documentos geográficos do francês para o português; incentivo à cartografia e centro de documentação."

- "Publicações internacionais, dentre elas "On the taxonomy, ecology and physiology of a giant oyster, crassostrea paraibanensis, new species" - Bulletin of Marine Science, 30(4):833-847, 1980."

- "Criação de um ambiente de pesquisa no Departamento em decorrência das teses defendidas sob minha orientação e artigos de pesquisa publicados nas revistas internacionais."

- "Doação de livros."

- "Aquisição de bolsas para alunos através do CNPq"

- "Criação de curso de pós-graduação, implantação de laboratórios e linhas de pesquisa."

- "Os cursos de pós-graduação do DQ, todos foram criados só depois de meu ingresso no Departamento e com minha efetiva participação. As primeiras pesquisas do Departamento e o primeiro trabalho publicado deste Departamento, contaram com a minha participação."

- "Efetiva participação nos cursos de pós-graduação, nas primeiras

pesquisas e no primeiro trabalho publicado no Departamento."

- "Classificação do curso de pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos: subiu de nível deficiente para nível 'B', pelo MEC/CAPES."

- "Colocar em funcionamento equipamentos parados por falta de conhecimento; elaboração de projetos que implicaram em recursos financeiros para o Centro."

- "Informar minha experiência, métodos de trabalho etc."

- "Na qualidade de coordenador de curso, temos enfatizado, junto aos colegas, a necessidade de melhorarem os planos de ensino das disciplinas do curso de graduação, melhorando o nível de ensino."

- "Construção de um protótipo de equipamentos pela Universidade."

- "As teses que orientei foram um resultado muito positivo do trabalho que um professor pode exercer. A minha participação ativa junto ao Departamento tem contribuído também para todas as decisões que visam a um melhor desempenho do corpo docente" (grifo do entrevistado).

- "Participação ativa na reestruturação do mestrado em Ciências Sociais."

- "A nível de Departamento: os alunos; pela divulgação do trabalho feito onde participo ativamente: Quarteto, Orquestra etc."

- "Formação da Orquestra Sinfônica Jovem"

- "Intercâmbio de Cultura"

- "Formação de um grupo de pesquisa; criação de um mestrado (Ciências Sociais, 1979)"

- "Formação de um grupo de pesquisa (em torno de uma das prioridades em pesquisa do III PBDCT: Saúde e Nutrição); criação de um mestrado (Ciências Sociais)"

- "Orientação de 8 estudantes de mestrado; publicação de 5 artigos científicos; desenvolvimento do Departamento de Farmacologia desta Universidade."

- "Departamento: sendo, em 80, o único professor em Sistema de Potência a ministrar cursos de pós-graduação; Universidade: o computador adquirido pelo convênio melhorou as condições de trabalho."

- "Pesquisas executadas, teses orientadas, trabalhos apresentados em Congressos."

- "Foi iniciada nova linha de pesquisa (Salinidade) de importância regional e estabelecimento de um laboratório de Irrigação e Salinidade."

- "Contribuí para a capacitação dos docentes brasileiros. Exceto um professor da área, todos os brasileiros com mestrado na área são meus orientandos."

- "Desenvolvimento da área de Engenharia de Águas Subterrâneas e de equipamentos."

- "Melhoramento da capacitação dos docentes e alunos"

- "Quase todos os professores da área de Saneamento tiveram mais que metade do curso de pós-graduação ministrado por mim."

- "Dois laboratórios em montagem, parcialmente já em funcionamento, projetos de pesquisa aprovados."

- "Desenvolvimento de conhecimentos científicos!"

- "Aplicação de conhecimentos técnicos!"

- "Representamos, com nosso trabalho de pesquisa nos congressos e periódicos científicos, a Universidade Federal da Paraíba."

- "Divulgação do nome do Departamento e da Universidade através de trabalhos científicos."

- "Contribuo para o conhecimento dos aspectos estruturais dos Pegmatitos Mineralizados da Paraíba."
- "Para melhoria da disciplina Geometria Descritiva e Introduçao ao Desenho Técnico e Desenho em Geral."
- "Para a UFPb: doaçao de 20,000 US\$; para o Departamento de Engenharia Química: doaçao de aparelhos oriundos da RFA, para construçao de laboratórios."
- "Contribuiçao ao Núcleo de Energia sobre o Projeto de Produçao de Hidrogênio; participaçao ativa no Projeto (SUBIN) sobre Pesticidas."
- "Na graduaçao foi feita uma mudanca da estrutura curricular da área profissional, com o objetivo final de aulas práticas. Na pós-graduaçao, tentei uma adaptaçao melhor e seleçao do aluno, bem como sensibilizaçao deste, do professor e do Departamento, para o desenvolvimento de linhas de pesquisa."
- "A área de Engenharia Eletroquímica logrou desenvolver projetos que estão em plena execuçao como o Complexo Central de Produçao de Hidrogênio Eletrolítico."
- "Contribuiçao ao ensino da pós-graduaçao; instalaçao do Laboratório de Meios Porosos."
- "Curso de pós-graduaçao; apresentaçao de projetos; oferta de disciplinas antes não oferecidas; desenvolvimento de equipamentos."
- "Aumento do número de pessoas com nível de pós-graduaçao no Departamento; melhoria da qualidade do ensino."
- "Até agora, eu sou o professor que mais teses de M.Sc. tem orientado (todas defendidas). Tenho representado a Universidade várias vezes no exterior."

- "Apresentação de projetos aprovados pelo CNPq, IPT-SP e OEA"
- "Implantação de métodos de avaliação de recursos de Energia Solar e distribuição de Redes Solarimétricas, com projeção nacional."
- "As reiteradas opiniões expressadas pelos alunos; o interesse que tem suscitado entre colegas o tema que pesquiso; uma prova de reconhecimento tem sido a eleição para presidente do Conselho Editorial de uma revista."
- "Faltava professor, fui um trabalhador a mais, juntando forças"
- "Informe-se com o chefe do Departamento"
- "Pela coordenação dos convênios entre a UFPb e universidades alemãs e convênios entre os governos Brasil/Alemanha."

Analisando as justificativas acima, depreende-se que a atuação desses professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros concentrou-se, notadamente, nas atividades de ensino e pesquisa, esta última com ênfase nos programas de pós-graduação, incluindo-se, ainda, a orientação de dissertações e/ou teses de mestrado e/ou doutorado.

Desta forma, verifica-se que a extensão, apesar de se constituir uma das atividades-fim da Universidade, poucas vezes é explicitamente referida. Portanto, infere-se que a atuação e contribuição dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para a melhoria do desempenho da UFPb, prenderam-se basicamente às atividades de ensino e pesquisa.

Registre-se, também, que dos 3 entrevistados que responderam negativamente 1, ou 33,3%, justificou sua resposta, alegando não haver contribuído para a melhoria do desempenho da UFPb, "conforme opinião dos colegas brasileiros" - acrescentou ele.

A pergunta seguinte dizia respeito à influência do trabalho exerci

do pelos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros junto aos colegas ou alunos da UFPb. Perguntou-se: "O seu trabalho exerceu e/ou tem exercido, de alguma forma, influência sobre os colegas ou alunos da UFPb com quem se relaciona?"

As respostas para esta pergunta estão agrupadas na Tabela 62.

Os resultados demonstram que 80,7% dos entrevistados assinalaram que o seu trabalho na UFPb exercia algum tipo de influência sobre os colegas ou alunos com quem se relacionavam, contra 4,8% que não julgavam exercer tal influência. Do mesmo modo, 14,5% deixaram de responder a pergunta

TABELA 62

O seu trabalho exerceu e/ou tem exercido,
de alguma forma, influência sobre os colegas ou alunos da
UFPb com quem se relaciona?

Respostas	Número	%
Sim	50	80,7
Não	3	4,8
Não responderam	9	14,5
TOTAL	62	100,0

Adotando o critério utilizado na pergunta anterior, solicitou-se a cada um dos entrevistados que responderam positivamente, que indicasse pelo menos uma evidência, ratificando tal resposta. A solicitação foi atendida por 47, ou 94%, dos 50 que responderam positivamente. Na transcrição das justificativas, evitou-se a repetição daquelas cujo teor eram seme

lhantes. Em suas expressões, temos o seguinte:

INFLUÊNCIA EXERCIDA PELOS PROFESSORES/PES
QUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS JUNTO AOS
COLEGAS OU ALUNOS DA UFPb

- "Influenciei diretamente o trabalho de meus orientandos. Através de minha atuação, foi implantado um ambiente mais propício à criação de trabalhos originais. Induzo meus alunos para atividades de pesquisa."

- "Motivação para o trabalho em função da experiência, do ritmo; houve um despertar para o envolvimento de outras pessoas, formando uma equipe de pesquisadores de Geografia Humana".

- "Inspiração transmitida aos alunos para prosseguirem nas atividades de pesquisa e, também, aos colegas que assistem aos meus cursos como ouvintes e participam nas pesquisas".

- "Interesse na pesquisa; disciplina no trabalho".

- "Existe uma evolução qualitativa no desejo de colegas e alunos no sentido de formar equipes produtivas que resolvam problemas imediatos. A médio prazo, teremos condições de implantar planos de pesquisa, após consolidação dos laboratórios mínimos para realizá-la."

- "Acredito que já tenho contribuído sensivelmente para a melhoria do nível científico de meus alunos e nível acadêmico de meus colegas - as evidências são os próprios alunos e colegas (somente eles podem confirmar ou contradizer minha resposta)".

- "A coordenação de um curso inevitavelmente exerce essa influência, na medida em que solicita dos colegas e discentes colaboração e sugestões para melhorar o ensino e as disciplinas que lecionam."

- "Estou iniciando, atualmente, uma colaboração com colegas do mestrado em Psicologia, a nível de seminário de pesquisa. Quanto aos alunos pelo menos aprenderam a importância de leitura de textos. Os trabalhos em casa foram eliminados. Os resultados são interessantes" (grifo do entrevistado).

- "Pesquisas multidisciplinares, incluindo vários professores e envolvendo muitos alunos e recém-graduados da mesma área de concentração (Saúde)."

- "Consultas frequentes, mudança na atitude e procedimento de pesquisa e ensino."

- "Métodos científicos na elaboração de teses; cursos de especialização para colegas."

- "Boa colaboração entre alunos e colegas."

- "Mostra-se a necessidade de manter o nível dos cursos e de pesquisa elevada; mostram-se idéias de pesquisa."

- "Os alunos sob minha orientação são professores desta e de outras universidades, aumentando, assim, seus níveis de conhecimento."

- "Provamos que foi possível fazer pesquisa no nível bastante alto para ser publicada nos vários periódicos científicos internacionais."

- "Três alunos escolheram problemas de minha área de pesquisa para seus trabalhos de iniciação científica."

- "Melhorar o nível. Incentivo e introdução de visitas à Biblioteca. Tradução de livros para os alunos. Apoio aos alunos inteligentes e interessados em receber uma bolsa da RFA (M.Sc. é pré-requisito)".

- "Já logramos no Departamento de Engenharia Química a formação de uma equipe de professores e alunos de graduação interessados em reatores

eletroquímicos."

- "Na absorção de novos conceitos nas áreas de Solarimetria, Instrumentação e Física da Radiação."

- "O fato de ser constantemente procurado por alunos e colegas para discutir temas ou ler seus textos a fim de fazer a crítica. Frutíferos intercâmbios de opiniões têm surgido desses encontros."

- "Orientação direta para os bolsistas que irão à Alemanha Ocidental."

- "Existe hoje, na UFPb, um grupo (de que faço parte) que está trabalhando em atividade de criação de infra-estrutura em projetos."

Considerando as justificativas acima, constata-se, também, que foi predominantemente através das atividades de ensino que os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros disseram exercer influência sobre os colegas e alunos com quem se relacionavam. Explicitamente, as atividades de extensão não foram mencionadas, o que leva a crer, mais uma vez, que a atuação desses estrangeiros se verificava, principalmente, com relação ao ensino e à pesquisa, negligenciada a extensão.

A questão seguinte, dividida em quatro alternativas (a, b, c e d, e seus subitens), teve por finalidade observar a forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb, comparado com o país de origem.

A questão foi assim formulada: "Assinale com 'X' nas alternativas abaixo, a forma como você desenvolve seu trabalho nesta Universidade, comparado com o país de origem." As alternativas eram: a) em termos de horas e/ou volume: "trabalha mais", "trabalha menos", "igual"; b) quanto à liberdade: "mais liberdade", "menos liberdade", "igual"; c) quanto à mo

dalidade: "trabalho diferente", "trabalho igual" e d) "outras" (formas) não especificadas na referida questão e julgadas importantes pelos entrevistados.

As respostas para esta questão encontram-se reunidas nas Tabelas 63, 64 e 65, respectivamente.

Através da Tabela 63, verifica-se que 25, ou 40,3%, dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros exerciam seu trabalho na UFPb, em iguais condições, comparado com o país de origem, em termos de horas e/ou volume - incluídas, neste último aspecto, características tais como responsabilidade, complexidade, importância etc.

Nesse contexto, 21, ou 33,9%, assinalaram trabalhar mais, enquanto 7, ou 11,3%, disseram trabalhar menos.

Deixaram de responder a alternativa 'a' 14,5% dos entrevistados.

TABELA 63

Forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb, comparado com o país de origem, em termos de horas e/ou volume

Alternativa "a"		
Respostas	Número	%
Trabalhavam mais	21	33,9
Trabalhavam menos	7	11,3
Igual	25	40,3
Não responderam	9	14,5
TOTAL	62	100,0

No que diz respeito à liberdade - compreendendo-se, aqui, liberdade de idéias, de atitudes, de iniciativa própria etc - a Tabela 64 demonstra que a maioria, 34, ou 54,9%, dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros indicou desenvolver seu trabalho na UFPb em iguais condições comparado com o país de origem.

Por outro lado, 17, ou 27,4%, desses estrangeiros, disseram ter mais liberdade na UFPb, enquanto apenas 3, ou 4,8%, afirmaram ter menos liberdade de executar seu trabalho, comparado com o país de origem.

Deixaram de responder a alternativa 'b' 8, ou 12,9%, dos entrevistados.

TABELA 64

Forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb comparado com o país de origem, quanto à liberdade

Alternativa "b"		
Respostas	Número	%
Mais liberdade	17	27,4
Menos liberdade	3	4,8
Igual	34	54,9
Não responderam	8	12,9
TOTAL	62	100,0

Com relação à modalidade, verifica-se, na Tabela 65, que 39, ou 62,9%, dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros exerciam, na UFPb, um trabalho diferente comparado com o país de origem, contra 15, ou

24,2%, que disseram exercer um trabalho igual.

Deixaram de responder a alternativa 'c' 8, ou 12,9%, dos entrevistados.

TABELA 65

Forma como os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros desenvolviam seu trabalho na UFPb comparado com o país de origem, quanto à modalidade

Alternativa "c"		
Respostas	Número	%
Trabalho diferente	39	62,9
Trabalho igual	15	24,2
Não responderam	8	12,9
TOTAL	62	100,0

A alternativa 'd', destinada à citação de outras formas e/ou modalidades de trabalho, bem como informações e/ou comentários não especificados nas alternativas 'a', 'b' e 'c', acima mencionadas, foi assinalada por 10, ou 16,1%, dos 62 entrevistados, que assim se expressaram:

- "Antes da UFPb, eu trabalhava em outro país latino-americano (Peru) e não no país de origem".

- "Nunca trabalhei no meu país de origem".

- "Não posso comparar; nunca ensinei no meu país de origem".

- "O regime de trabalho é diferente. Na Alemanha, há mais facilidade em obter os meios; no Brasil, o trabalho depende quase exclusivamente do empenho pessoal de cada um".

- "Trabalho mais em quantidade de horas gastas. Trabalho menos em trabalho eficiente. Obs: Mas perco mais tempo" (grifo do entrevistado).

- "Mais liberdade. Obs: liberdade não é o termo exato, e é produto da desorganização da ciência no Brasil. Tenho a experiência e o hábito de trabalho organizado e sério; as dificuldades aqui são enormes" (grifo do entrevistado).

- "Rendimento do trabalho comparado com a Alemanha: 20%".

- "Dificuldade em convencer as pessoas sobre a necessidade de algumas pesquisas que eu considero vitais".

- "O trabalho envolve muito mais burocracia devido à inadequação do pessoal de apoio."

- "Quanto ao volume e à liberdade de trabalho, são (quase) iguais; as condições não são as mesmas" (grifo do entrevistado).

Pelos comentários acima, conclui-se que alguns dos entrevistados não haviam tido experiência de trabalho em seu país de origem, constituindo a UFPb, talvez, a primeira oportunidade de atuação profissional. Noutros casos, essa experiência já ocorrera, porém fora do país de origem.

No que tange à comparação das atividades desempenhadas na UFPb com as do país de origem, as críticas e descontentamentos desses estrangeiros foram dirigidas, principalmente, ao apoio logístico, pessoal inadequado e dificuldades de se obter os meios e condições necessárias à consecução do trabalho desejado e à falta de seriedade, em decorrência da "desorganização da ciência no Brasil."

O último item do questionário destinava-se às observações ou comentários porventura julgados necessários pelos entrevistados, a fim de complementar as informações por eles prestadas. Este item foi formulado as

sim: "As linhas abaixo devem ser utilizadas para algum comentário complementar que você julgar necessário às suas informações."

Dos 62 entrevistados, 22, ou 35,5%, emitiram opiniões ou pontos de vista por eles considerados úteis à pesquisa. Todavia, em alguns casos essas observações já haviam sido registradas em questões anteriormente analisadas ao longo desta parte do trabalho, motivo pelo qual não constam da transcrição das expressões abaixo:

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES DOS PROFESSORES/
PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS JULGA
DAS NECESSÁRIAS ÀS SUAS INFORMAÇÕES

- "O CNPq, ou outras agências financiadoras, devem fornecer apoio financeiro para os professores/orientadores pagarem bolsas para alunos de mestrado e doutorado. Essas bolsas devem ficar sob inteiro controle do orientador."

- "1) Um professor-orientador deve ter verbas anualmente concedidas para assistir a congressos (para pagar bolsista), para pagamento de terceiros, comprar livros (para seus alunos também), para outros materiais de consumo, para convidar professores-visitantes etc.; 2) Depois de cada 5 ou 6 anos de trabalho, deve ter um ano sabático (bem definido) para poder renovar suas idéias e contatos."

- "Acho proveitosos os intercâmbios de professores de país a país. Devo reconhecer que, para mim, logo após terminar o doutorado, a experiência de 3 anos e meio de ensino e pesquisa numa universidade brasileira, foi interessantíssima. Esses intercâmbios deveriam ser incentivados segundo a forma de 'professor-visitante', que mostra bem o impacto provisório e impulsionador dos estrangeiros" (grifo do entrevistado).

- "1) Acho que o nível dos alunos dos cursos de graduação e pós graduação é muito baixo, comparado com o meu país de origem. 2) Dificuldade de ensinar e cobrir toda a matéria das disciplinas dentro do mesmo horário, quando comparado com o país de origem. 3) Falta de disciplina dos alunos."

- "Em nosso Centro, após um crescimento rápido, houve um período de relativa 'calma', motivado pelo afastamento para realização de mestrado e doutorado de vários colegas. Paralelamente, chegavam equipamentos de programas especiais (tipo PREMESU) com diversos inconvenientes: procedência e assistência técnica, falta de recursos humanos aptos a explorar esse potencial, dimensionamento e, às vezes, pedidos errados para finalidades didáticas ou de pesquisa. Hoje, existe uma consciência da necessidade de: - explorar, através da compreensão do potencial, o equipamento disponível; complementar o que seja necessário, através de um planejamento 'diretor', as atividades futuras dos Departamentos e do Centro; programar a extensão universitária em função do potencial humano e material disponíveis hoje. Nessa linha estamos trabalhando." (grifo do entrevistado).

- "Considerar que a maioria dos estrangeiros foi contratada quando a região não possuía tais elementos e que a vinda dos mesmos facilitou a formação interna do pessoal docente."

- "... falar de influência, a meu ver, é um pouco exagerado; pelo menos, eu me considero não mais influente que qualquer outro professor brasileiro e estes são a absoluta maioria no nosso Departamento."

- "As atividades de desenvolvimento de infra-estrutura de trabalho são muito importantes. A maior parte do meu tempo na UFPb está voltada pa

ra conseguir os equipamentos necessários para desenvolver melhor o curso de graduação e trabalho de pesquisa. Existem algumas influências indiretas das minhas atividades dentro da UFPb, que não se consegue medir; por exemplo, eu estou coordenando uma área específica dentro do Departamento (área dos Projetos de Sistemas Mecânicos). Muito do meu tempo está voltado em conscientizar da importância que esta área (projetos) tem para o desenvolvimento da tecnologia nacional."

- "Uma vez que grande número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros chegou na época do Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, teria sido, talvez, útil a pesquisa ter diferenciado a participação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros antes do Dr. Lynaldo e, posteriormente, ao início desse período marcado pelo crescimento e abertura dos cursos de mestrado. Nesse sentido, teria sido interessante incluir os professores brasileiros que vieram de outros Estados e, por vezes, do exterior, durante esse período. Alguns destes professores brasileiros foram formados nas mesmas universidades no Exterior, o que faz com que, na prática, tais grupos de pessoas (estrangeiros e brasileiros), tenham um método semelhante, uma mesma visão do trabalho docente. Teria sido importante, também, entrar em contato com professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros e brasileiros que foram convidados enquanto visitantes e, posteriormente, não renovaram o seu contrato. Muitos desses professores visitantes, em particular os brasileiros, estão hoje ligados a universidades no Rio de Janeiro, em Brasília ... Alguns dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros também permanecem no Brasil, mas ligados a outras universidades. O resultado seria uma visão menos linear e mais dinâmica da participação dos professores não paraibanos nesta Universidade."

- "Não acho conveniente designar professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros a cursos de graduação."

- "Não me considero estrangeiro."

- "As universidades envolvidas na contratação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros deveriam, em primeiro lugar, oferecer um curso intensivo de língua portuguesa, com duração mínima de três meses. Além disso, a IES deveria conceder, também, prazo idêntico para que o professor pudesse se ambientar com o novo país, costumes etc."

- "Desinteresse da maioria dos alunos (aprender inglês, por exemplo). Faltam empregos para cerca de 90% dos alunos com graduação. Uma pesquisa de qualidade internacional até agora, aqui (DEQ) não é possível. Eu gostaria de melhorar isto. Tenho 8 anos de experiência em indústria."

- "Para dar continuidade e ganhar mais experiência técnica na área de reatores eletroquímicos, o Departamento no qual estou lotado me liberou durante três anos, para obtenção do doutoramento em Engenharia Química, a partir de maio de 82."

- "Minha admissão pela UFPb ocorreu devido à aceitação particular de um convite feito a alguns pesquisadores em energia solar, para que se incorporassem às atividades do Laboratório de Energia Solar, em João Pessoa."

- "Não me considero uma estrangeira típica. Estou no Brasil há 15 anos e com perspectivas de ficar definitivamente. Eu me considero uma brasileira de coração, nascida fora" (grifo da autora).

- "A meu ver, falta maior preparação (aculturação) para um bom entrosamento dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros. A UFPb poderia designar um (ou mais) docentes para acompanhar diretamente os pro

fessores/pesquisadores e técnicos estrangeiros no período inicial. Solicitar, aos órgãos responsáveis no estrangeiro, melhor preparação dos docentes, apresentando itens concretos da realidade desta UFPb e os respectivos campi de atuação."

- "Eu acho que em algum lugar deste questionário, dever-se-ia comparar o trabalho (produtividade, eficiência, número de horas) do estrangeiro com o brasileiro. Encontraria comentários interessantes, não acha?"

Diante de tais comentários, observa-se, mais uma vez, que foi nas atividades de ensino e pesquisa que os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros concentraram suas atenções. A extensão universitária foi explicitamente abordada apenas por um dos entrevistados.

Valendo-se da oportunidade concedida, os referidos estrangeiros manifestaram, também, suas críticas e sugestões.

As críticas giraram em torno de dificuldades tais como falta de mercado de trabalho para os recém-graduados, falta de condições de desenvolver pesquisa a nível internacional, incompatibilidade entre a carga horária estipulada e o programa de ensino a ser cumprido, e a designação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para os cursos de graduação. O nível qualitativo dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação também foi alvo de críticas, assim como a sua falta de interesse em melhorar esse estado de coisas.

No que se refere às sugestões, algumas dizem respeito aos assuntos diretamente ligados à UFPb e ao envolvimento desta com os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros; outras, a este trabalho, em particular.

No primeiro caso, foi enfatizado, dentre outras sugestões, o apoio das agências financiadoras para fazer face a determinadas despesas relaci

onadas aos professores/orientadores e alunos de pós-graduação.

A figura do "professor-visitante" é sugerida como uma maneira de incentivar o intercâmbio entre professores brasileiros e estrangeiros, ao tempo em que se sugere, também, a instituição de um período sabático, a exemplo do que ocorre em outros países.

Sugestões para melhor preparação tanto da UFPb e das universidades estrangeiras envolvidas na contratação de professores estrangeiros, bem como destes últimos, visando sanar problemas de aculturação e entrosamento dos mesmos quando do início de suas atividades no país, são apresentadas também.

Outro ponto de vista registrado por alguns dos entrevistados, diz respeito ao fato de não se julgarem 'estrangeiros' na acepção do termo.

No segundo caso, ou seja, as sugestões dirigidas a este trabalho, em particular, abordam aspectos importantes e que podem servir de ponto de partida, inclusive para outras pesquisas em torno do assunto. Dentre essas sugestões, ressalta-se, por exemplo, a análise da atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros comparada com a dos professores brasileiros vindos de outros Estados e, por vezes, do exterior para a UFPb, tendo como marco o reitorado do Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque.

Comparação do trabalho dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros com o dos colegas brasileiros, em termos de produtividade, eficiência, número de horas, é uma outra proposição formulada, que pode levar a resultados interessantes.

4.4. Atividades de pesquisa desenvolvidas por professores/pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros na UFPb

Para subsidiar a análise da participação dos professores/pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros nas atividades de pesquisa desenvolvidas pela UFPb no período de 1970/80, a autora tomou por base dois catálogos de pesquisa, elaborados pela Universidade, ou seja, o "Catálogo Geral de Pesquisas da UFPb (1977/1981)" e o "Catálogo de Pesquisa: Campi do Interior (1982)".

A escolha dos referidos documentos se justifica por serem os únicos que, na época do levantamento de dados para a elaboração deste trabalho, apresentavam, de forma mais ou menos sistematizada, os dados referentes às pesquisas da UFPb.

O primeiro Catálogo relaciona 463 pesquisas levantadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, através de sua Coordenação Geral de Pesquisa, envolvendo os seguintes Campi da UFPb: Campus I (João Pessoa), Campus II (Campina Grande) e Campus IV (Bananeiras).

O segundo relaciona 315 pesquisas, resultado de um trabalho conjunto do Sistema de Acompanhamento de Pesquisa (SAP), implantado pela Coordenação Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa em articulação com o Núcleo de Processamento de Dados.

Este catálogo registra apenas as pesquisas desenvolvidas nos seguintes Campi do Interior: Campus I (Campina Grande), Campus III (Areia), Campus IV (Bananeiras) e Campus VII (Patos).

Assinale-se, entretanto, que muitas destas pesquisas, excluídas aquelas iniciadas a partir de 1982, constam, também, do Catálogo Geral de Pesquisas da UFPb, acima mencionado.

Em ambos os catálogos, as pesquisas estavam agrupadas por Centro e respectivos Departamentos, bem como Núcleos, Laboratórios etc.

Das 463 pesquisas constantes do primeiro catálogo, foram consideradas, para efeito deste trabalho, as pesquisas concluídas até 1980 e as que estavam em andamento naquela época (1980), num total de 321.

Das 315 pesquisas do segundo catálogo, considerou-se apenas 34 nas mesmas condições acima mencionadas e que, somadas às 321 do primeiro, perfazem um total de 355 pesquisas, que passarão a constituir o objeto desta parte do trabalho.

Dividiu-se a análise em quatro itens:

a) pesquisas concluídas até 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos estrangeiros;

b) pesquisas concluídas até 1980, sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros;

c) pesquisas em andamento em 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos estrangeiros;

d) pesquisas em andamento em 1980, sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros.

A Tabela 66 oferece uma síntese do número dessas pesquisas, agrupadas por Centro e de acordo com a situação correspondente a cada um dos itens acima mencionados.

Observando a referida tabela, verifica-se que até 1980 foram concluídas 60 pesquisas sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos estrangeiros, correspondendo a 17% do total das pesquisas alvo da presente análise.

Dessas 60 pesquisas, 10, ou 16,7%, foram desenvolvidas no Centro

TABELA 66

Número de pesquisas concluídas e em andamento na UFPb até 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos estrangeiros, e sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros

CENTRO	PESQUISAS CONCLUÍDAS				PESQUISAS EM ANDAMENTO				PESQUISAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO				TOTAL GERAL	
	Prof/pesq e/ou téc. estrangeiros	Prof/pesq e/ou téc. brasileiros	%	Prof/pesq e/ou téc. estrangeiros	Prof/pesq e/ou téc. brasileiros	%	Prof/pesq e/ou téc. estrangeiros	Prof/pesq e/ou téc. brasileiros	%	Prof/pesq e/ou téc. estrangeiros	Prof/pesq e/ou téc. brasileiros	%		
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	10	7	16,7	8	9,4	7,7	18	12,5	17	8,1	35	10,0		
Centro de Ciências da Saúde	10	29	16,7	15	17,6	22,7	25	17,2	59	28,1	84	23,6		
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	2	-	3,3	1	1,3	1,5	3	2,1	2	1,0	5	1,4		
Centro de Educação	3	1	5,0	3	3,5	1,5	6	4,1	3	1,4	9	2,5		
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	-	7	-	5	5,8	9,1	5	3,4	19	9,0	24	6,8		
Centro de Tecnologia	2	8	3,3	4	4,7	6,8	6	4,1	17	8,1	23	6,5		
Centro de Humanidades	1	-	1,6	1	1,5	1,5	2	1,4	2	1,0	4	1,1		
Centro de Ciências e Tecnologia	19	20	31,7	40	47,0	38,6	59	41,0	71	33,8	130	36,6		
Centro de Ciências Agrárias	13	6	21,7	8	9,4	10,6	21	14,4	20	9,5	41	11,5		
TOTAL	60	78	100,0	85	100,0	100,0	145	100,0	132	100,0	210	100,0	355	100,0

FONTES: Catálogo Geral de Pesquisas da UFPb (1977-1981)
Catálogo de Pesquisa: Campi do Interior, 1982

de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), através dos Departamentos de Biologia, Física, Geociências, Química e do Núcleo de Pesquisas dos Recursos do Mar - NEPREMAR; 10, ou 16,7%, no Centro de Ciências da Saúde (CCS), envolvendo o Departamento de Promoção da Saúde e o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica - LTF; 2, ou 3,3%, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), compreendendo os Departamentos de Administração (Mestrado em Administração) e Biblioteconomia e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia); 3, ou 5%, no Centro de Educação (CE), vinculadas ao Setor de Pesquisas Educacionais; 2, ou 3,3%, no Centro de Tecnologia (CT), através do Departamento de Tecnologia da Construção Civil, todas elas desenvolvidas no Campus I; 1, ou 1,6%, no Centro de Humanidades (CH), realizada nos Departamentos de Economia e Sociologia; 19, ou 31,7%, no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), sob a égide do Departamento de Engenharia Elétrica e de seus Grupos de Alta-Tensão, Conversão e Controle, Instrumentação Eletrônica, Sistemas Digitais e Sistemas de Potência, do Núcleo de Energia, do Departamento de Ciências Atmosféricas, em colaboração com o Núcleo de Meteorologia Aplicada, e do Departamento de Mineração e Geologia, desenvolvidas no Campus II; 13, ou 21,7%, no Centro de Ciências Agrárias (CCA), através dos Departamentos de Fitotecnia, Solos e Engenharia Rural, desenvolvidas no Campus III. Nesse contexto, o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), localizado no Campus I, não apresentou pesquisas concluídas.

Observe-se, também, que o maior percentual foi alcançado pelo Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e o menor, pelo Centro de Humanidades (CH).

No que tange às pesquisas concluídas até 1980, sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasi

leiros, a referida tabela registra um total de 78 pesquisas, equivalendo a 22% do total geral.

O maior número, 29, ou 37,2%, dessas 78 pesquisas, vinculava-se ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), através dos Departamentos de Promoção da Saúde, Cirurgia, Materno-Infantil, Medicina Interna, do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica - LTF, e do Núcleo de Medicina Tropical - NUMETROP. Segue-se a esse, com 20, ou 25,6%, o Centro de Ciências e Tecnologia - CCT através do Departamento de Engenharia Elétrica e de seus Grupos de Conversão e Controle, Instrumentação Eletrônica, Sistemas Digitais, Sistemas de Potência e Comunicações, dos Departamentos de Mineração e Geologia, Engenharia Civil e da Estação Experimental de Tratamentos Biológicos de Esgotos Sanitários - EXTRABES. Em terceiro lugar, com 8, ou 10,3%, o Centro de Tecnologia (CT), através dos Departamentos de Tecnologia Química e de Alimentos, Arquitetura e Urbanismo, do Laboratório de Energia Solar - LES, e do Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUPPA. Em quarto, com percentuais iguais de 7, ou 9%, o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) e o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), através, respectivamente, dos Departamentos de Biologia e de Química e dos Departamentos de Psicologia, Letras Clássicas e Vernáculas, e Filosofia. Com 6, ou 7,7%, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) através dos Departamentos de Fitotecnia, Solos, Engenharia Rural e Zootecnia. O menor percentual, com 1, ou 1,2%, foi apresentado pelo Centro de Educação (CE), através do Setor de Pesquisas Educacionais. Nesse contexto, não se fizeram presentes os Centros de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Centro de Humanidades (CH).

As pesquisas que se encontravam em andamento em 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos es

trangeiros, atingiram o total de 85, significando 24% do total geral das pesquisas analisadas.

Nesse sentido, o maior percentual, 40, ou 47%, das pesquisas, estava vinculado ao Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), através do Departamento de Engenharia Elétrica, dos Grupos de Conversão e Controle, Instrumentação Eletrônica, dos Departamentos de Mineração e Geologia, Ciências Atmosféricas, Engenharia Agrícola, Engenharia Química, Física, Engenharia Civil, Sistemas e Computação, dos Núcleos de Meteorologia Aplicada, Processamento de Dados, Núcleo Regional de Processamento e Pesquisas em Couros e Tanantes - PROCURT, e da Estação Experimental de Tratamentos Biológicos de Esgotos Sanitários - EXTRABES. Segue-se a este, com 15, ou 17,6 o Centro de Ciências da Saúde (CCS), envolvendo o Departamento de Medicina Interna e o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica - LTF. Com percentuais iguais de 8, ou 9,4%, figuravam o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) e o Centro de Ciências Agrárias (CCA), através, respectivamente, dos Departamentos de Biologia, de Física e de Química, em colaboração com os Centros de Ciências e Tecnologia, Ciências Agrárias e Humanidades, e dos Departamentos de Fitotecnia, Solos e Engenharia Rural, Engenharia Florestal e do Laboratório de Energia de Biomassa. O quarto lugar, com 5, ou 5,8%, foi atribuído ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), em colaboração com os Centros de Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Ciências Exatas e da Natureza, e de Tecnologia, compreendendo os Departamentos de Psicologia, História, Ciências Sociais, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, os Departamentos de Geociências, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo. Os percentuais mais baixos couberam ao Centro de Tecnologia (CT), Centro de Educação (CE), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e ao Centro

de Humanidades (CH), envolvendo, respectivamente, os Departamentos de Tecnologia Mecânica, Tecnologia Química e de Alimentos e do Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUPPA; Setor de Pesquisas Educacionais, Departamento de Administração (Mestrado em Administração) e o Departamento de Educação e Humanidades, totalizando 9, ou 10,8%, das pesquisas acima mencionadas.

No que concerne às pesquisas em andamento até 1980, sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros, essa tabela registra um total de 132 pesquisas, ou seja, 37% do total geral das pesquisas ora analisadas.

As 51 pesquisas realizadas pelo Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), representando um percentual de 38,6%, indicam que também nesse contexto, o referido Centro, sob a égide do Departamento de Engenharia Elétrica, do Grupo de Sistemas de Potência, do Núcleo de Energia, dos Departamentos de Mineração e Geologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Sistemas e Computação, Física, do Núcleo de Pesquisa do Sisal - NUPES, do Laboratório de Cerâmica e Argilas, do Laboratório de Solos e do Núcleo de Transportes, apresentou o maior número de pesquisas. Em segundo lugar, com 30, ou 22,7%, foi indicado o Centro de Ciências da Saúde (CCS), através dos Departamentos de Promoção da Saúde, Cirurgia, Materno-Infantil, Medicina Interna, Morfologia, dos Laboratórios de Tecnologia Farmacêutica-LTF, e Engenharia Biomédica - LEB, e do Núcleo de Medicina Tropical - NUMETROP. O terceiro lugar, com 14 ou 10,6%, foi atribuído ao Centro de Ciências Agrárias (CCA), em colaboração com o Centro de Formação de Tecnólogos (CFT), através dos Departamentos de Solos e Engenharia Rural, Ciências Fundamentais e Sociais, Zootecnia, Tecnologia Rural, Fitotecnia, do Laboratório de Energia de Biomassa e do Núcleo de Pesquisas para o Desen

volvimento do Trópico Semi-Árido. Segue-se-lhe, com 12, ou 9,1%, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), implicando nos Departamentos de Psicologia, Letras Clássicas e Vernáculas, Filosofia, Ciências Sociais, História, no Núcleo de Pesquisa e Documentação de Cultura Popular - NUPPO e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR. O quinto lugar, com 10, ou 7,7%, apontou o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), através dos Departamentos de Biologia, Física, Geociências, Química e do Núcleo de Estudos e Pesquisas dos Recursos do Mar - NEPREMAR. O sexto, com 9, ou 6,8%, foi representado pelo Centro de Tecnologia (CT), compreendendo os Departamentos de Tecnologia Química e de Alimentos, Arquitetura e Urbanismo, o Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUPPA, o Núcleo Experimental de Arquitetura e Urbanismo NEAU e o Laboratório de Energia Solar - LES. Os percentuais mais baixos, totalizando 6, ou 4,5% das 132 pesquisas acima mencionadas, indicaram o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), em colaboração com o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Centro de Educação (CE) e o Centro de Humanidades (CH), envolvendo, respectivamente, os Departamentos de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia), Ciências Sociais, Economia, Setor de Pesquisas Educacionais, Departamento de Administração e Contabilidade e o Departamento de Economia e Finanças.

No cômputo geral, pesquisas concluídas e em andamento, observa-se que o número de pesquisas sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros foi maior do que as pesquisas sob a coordenação ou com a participação desses profissionais estrangeiros, ou seja, 210 contra 145, equivalendo, respectivamente, a 59% e a 41% do total geral das pesquisas analisadas.

Ressalte-se, também, que em ambas as situações acima enfatizadas o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) deteve o maior número de pesquisas,

num total de 130, significando 36,6% do total geral.

Do mesmo modo, o número mais baixo foi apresentado pelo Centro de Humanidades (CH), somando apenas 4, ou 1,1%, do total geral.

Pelo exposto, pode-se afirmar que ao lado de seus pares brasileiros, os profissionais estrangeiros tiveram uma participação significativa no desenvolvimento dos programas de pesquisa da UFPb, notadamente na área tecnológica.

Além desses aspectos, procurou-se detectar, através dos dados disponíveis, a evidência de disseminação das pesquisas acima mencionadas, no âmbito da própria UFPb, como também nos meios acadêmico-científicos do País e do exterior.

A precariedade das informações tornou mais difícil a tarefa, uma vez que muitas das pesquisas analisadas apresentavam dados incompletos, principalmente nesse sentido.

Acresça-se, a isto, que somente há bem pouco tempo alguns setores da UFPb, em especial a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, através de sua Coordenação Geral de Pesquisa, vem desenvolvendo esforços no intuito de sistematizar essas informações e colocá-las ao alcance dos pesquisadores e outros segmentos da comunidade universitária.

Como meios de disseminação ou divulgação, considerou-se publicações em livros, periódicos, bem como apresentação de trabalhos ou comunicações em reuniões, simpósios, congressos, seminários e eventos similares etc - nacionais e internacionais - critério válido para os quatro itens anteriormente estabelecidos.

Nesse sentido, a autora comentará, a seguir, as pesquisas que evidenciavam alguma forma de disseminação de seus resultados, através dos veículos acima explicitados.

No que tange ao item 'a' (pesquisas concluídas até 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos estrangeiros), o Departamento de Física (CCEN), apresentou 5 pesquisas sob a coordenação de um professor estrangeiro, cujos resultados foram todos publicados, podendo-se destacar:

- CHABA, A.N. e FERREIRA, A.M. "Condensação de Bose-Einstein num Sistema Unidimensional a uma Pressão Constante." Publicado na Revista Brasileira de Física (UFPb-PRPG-CHPQ, 1982:28,29).

- CHABA, A.N. e PATHRIA. "Avaliação de Somatórios de Rede usando a Fórmula de Soma de Poisson IV." Publicado em J. Phys. A (UFPb-PRPG-CHPQ, 1982:27,28).

Por sua vez, a pesquisa "Geografia e Ecologia da Paraíba", sob a responsabilidade do Departamento de Geociências (CCEN), tendo como um dos coordenadores o Professor Raymond Pébayle, da Université de Bretagne Occidentale, de Brest, teve seus resultados registrados na publicação patrocinada pelo CEGET/CNRS, da França, cujo título recebeu o mesmo nome da pesquisa (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:35,36).

Também o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF), que vem contando frequentemente com a participação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, apresentou 9 pesquisas concluídas, cuja disseminação de duas delas pode ser verificada através dos seguintes registros:

- FERREIRA, Margarida Alice/BRANCO, Consuelo Simões L. "Chemical Study of Alkaloids in Borreria Verticilata." Trabalho apresentado na primeira Reunião Conjunta de Farmacologia e Química, realizada em Stillwater-OKLAHOMA-USA (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:113,114).

- BHATTACHARYYA, J./SERUR, Leila M. "Structures of Montrifoline

and Delbine: Two New Furoquinoline Alkaloids from Monniera trifolia L." Publicado em HETEROCYCLES (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:130,131).

Como ficou demonstrado anteriormente, o Departamento de Engenharia Elétrica (CCT), através de seus diversos grupos, tem desenvolvido um considerável trabalho de pesquisa, contando com a presença de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros e estrangeiros.

Nesse contexto, o referido Departamento e os grupos acima mencionados concluíram 15 pesquisas. A divulgação dos resultados de algumas dessas pesquisas pode ser encontrada nos seguintes registros:

- NAIDU, S.R./PALMA, Lígia Souza (Grupo de Alta-Tensão). "Força de Levitação e Distorção do Campo Elétrico Devido a Partículas Condutoras Livres." Trabalho apresentado no 3º Simpósio Internacional de Alta-Tensão, Milano (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:218).

- DEEP, Gurdip, Singh/CAVALCANTI, José H.F. (Grupo de Sistemas Digitais). "Sistema de Desenvolvimento de Software de Microprocessadores para Aplicação em Tempo Real." Comunicação apresentada em PAINEL 81 - Exportada, Buenos Aires (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:233).

Além da disseminação já mencionada, considerou-se também os resultados práticos de algumas pesquisas, traduzidos na criação de equipamentos ou instrumentos para utilização pelo próprio Departamento ou outros setores da UFPb, bem como outras instituições interessadas.

Um desses resultados foi a criação de um "Equipamento para Pesquisa em Hidrologia", a cargo do Professor Gurdip Singh Deep, com a participação do Professor S.K. Sarma, através do Grupo de Instrumentação Eletrônica do Departamento de Engenharia Elétrica, cujo equipamento estava sendo utilizado pelo Departamento de Engenharia Civil (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:227).

Ainda neste Departamento (Grupo de Conversão e Controle), a pesquisa "Laboratório Didático em Eletrônica de Potência", a cargo do Professor Pradeep Kumar Sood, resultou no desenvolvimento de montagens experimentais para aulas práticas de Eletrônica de Potência, que proporcionava o uso de quatro montagens de tipo A e mais quatro de tipo B, possibilitando a realização de cinco experiências por uma turma de até doze alunos, simultaneamente (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:222).

Com relação ao item 'b' (pesquisas concluídas até 1980, sob a coordenação e participação exclusivas de professores/pesquisadores e/ou técnicos brasileiros), o Departamento de Biologia (CCEN) apresentou 6 pesquisas concluídas. A disseminação de seus resultados efetuou-se, principalmente, através da Revista Ciência e Cultura, podendo-se destacar os seguintes trabalhos:

- SÍLVIA, J.C. "Ação do Brometo de etídio na instabilidade de Aspergillus niger" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:23).

MACEDO, N.F. MARIBONDO, H.C. e NUNESMAIA, H.G. "Frequência do Fenótipo H6AS em escolares de João Pessoa - Pb" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:21).

Neste contexto, o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (CCHLA), apresentou 4 pesquisas concluídas. Os resultados de duas dessas pesquisas foram divulgados pela Editora Universitária da UFPb, através das seguintes publicações:

- "A prática significativa e vanguarda de Clarice Lispector, Ignácio de Loyola, Rubem Fonseca, Osman Lins" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:49,50).

- BITTENCOURT, I.S. "Teórico-praxis da Literatura. Manifesto Literário: pelo significativo" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:48).

Do mesmo modo, o Departamento de Psicologia (CCHLA) concluiu 2 pes

quisas, sendo que uma delas, a de título "Atitudes e Percepção do Doente Mental em João Pessoa", teve seus trabalhos apresentados na SBPC-1978, em Ribeirão Preto (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:54,54).

Já o Departamento de Cirurgia (CCS) realizou 11 pesquisas, a maioria sob a coordenação ou trabalho individual do pesquisador Professor Ely Chaves. Os resultados de algumas dessas pesquisas foram publicados na Revista Brasileira de Cirurgia, outros na Revista A Folha Médica. Dentre as referidas publicações, citam-se:

- CHAVES, Ely. "Histiocitose Sinusal com Linfoa - denopatia Maciça (Histiocitose de Rosai-Dorfman." Revista Brasileira de Cirurgia (UFPb-PRPG-CGPQ 1982:73-74).

- CHAVES, Ely. "Doença de Hodgkin." A Folha Médica. (UFPb-PRPG-GPQ, 1982:81,82).

Por sua vez, o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF), apresentou 3 pesquisas concluídas, duas das quais "Prospecção Química de Diosgenina na Kallstroemia tribuloides" (sob a coordenação do Professor José Maria Barbosa Filho) e "Ensaio com Derivados da Série Meso Iônico, quanto à atividade Anti-Microbiana" (também sob a coordenação deste professor), tiveram seus resultados apresentados na 33.^a Reunião Anual da SBPC/1981 (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:122,131).

O Departamento de Arquitetura e Urbanismo (CT) desenvolveu 4 pesquisas, dentre as quais a de título "Estudo da Carga Térmica e Poder de Resfriamento do Vento em Ambientes Zootécnicos" (1.^a etapa), sob a coordenação do Professor Zenon Sampaio. Os resultados dessa pesquisa foram disseminados através de cinco trabalhos, assim registrados (UFPb-PRPG -CGPQ, 1982:158,159):

- dois figuram nas atas do 2º Congresso Latino-Americano de Energia Solar - fevereiro de 1978, com os títulos: "Estudo da Radiação Solar Global e do Balanço de Radiação de Ondas Curtas em Ambientes Zootécnicos da Paraíba" - "O Uso do Globo Termômetro na Pesquisa de Ambiente Zootécnico"; três foram apresentados no I Congresso Brasileiro de Agrometeorologia na ESAM, Mossoró, RN, em junho de 1979, sob os títulos: "Medida da Carga Térmica Radiante em Abrigo para Animais na Paraíba" - "Algumas Determinações do Balanço de Radiação de Ondas Curtas e Longas em Abrigos para Animais na Paraíba" - "Medidas de Carga Térmica Radiante em Instalações Zootécnicas nas Regiões: Brejo, Curimataú e Cariri da Paraíba."

As pesquisas concluídas pelo Departamento de Engenharia Elétrica (CCT), através de seus diversos grupos, somaram 16. Dentre estas, a de título "Estudo e Realização de um Chaveador com Melhor Partida" (sob a coordenação do Professor Edison Roberto C. da Silva - Grupo de Conversão e Controle), teve seus resultados publicados nos Anais do 3º Congresso Brasileiro de Automática, Rio de Janeiro, setembro de 1980 (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:223).

No que se refere à construção de equipamentos ou instrumentos, fruto de algumas pesquisas concluídas, este Departamento apresentou o seguinte:

- "Gerador de Áudio com Baixa Distorção - 0,1% de 10H_z a 100H_z " (Professor José Ivan C. Accioly/Alberto V. dos Anjos - Grupo de Instrumentação Eletrônica) fabricado pela APEL - Aplicações Eletrônicas - e utilizado pelo próprio Departamento (UFPb-PRPG-CGPQ 1982:228).
- "Taxímetro Digital" (Professor Ivan Rocha Neto/Maria de Fátima Q. Vieira - Grupo de Sistemas Digitais) - protótipo construído e

patente requerida (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:232).

- "Transtúdio" - Sistema de Comunicação entre Estúdio e Transmissores em Frequência Modulada, através de Linhas Físicas" (professor José Ivan C. Accioly/Alberto V. dos Anjos - Grupo de Instrumentação Eletrônica) - posteriormente fabricado pela APEL - Aplicações Eletrônicas, e "em utilização por várias emissoras (30)." (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:227,228).

No que concerne ao item 'c' (pesquisas em andamento em 1980, sob a coordenação ou com a participação de professores e/ou técnicos estrangeiros), são comentadas e transcritas, a seguir, as pesquisas que, embora não concluídas naquela época (1980), já apresentavam evidência de disseminação de seus resultados.

Neste sentido, o Departamento de Biologia (CCEN), por exemplo, apresentava 5 pesquisas em andamento, uma das quais, "Ostrecultura em Paraíba - Estuário" (sic), sob a coordenação do professor K.V. Singarajah, teve alguns de seus resultados publicados em revistas nacionais e internacionais, cujos trabalhos aparecem com estes títulos (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:23,24):

- SINGARAJAH, K.V. "Some observations on spat settlement, growth rate, gonad development and spawning of a large Brazilian oyster." Proceedings, Nat. Shellfish. Ass.

SINGARAJAH, K.V. "Phylogenetic significance, taxonomic statut and scientific names of the Brazilian oysters." Revista Nord. Biol.

SINGARAJAH, K.V. "On the unusual occurence of some hydroid colonies, predominantly Sertularia as fouling organisms on suspended oysters in water." Revista Ciência e Cultura.

Por sua vez, o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF), apresentava 14 pesquisas em andamento, dentre estas a intitulada "Rhamnaceae da Flora Nordestina, Zizyphus joazeiro Mart. Investigação Química e Farmacológica", com a participação do Professor Teobaldo Gonzaga Realço Pereira, teve seus resultados disseminados no IV Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, em Fortaleza - Setembro/1980 (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:129).

Também o Núcleo de Meteorologia Aplicada, -NMA, em colaboração com o Núcleo de Processamento de Dados - NPD, apresentava duas pesquisas em andamento, uma das quais sob a coordenação do Professor Juan Carlos Ceballos, cujo título, "Avaliações de Potência Eólica no Nordeste", teve resultados disseminados através dos seguintes trabalhos. (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:270,271):

- CEBALLOS, J.C.; BASTOS, E.J.B. e LUCENA, G.H. de. "Nomogramas de Potência Eólica para Campina Grande (período 1978)". 31.^a Reunião da SBPC (1979)

- CEBALLOS, J.C. e BASTOS, E.J.B. "Litoral e interior do Nordeste: algumas características do regime de potência eólica." 1º Congresso Brasileiro de Meteorologia (1980).

Nesse contexto, o Departamento de Sistemas e Computação (CCT) apresentava uma pesquisa em andamento, de nome "Sistemas Industriais", sob a coordenação do Professor Edson Pacheco Paladini e a participação dos professores visitantes estrangeiros Ulrich Seip e Hans Hermann Weber. Essa pesquisa ensejou a publicação de vários trabalhos, tais como (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:262,263):

- WEBER, H. Hermann. "Programação Dinâmica." Publicado pela Editora Universitária da UFPb.

- WEBER, H. Hermann. "Programação Estocástica Linear." Publicado

pela Editora Blucher. São Paulo.

- WEBER, H. Hermann. "Programação Matemática." Anais da 1.^a Escola Nordestina de Pesquisa Operacional (1980).

- PALADINI, E. Pacheco. "Modelos de Simulação de Sistemas Contínuos Utilizando o Dynamo II." Anais da 1.^a Escola Nordestina de Pesquisa Operacional (1980).

Do mesmo modo, a Estação Experimental de Tratamentos Biológicos de Esgotos Sanitários - EXTRABES - apresentava uma pesquisa em andamento denominada "Tratamentos Biológicos de Esgotos Sanitários - Lagoas de Estabilização", sob a coordenação do Professor Salomão Anselmo Silva e a participação de professores brasileiros e professores visitantes estrangeiros, entre eles o Professor David Duncan Mara e o Professor William Pearson. Os resultados dessa pesquisa podem ser verificados nos seguintes trabalhos ou publicações (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:264,265):

- "Developing a Sewage Treatment experiment station in Brazil." Apresentado na Oxfam Conference (Inglaterra).

- MARA, David Duncan e CEBALLOS/Beatriz Suzana O. de. (Bióloga). Co-autores. "Design verification for Tropical Oxidation Ponds." Publicado no Journal of Environmental Engineering Division.

- MARA, David Duncan. Co-autor. "Tratamentos Biológicos de Águas Residuais I - Lagoas de Estabilização." Publicado pela ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

- MARA, David Duncan. Co-autor. "Sewage Treatment in Waste Stabilization Ponds-Recent Research in Northeast Brazil." Apresentado no Symposium of Engineering, Science and Medicine in the Prevention of Tropical Water Related Disease e publicado no Progress in Water Technology.

- MARA, David Duncan e PEARSON, Howard William. Co-autores. "Produção de Oxigênio Através da Ação Fotossintética de Algas e Diferentes Sistemas de Lagoas de Estabilização no Nordeste do Brasil." Trabalho apresentado no X Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária Ambiental.

- PEARSON, Howard William. Co-autor. "Variações Diurnas de Certos Parâmetros Físico-Químicos e Biológicos em Efluentes de Lagoas Facultativas e de Maturação." Trabalho apresentado no X Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.

- "On the treatment of Domestic Sewage in Waste Stabilization Ponds, Northeast Brazil." (tese de doutoramento em fase de elaboração).

No que diz respeito ao item 'd' (pesquisas em andamento em 1980, sob a coordenação e participação exclusivas de professores e/ou técnicos brasileiros), utilizou-se o mesmo critério do item anterior, ou seja, apenas as pesquisas que já apresentavam evidência de disseminação de seus resultados, são comentadas e transcritas a seguir, como exemplo.

Assim, o Departamento de Geociências (CCEN), apresentava 3 pesquisas em andamento, dentre as quais a de título "Levantamento Espeleológico da Paraíba", sob a coordenação do Professor Eduardo Pazera Júnior, cujos resultados preliminares foram divulgados na 32.^a Reunião Anual da SBPC e publicado sob o título "Cavernas Areníticas na Paraíba: notas espeleológicas" na Revista Ciência e Cultura (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:37,38).

Da mesma forma, o Departamento de Química (CCEN) apresentava 2 pesquisas em andamento; uma delas, intitulada "Preparação, Caracterização e Determinação do PK_D dos derivados dos Pirazoles e Estudo de suas propriedades Complexantes frente aos íons Metálicos e de Transição", sob a coordenação do Professor José Eugênio Viana, foi publicada na 62.^a Conferência Química do Canadá, Vancouver, Canadá, sob o título " N_1N " - Carbonilbisdi

metilpirazole: um reagente novo para a sintetização de alcalino" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:41,42).

Por sua vez, o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (CCHLA), apresentava 3 pesquisas em andamento. Sobre duas destas pesquisas, registram-se os seguintes resultados:

- a pesquisa "Projeto da Biblioteca de Literatura Popular em Verso - PPLP" - sob a coordenação da Professora Francisca Neuma Fachine Borges, "conseguiu reunir um acervo aproximadamente de 2.000 (dois mil) folhetos sobre o assunto e um acervo de obras de crítica sobre cultura popular e, principalmente, sobre Literatura Popular, entre elas obras raras;" tem servido, também, de subsídios para Cursos e Seminários, orientação a pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, brasileiros e estrangeiros, e intercâmbio cultural com entidades nacionais e estrangeiras (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:51,52).

- a pesquisa "Levantamento Paradigma-Sintagmático do Léxico Paraibano (Atlas Linguístico da Paraíba)" sob a coordenação da Professora Maria do Socorro Silva Aragão, ensejou a publicação de "O Questionário do Atlas Linguístico da Paraíba", pela Editora Universitária da UFPb (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:52,53).

O Departamento de Medicina Interna (CCS), apresentava uma pesquisa em andamento, denominada "O Calazar no Litoral da Paraíba", sob a coordenação do Professor Gilson Espínola Guedes. "Através desta pesquisa, foram detectados cerca de 200 casos de Calazar, o que valeu um trabalho inédito publicado na Revista Brasileira de Medicina Tropical" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:93).

No âmbito do Departamento de Sistemas e Computação (CCT) foram apresentadas 6 pesquisas em andamento, em que três delas tiveram seus resulta

dos assim disseminados:

- a pesquisa "Software de Análise Numérica", coordenada pelo Professor Bruno Correia de N. Queiroz, deu ensejo à dissertação de mestrado do Professor Likiso Hattori, com título "Ponto Flutuante: Análise de Erros, Processadores e Proposição de uma Linguagem para Estudo de Caso", UFPb, 1980. Esta mesma pesquisa, cujo objetivo principal de "desenvolver um Software com documentação clara e sucinta com preocupações didáticas para facilitar o seu uso tanto para o ensino como para a pesquisa", já apresentava, como resultado prático, a utilização desse Software "por parte de diversos pesquisadores da UFPb nas diferentes áreas de interesse; utilização no ensino de graduação e pós-graduação" (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982: 259).

- A pesquisa "Tratamento e Produção de Informações" sob a coordenação do Professor Raimundo Haroldo do Carmo Catundá, ensejou, entre outros os seguintes trabalhos (UFPb-PRPG-CGPQ, 1982:260,261).

- SILVA, O. de Oliveira. "Indução de Nebulosidade em Regras de Decisão." 31^a Reunião SBPC. Rio de Janeiro, 1980

- SILVA, O. de Oliveira. "Algoritmos de Minimização de Funções de Chaveamento Nebuloso." 31^a Reunião SBPC. Rio de Janeiro, 1980

- CATUNDA, R.H. do Carmo. "Linguagem para Processamento de Dados." SJCESU. Belo Horizonte, 1980

- A pesquisa "Desenvolvimento de Software para Mini e Macro Computadores", coordenada pelo Professor Giuseppe Mongiovi, apresentava a disseminação de seus resultados divulgados sob os seguintes títulos (UFPb - PRPG-CGPQ, 1982:261-262):

- LUCENA FILHO, G.J. "Abstração Temporal e Não-Determinismo." Anais do 7º SEMISH, 1979
- CABRAL, M.I. Cavalcanti. "Análise e Comparação de Métodos de Controle de uma Linha de Teleprocessamento Multiponto." VII Seminário de Software/Hardware. 1980.

Pelo exposto, infere-se que a disseminação das pesquisas acima comentadas, ultrapassou as fronteiras da UFPb, levando o testemunho de seus resultados a vários segmentos da comunidade acadêmico-científica do País e do exterior, através dos diversos meios de divulgação acima registrados

Enfatize-se, entretanto, que a propagação dessas pesquisas em meios nacionais e internacionais, não ocorreu nas mesmas proporções de igualdade.

Enquanto a disseminação das pesquisas envolvendo exclusivamente os citados profissionais brasileiros se limitou, em sua quase totalidade, às publicações e eventos de âmbito nacional, não obstante registrar significativa difusão através destes meios, verifica-se que as pesquisas relacionadas à participação dos estrangeiros, tiveram apreciável divulgação no âmbito internacional.

Uma explicação para este fato pode ser encontrada, primeiro, na escassez de recursos que, muitas vezes, impede a participação de professores, pesquisadores e técnicos brasileiros em eventos realizados em outros países perdendo-se, com isto, a oportunidade de intercâmbio e divulgação de seus trabalhos fora do país de origem. Segundo, nas barreiras geralmente impostas por alguns grupos científicos estrangeiros, em aceitar trabalhos de pesquisadores desconhecidos.

Infere-se, daí, que as pesquisas sob a coordenação ou com participação de professores/pesquisadores e/ou técnicos estrangeiros acima rela

cionadas, tenham tido mais chance de ver seus resultados publicados ou apresentados a nível internacional, pelo fato de muitos desses pesquisadores, além de familiarizados com esse procedimento, já serem conhecidos através de renomados veículos de disseminação estrangeiros, facilitando, deste modo, a introdução, por seu intermédio, de novos pesquisadores e de seus trabalhos, nos meios acadêmico-científicos, principalmente do exterior.

Não obstante a precariedade dos dados e informações anteriormente assinalados, constata-se, do acima exposto, o significativo incremento das atividades de pesquisa desenvolvidas na UFPb, notadamente a partir da segunda metade da década de 70, e a inegável contribuição dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, ao lado de seus colegas brasileiros, para a concretização desse fato.

4.5. Orientação de dissertações de mestrado por professores/pesquisadores brasileiros e estrangeiros

No período de 1970/80, dos 29 cursos de mestrado da UFPb 16, ou 55,2%, apresentaram 280 dissertações defendidas.

Desse total, 148, ou 52,9%, foram orientadas por professores/pesquisadores estrangeiros, contra 132, ou 47,1%, sob a orientação de professores/pesquisadores brasileiros.

Registre-se que os cursos de doutorado não apresentaram teses defendidas nesse período.

As primeiras dissertações ocorreram em 1972, nos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, primeiros cursos de pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba.

Considerando o total referente a cada curso, observa-se, na Tabela 67, que o de Engenharia Civil deteve o maior número de dissertações defen

TABELA 67

Número de dissertações defendidas na UFPA sob a orientação de professores/pesquisadores estrangeiros e brasileiros - 1970/80

CURSOS	CENTRO	ANO DE CRIAÇÃO DO CURSO	NOME DO CURSO	NÚMERO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS				TOTAL	%
				ORIENTADOR					
				Estrangeiro	***	brasileiro	***		
II	CCT	1970	Engenharia Elétrica	32	(65,3)	17	(34,7)	49	17,5
II	CCT	1971	Engenharia Civil	58	(78,4)	16	(21,6)	74	26,4
I	CCEN	1973	Física Teórica	4	(40,0)	6	(60,0)	10	3,5
II	CCT	1973	Sistemas e Computação	20	(74,1)	7	(25,9)	27	9,6
I	CCSA	1975	Administração	6	(22,2)	21	(77,8)	27	9,6
I	CF	1975	Engenharia Mecânica (*)	4	(80,0)	1	(20,0)	5	1,8
I	CF	1975	Engenharia de Produção	-	-	13	(100,0)	13	4,6
I	COHA	1975	Letras	7	(15,4)	33	(84,6)	39	13,9
I	COHA	1975	Psicologia	6	(70,0)	3	(30,0)	10	3,6
I	CCSA	1977	Biblioteconomia	1	(100,0)	-	-	1	0,4
I	CE	1977	Educação	3	(25,0)	9	(75,0)	12	4,3
I	CCS	1977	Enfermagem	-	-	-	-	-	-
I	CCS	1977	Produtos Naturais	-	-	-	-	-	-
I	COHA	1977	Serviço Social	-	-	-	-	-	-
II	CH	1977	Economia Rural	1	(33,3)	2	(66,7)	3	1,1
II	CCT	1977	Engenharia Química	-	-	-	-	-	-
II	CCT	1977	Meteorologia	-	-	-	-	-	-
II	CI	1977	Sociologia Rural	-	-	1	(100,0)	1	0,4
III	CCA	1977	Manejo e Conservação de Solos	4	(66,7)	2	(33,3)	6	2,1
III	CCA	1977	Produção Animal	-	-	1	(100,0)	1	0,4
III	CCA	1977	Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-
I	CF	1978	Ciências e Tecnologia de Alimentos	2	(100,0)	-	-	2	0,8
II	CCT	1978	Engenharia Elétrica (Doutorado)	-	-	-	-	-	-
I	COHA	1979	Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
I	CCSA	1979	Economia	-	-	-	-	-	-
I	CCS	1979	Engenharia Biomédica	-	-	-	-	-	-
I	COHA	1979	Filosofia	-	-	-	-	-	-
II	CCT	1979	Engenharia Mecânica (**)	-	-	-	-	-	-
I	CCEN	1980	Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-
I	CCLI	1980	Física Teórica (Doutorado)	-	-	-	-	-	-
II	CCT	1980	Geologia Aplicada às Jazidas Minerais	-	-	-	-	-	-
TOTAL				148	-	132	-	280	100,0

NOTAS: Catálogo de teses defendidas na UFPA - 1970/79
 Catálogo de dissertações e teses defendidas na UFPA, 1980/junho, 1982
 UFPA: Dados Básicos 1970/80

(*) Área de Concentração em Energia Térmica
 (**) Área de Concentração em Projeto de Produto Mecânico
 (***) Com relação ao total de cada curso

didadas, ou seja, 74, sendo que 58, ou 78,4%, receberam orientação de professores/pesquisadores estrangeiros e 16, ou 21,6%, foram orientadas por professores/pesquisadores brasileiros.

Segue-se a esse, com 49 dissertações defendidas, o curso de Engenharia Elétrica que, apesar de pioneiro, apresentou um número inferior em relação ao de Engenharia Civil, criado posteriormente, tendo a maior frequência, 32, ou 65,3%, indicado também as dissertações orientadas por professores/pesquisadores estrangeiros. As com orientação de professores/pesquisadores brasileiros somaram 17, ou 34,7%.

O curso de Letras foi apontado em terceiro lugar, com 39 dissertações defendidas, das quais 6, ou 15,4%, orientadas por professores/pesquisadores estrangeiros, cabendo aos professores/pesquisadores brasileiros o maior percentual, ou seja, 33, ou 84,6%.

Figurando em quarto lugar aparecem o Curso de Sistemas e Computação e o Curso de Administração, ambos com 27 dissertações defendidas. No primeiro, observa-se que a maioria das referidas dissertações, 20, ou 74,1%, foi orientada por professores/pesquisadores estrangeiros, cabendo aos professores/pesquisadores brasileiros a orientação de 7, ou 25,9% das mesmas. No segundo, as dissertações orientadas por professores/pesquisadores brasileiros é que alcançaram o maior percentual, 21, ou 77,8%, contra 6, ou 22,2%, orientadas por professores/pesquisadores estrangeiros.

Apresentando um total de 13 dissertações defendidas, o Curso de Engenharia de Produção ocupa o quinto lugar, sendo que todas elas receberam orientação de professores/pesquisadores brasileiros.

Por sua vez, o Curso de Educação aparece em sexto lugar, com 12 dissertações defendidas, a maioria 9, ou 75%, sob a orientação de professores/orientadores brasileiros, contra 3, ou 25%, orientadas por professores/orientadores estrangeiros.

Ambos com 10 dissertações defendidas, foram indicados em sétimo lugar, os Cursos de Física Teórica e de Psicologia, sendo que no primeiro as dissertações orientadas por professores/pesquisadores brasileiros, lograram o maior percentual, 6, ou 60%, contra 4, ou 40%, orientadas por professores/pesquisadores estrangeiros. Já no segundo, a maior frequência, 7, ou 70%, foi representada pelas dissertações submetidas à orientação de professores/pesquisadores estrangeiros, contra 3, ou 30%, orientadas por professores/pesquisadores brasileiros.

Os percentuais mais baixos referem-se aos Cursos de Manejo e Conservação de Solos, Engenharia Mecânica, Economia Rural, Ciências e Tecnologia de Alimentos, Biblioteconomia, Sociologia Rural e Produção Animal.

O Curso de Manejo e Conservação de Solos apresentou 6 dissertações defendidas, a maioria, 2, ou 66,7%, sob a orientação de professores/pesquisadores estrangeiros, contra 2, ou 33,3%, orientadas por professores/pesquisadores brasileiros.

Do mesmo modo, no Curso de Engenharia Mecânica, com um total de 5 dissertações defendidas, o maior percentual, 4, ou 80%, coube às dissertações orientadas por professores/pesquisadores estrangeiros, contra apenas 1, ou 20%, sob a orientação de professores/pesquisadores brasileiros.

Por sua vez, o Curso de Biblioteconomia apresenta apenas uma dissertação defendida, cuja orientação foi efetuada por um professor/pesquisador estrangeiro. Da mesma forma, as duas dissertações concernentes ao Curso de Ciências e Tecnologia de Alimentos, receberam também orientação de professores/pesquisadores estrangeiros.

Já nos cursos de Sociologia Rural e Produção Animal, ambos com uma dissertação defendida, a orientação destas ficou a cargo de professores/pesquisadores brasileiros.

Finalmente, o Curso de Economia Rural apresentou 3 dissertações defendidas, sendo que 2, ou 66,7%, tiveram orientação de professores/pesquisadores brasileiros e apenas 1, ou 33,3%, orientação de professor/pesquisador estrangeiro.

Nesse contexto, os cursos que não apresentaram resultados tiveram suas dissertações defendidas a partir de 1981/82, o que não constitui objeto de análise deste trabalho.

Diante do exposto, verifica-se que dos 16 cursos de mestrado acima analisados, 13, ou 81,2% contaram, em maior ou menor escala, com a participação de professores/pesquisadores estrangeiros na orientação de suas dissertações, nas mais diversas áreas de conhecimento, salientando-se a de tecnologia, onde a presença desses estrangeiros foi observada praticamente em todos os seus cursos: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Sistemas e Computação, Engenharia Mecânica, Manejo e Conservação de Solos, e Ciências e Tecnologia de Alimentos, com percentuais acima de 50%, excetuando-se apenas o Curso de Engenharia da Produção, com 100% de suas dissertações orientadas exclusivamente por professores/pesquisadores brasileiros.

Tomando-se como referência os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, por serem os primeiros a nível de mestrado criados na UFPb, apreenda-se que, de 1972 a 1975, todas as dissertações defendidas no de Engenharia Elétrica tiveram orientação de professores/pesquisadores estrangeiros. Somente a partir de 1975 é que se verifica a atuação de professores/pesquisadores brasileiros nessa atividade. A participação dos estrangeiros continuou por quase todo o período analisado (1970/80), embora em menores proporções, com exceção de 1980, quando todas as dissertações defendidas no referido curso foram orientadas por professores/pesquisadores brasileiros.

Já no de Engenharia Civil, a orientação de dissertações por professores/pesquisadores estrangeiros efetuou-se ao longo do citado período, registrando-se casos em que todas as dissertações defendidas em determinados anos - 1972 e 76, estiveram a cargo desses professores. Assinale-se que em 1973 não houve defesa de dissertação. A atuação de professores/pesquisadores brasileiros nesse contexto, inicia-se a partir de 1975, porém sempre em proporções inferiores a de professores/pesquisadores estrangeiros.

Salienta-se que significativo número das dissertações defendidas nos cursos de mestrado acima analisados é de autoria de professores brasileiros pertencentes à própria UFPb que, apoiados na participação desses estrangeiros, tiveram oportunidade de adquirir o referido grau, sem se deslocar para outras IES.

Por sua vez, a obtenção de doutorado no País, e notadamente no exterior, por grande parte desses e de outros professores da UFPb, decorreu também do incentivo de professores/pesquisadores estrangeiros e/ou da oportunidade oferecida pelos convênios firmados entre a Universidade e as várias IES do exterior, concorrendo esses fatos para a capacitação docente de seu pessoal, visando suprir a lacuna inicialmente preenchida pelos referidos profissionais estrangeiros.

4.6. Conclusões

Pelo exposto, pode-se dizer que houve, realmente, uma considerável participação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros nas diferentes áreas de atuação da UFPb, notadamente na área tecnológica e, em especial, no âmbito da pós-graduação corroborando, assim, as afirmações proferidas ao longo deste trabalho.

Saliente-se, contudo, o incremento da presença desses estrangeiros na graduação, principalmente nas atividades de ensino. O mesmo não se pode inferir com relação às atividades de extensão, quase que completamente relegadas, tanto na importância que lhes foi atribuída pelos chefes de Departamento e coordenadores acima mencionados, como pelos próprios estrangeiros entrevistados.

Neste sentido, referindo-se ao "tipo de qualificação do pessoal disponível" para atuar nas atividades de extensão da UFPb, DINIZ (1979: 130,131) já constatara, também, em seu trabalho sobre a administração da extensão universitária, que o número de estrangeiros disponível apresentado pelos Departamentos pesquisados, era praticamente nulo, donde se conclui que a atuação dos estrangeiros na UFPb se concentrou mais nas atividades de ensino, ressaltando-se, também, o importante papel desses profissionais na criação ou implementação de linhas de pesquisa, bem como na orientação de dissertações de mestrado, com ênfase nos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e de Sistemas e Computação.

De acordo com os entrevistados, verificou-se que os convênios de cooperação não constituíram a principal modalidade de ingresso dos estrangeiros na UFPb, havendo outras modalidades, com predominância do contato direto entre eles e a própria Universidade.

Outro fato importante observado é que a vinda dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros constou da programação da maioria dos Departamentos, não obstante a preocupação dos mesmos em tentarem, primeiramente, a contratação de especialistas brasileiros, não o fazendo, contudo, em virtude de alguns obstáculos como, por exemplo, a carência desses profissionais com o grau de doutor em determinadas áreas de especialização, o salário oferecido pela UFPb e a preferência dos mesmos por centros mais adiantados.

Constatou-se aqui, também, que a vinda dos referidos estrangeiros proporcionou a aquisição de equipamentos, materiais, livros e periódicos para a UFPb e que esses equipamentos, com algumas exceções, não dependiam das fontes de origem para a sua manutenção.

Todavia, as dificuldades bibliográficas em termos quantitativos e/ou qualitativos, foram apontadas pelos estrangeiros como o maior obstáculo à sua atuação profissional na Universidade.

Com relação aos temas das dissertações e teses, bem como outros trabalhos orientados pelos professores/pesquisadores estrangeiros, verificou-se que a abordagem regional foi apontada com destaque.

Finalmente, constatou-se, através dos exemplos evidenciados tanto pela maioria dos chefes de Departamento e coordenadores acima mencionados, como pela maioria dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros entrevistados, que houve uma inegável contribuição destes últimos para a melhoria do desempenho da UFPb, traduzida na criação de cursos de pós-graduação, estímulo à participação dos professores brasileiros em estudos mais avançados, intercâmbio com universidades internacionais, publicações e apresentação de trabalhos no âmbito nacional e internacional, melhor qualificação do corpo docente, nova mentalidade de trabalho, criação de grupos de pesquisa, construção de protótipos de equipamentos, intercâmbio cultural, montagem e funcionamento de laboratório, elaboração e desenvolvimento de projetos, entre outros.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto neste trabalho, observou-se que a presença estrangeira no Ensino Superior teve início ainda no Brasil-Colônia, com a atuação dos jesuítas. Posteriormente, outros paradigmas foram sendo introduzidos: franceses, alemães, norte-americanos, com predominância deste último, a partir de 1964, traduzido, principalmente, em muitas das medidas adotadas na Reforma Universitária.

Essa situação reflete o contexto em que foi planejado este nível de ensino, ou seja, um país onde a cópia de modelos importados tem sido prática constante na condução de seus rumos, pelas classes dominantes, em particular através de acordos e convênios de cooperação internacional.

Todavia, não obstante as críticas e restrições a determinados tipos de acordos e convênios - acordos MEC-USAID - pode-se constatar, no entanto, que em algumas IES brasileiras a presença estrangeira trouxe benefícios e contribuiu para o desenvolvimento dessas Instituições. A UFPb é uma delas.

Nesse sentido, verificou-se que a presença estrangeira nesta Universidade teve início na década de sessenta, através do Projeto RITA. Em decorrência desse projeto, foi criado o Curso de Engenharia Mecânica, bem como houve treinamento de docentes e recém-graduados brasileiros em instituições norte-americanas.

A pós-graduação, iniciada em 1970, concorreu decisivamente para a assinatura de vários convênios de cooperação técnico-científico-cultural,

entre a UFPb e diversos países, além de convênios com organismos internacionais e universidades do exterior, visando, sobretudo, suprir, a curto prazo, a falta de pessoal especializado para atender às novas atividades.

Do mesmo modo, promoveu-se a ida de docentes para o exterior, principalmente para obtenção de doutorado.

Por intermédio desses convênios ou mesmo independente deles, foi significativo o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que vieram para a UFPb no período de 1970/80, notadamente entre 1976/80, marcado pela gestão do ex-Reitor Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque.

Em consequência dos convênios e da atuação dos referidos estrangeiros - já comentada em capítulos anteriores - constatou-se não apenas através do levantamento de dados e das entrevistas realizadas mas, também, da observação "in loco", que a presença estrangeira na UFPb contribuiu, entre outros aspectos, para a criação e/ou melhoria de diversos setores da Universidade, podendo-se destacar, entre outros, o Laboratório de Alta Tensão, onde se realizam consideráveis pesquisas nesta área, e o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica, desenvolvendo importantes trabalhos nas áreas de medicamentos e de produtos naturais.

Não obstante os resultados positivos da presença estrangeira na UFPb, foram detectados alguns problemas que, se não chegaram a comprometer esses resultados, pelo menos criaram alguns entraves ao bom andamento dos mesmos.

Nesse sentido, saliente-se os problemas de ordem administrativa da própria Universidade, tais como inexistência de um perfil dos profissionais estrangeiros onde se estabelecesse os critérios necessários à escolha desses profissionais para as diferentes áreas de atuação; coordenação de projetos fora dos Departamentos envolvidos na cooperação internacio

nal; ineficiência da contrapartida oferecida pela Universidade; e aqueles enfrentados pelos próprios professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que não deixam de ser também imputados ao desempenho administrativo da UFPb, ou seja, falta de infra-estrutura, recursos técnicos, materiais, humanos, financeiros etc., excesso de burocracia, remuneração financeira insatisfatória dos professores inseridos no contexto das Universidades autárquicas brasileiras e a falta de preparo técnico e/ou conteúdo das pessoas brasileiras que trabalhavam junto a esses estrangeiros.

Ressalte-se, também, a falta de um conhecimento prévio das condições locais de trabalho ou mesmo do País, implicando em dificuldades iniciais com o idioma, clima, costumes etc., apontadas como entrave por alguns dos estrangeiros.

Outro problema detectado diz respeito à participação do lado brasileiro na elaboração de convênios de cooperação, pois no caso do convênio com a Alemanha, por exemplo, era a parte alemã que geralmente elaborava o convênio; a parte brasileira fazia, posteriormente, apenas pequenas observações.

Diante desses fatos, sugere-se algumas medidas que poderão evitar, ou pelo menos atenuar, problemas desse tipo.

SUGESTÕES PARA MELHOR DESEMPENHO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DA ATUAÇÃO DE PROFESSORES/PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS
NA UFPb

- Estabelecimento de critérios para maior rigor na escolha de profissionais estrangeiros.

- Melhor preparação técnico-científica do pessoal dos Departamen

tos e outros setores da Universidade, antes de se formular qualquer convênio internacional, principalmente quando se tratar de convênios de nível mais elevado.

- Avaliação mais rigorosa por parte da Direção da Universidade, antes de iniciar convênios de cooperação internacional que requeiram uma infra-estrutura condizente com as exigências da cooperação.

- Análise mais criteriosa e realista por parte da UFPb, ao estipular a contrapartida sob sua responsabilidade.

- Melhor entrosamento entre as partes convenientes para evitar que apenas uma delas imponha suas regras.

- Divulgação dos resultados dos convênios de cooperação junto à comunidade universitária, visto que apenas as pessoas envolvidas no processo, com raras exceções, têm esse conhecimento.

Finalmente, sugere-se uma organização melhor das informações na UFPb, acerca desses convênios e de outras atividades por ela desenvolvidas, para que não haja o imperativo de se recorrer a outros órgãos fora da Universidade, na busca de dados, ao se pesquisar sobre assuntos que lhe digam respeito.

Compreenda-se que o estudo aqui apresentado se referiu ao período de 1970/80. Hoje, enfrenta-se uma outra realidade no contexto nacional e internacional, que não deixa de refletir no âmbito da própria Universidade, exigindo - quem sabe - uma revisão desses convênios de cooperação e do fenômeno da presença estrangeira de modo geral.

Sem nenhum sentimento de xenofobia, não seria o caso de se indagar se a UFPb, durante esse período, não adquiriu "Know-How" suficiente para caminhar por si própria?

Que contribuição os docentes brasileiros têm oferecido para melhorar o desempenho da Universidade, através dos conhecimentos adquiridos no exterior?

Até que ponto esses conhecimentos foram adequados às condições locais?

São reflexões que, se analisadas, podem conduzir a resultados importantes. Fica, aqui, portanto, a sugestão da autora.

S I G L A S

AF:	Apoio Financeiro
AID:	Agency for International Development
BA:	Estado da Bahia
BID:	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSB:	Brasília
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE:	Estado do Ceará
CEGET:	Centro de Estudos de Geografia da Universidade de Bordeaux
CEI:	Coordenação de Estatística e Informática
CEPES:	Comissão Especial para a Expansão e Melhoramento do Ensino Superior
CIM:	Centro para a Migração Internacional e Desenvolvimento
CNBB:	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEN:	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS:	Centro Nacional de Pesquisas Científicas
CODEAI:	Coordenação de Assuntos Internacionais
CODEPLAN:	Coordenação de Planejamento
CGPQ:	Coordenação Geral de Pesquisa
COMBRA:	Computadores Brasileiros
CSPG:	Coordenação Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa
CT:	Cooperação Técnica
DAU:	Departamento de Assuntos Universitários
DDD:	Departamento de Documentação e Divulgação do MEC

DEC:	Departamento de Engenharia Civil
DEE:	Departamento de Engenharia Elétrica
DEQ:	Departamento de Engenharia Química
DQ:	Departamento de Química
ELETOBRÁS:	Centrais Elétricas Brasileiras
EPCG:	Escola Politécnica de Campina Grande
EPUPb:	Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba
ESAM:	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
FINEP:	Financiadora de Estudos e Projetos
GT:	Grupo-Tarefa
GTZ:	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IES:	Instituição de Ensino Superior
INEP:	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPT/SP:	Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
MEC:	Ministério da Educação e Cultura
NUCLEBRÁS:	Empresas Nucleares Brasileiras
OEA:	Organização dos Estados Americanos
ONU:	Organização das Nações Unidas
PB:	Estado da Paraíba
PBDCT:	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PEAS:	Programa de Educação Agrícola Superior
PRAI:	Pró-Reitoria para Assuntos do Interior
PREMESU:	Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior
PRODECA:	Programa de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias
PROPLAN:	Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação
PRPG:	Pró-Reitoria de Pós-Graduação em Pesquisa
PUC/RJ:	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RCT:	Relatório de Execução de Projeto de Cooperação Técnica Recebida do Exterior
RFA:	República Federal da Alemanha
RJ:	Estado do Rio de Janeiro
RN:	Estado do Rio Grande do Norte
RS:	Estado do Rio Grande do Sul
SCI:	Superintendência de Cooperação Internacional
SDI:	Secretaria de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior
SEMISH:	Seminário Integrado de Software e Hardware
SEPLAN:	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SESu:	Secretaria de Ensino Superior
SNV:	Fundação dos Voluntários Holandeses
SP:	Estado de São Paulo
SUCESU:	Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários
SUDEPE:	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDENE:	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCAP:	Unidade Central de Avaliação e Planejamento
UFAL:	Universidade Federal de Alagoas
UFBa:	Universidade Federal da Bahia
UFC:	Universidade Federal do Ceará
UFPe:	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN:	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRS:	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB:	Universidade de Brasília
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USAID: United States Agency for International Development
USP: Universidade de São Paulo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO MEC-USAID PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, de 23.

06.1965: MEC-USAID

ARAPIRACA, José Oliveira de, 1982. A USAID e a educação brasileira; um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores Associados/Cortez

ATCON, Rudolph P., 1966. Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira. Rio de Janeiro: MEC

ATCON, Rudolph P., 1974. Administração integral universitária; uma teoria unificada da estruturação e administração universitária. Rio de Janeiro: MEC/PREMESU (ex-CEPES)

AZEVEDO, Fernando de, 1964. A cultura brasileira; introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. rev. ampl. São Paulo: Melhoramentos

BANDEIRA, Monis, 1978. Presença dos Estados Unidos no Brasil; dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

BEAULIEU, G. et al., 1966. Educação brasileira e colégios de padres; sacerdotização, desclericalização, democratização: São Paulo: Herder

BERGER, Manfredo, 1980. Educação e dependência. 3. ed. São Paulo: Difel

BITTENCOURT, Gean Maria e FERNANDES, Neusa, 1967. A missão artística francesa de 1816. 2. tiragem. Rio de Janeiro: MEC-Divisão de Educação Extra-Escolar

- BRASIL-MEC, 1968. Relatório geral do grupo de trabalho para a reforma universitária. Brasília: MEC
- BRASIL-MEC, 1969. Relatório da equipe de assessoria ao planejamento do ensino superior (EAPES):MEC
- BRASIL-MEC-SEG-SEAI: Acordo de cooperação técnica e científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa:
MEC-SEG-SEAI
- BRASIL/RFA: 10 anos da cooperação científica e tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha [Brasília] Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil/Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da República Federal da Alemanha, s.d.
- CALMON, Pedro, 1935. Espírito da sociedade colonial. São Paulo: Nacional
- CNPq-SCI, 1981. Relatório de atividades de 1980. Brasília:CNPq-SCI
- COFECUB, 1981. Cooperação francesa no Brasil. In: CAPES Informa (Brasília) 3(1):6
- CONVÊNIO MEC-USAID DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, de 09.05.1967:MEC-USAID
- CRUZ, Terezinha Rosa, 1984. Educação e organização social; estudo comparado dos sistemas de educação dos EUA, URSS e Brasil. Petrópolis. RJ: Vozes
- CUNHA, Luiz Antônio, 1980. A universidade temporã; o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/UFC
- CUNHA, Luiz Antônio, 1981. O "modelo alemão" e o ensino brasileiro. In: GARCIA, Walter E., org. Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil

- CUNHA, Luiz Antônio, 1983. A universidade crítica; o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro, F. Alves
- DECRETO Nº 54.075, de 30.07.1964. Acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha. Diário Oficial (Brasília) 4 de ago. 1964
- DECRETO Nº 62.937, de 02.07.1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências
- DECRETO Nº 69.009, de 04.08.1971. Promulga o acordo básico de cooperação técnica entre o Brasil e o Japão. Diário Oficial (Brasília) 6 ago.1971
- DECRETO Nº 71.242, de 11.10.1972. Acordo para um programa de cooperação científica Brasil/Estados Unidos da América.
- DECRETO Nº 77.088, de 27.01.1976. Acordo básico de cooperação técnica Brasil/Canadá. Diário Oficial (Brasília) 28 jan. 1976
- DECRETO-LEI Nº 53, de 18.11.1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências
- DECRETO-LEI Nº 252, de 28.02.1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18.11.1966, e dá outras providências
- DECRETO-LEI Nº 62.024, de 29.12.1967. Institui comissão especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis
- DECRETO-LEI Nº 464, de 11.02.1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28.11.1968 e dá outras providências
- DINIZ, Maria da Guia, 1979. Administração da extensão universitária no Nordeste brasileiro; o caso da UFPb. João Pessoa, PB. Dissertação de Mestrado em Administração: UFPb

- DUARTE, Sérgio Guerra, 1968. A presença norte-americana na educação nacional. In: Cadernos Brasileiros. (Rio de Janeiro) Nº 4:35-59
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A., 1977. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis - RJ: Vozes
- FREITAG, Bárbara, 1980. Escola, estado e sociedade. 4.ed. rev. São Paulo: Moraes
- FURTADO, Celso, 1982. Análise do modelo brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- HANS, Nicholas Adolph, 1971. Educação comparada; com dois capítulos especiais para a edição brasileira: um do autor sobre a educação na América Latina, e outro, de Anísio Teixeira, sobre a educação no Brasil. Trad. Severo Camargo Pereira. 2.ed. São Paulo: Nacional
- LEI Nº 4.024, de 02.12.1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LEI Nº 3.998, de 15.12.1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências
- LEI Nº 4.464, de 09.11.1964. Regulamenta entidades estudantis
- LEI Nº 5.540, de 28.11.1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências
- MEC-DAU-PEAS, 1974. Plano operacional. Brasília: MEC-DDD
- MEC-DAU, 1976. Catálogo geral das instituições de ensino superior - 1975/76. Brasília: MEC-DAU
- MEC-GT, 1975. Portaria Nº 20-GT, de 24.04.1975. Designa Rosália Barros Pereira para exercer as funções de assistente-técnico-7 do grupo-tarefa de apoio interuniversitário em ciências agrárias: MEC-DAU-GT

- MEC-SESu-SDI, 1982. Universidade Federal da Paraíba - UFPb. Brasília ;
MEC-SESu-SDI
- MEC-SESu-UCAP, 1980. Sinótese do relatório geral PEAS/PRODECA - 1974/79.
Brasília: MEC-DDD
- MEC-UFPb-PROPLAN-CEI, 1982. UFPb - dados básicos: 1970/80. João Pessoa-PB:
UFPb
- PALHARES, Nicanor Sá, 1979. Política educacional e populismo no Brasil.
São Paulo: Cortez & Moraes
- PEREIRA, Marília Mesquita Guedes e NOGUEIRA, Moema Maria Fernandes, 1980.
Catálogo de teses defendidas na UFPb, 1970/1979. Edição comemorativa
do jubileu de prata de fundação da Universidade Federal da Paraíba. Jo
ão Pessoa-PB: Biblioteca Central-UFPb
- PEREIRA, Marília Mesquita Guedes et al., 1983. Catálogo de dissertações e
teses defendidas na UFPb; 1980/junho 1982. João Pessoa-PB: Universitá
ria-UFPb
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976. II plano básico de desenvolvimento cien
tífico e tecnológico - 1974/79. Rio de Janeiro: IBGE
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1980. III plano básico de desenvolvimento cien
tífico e tecnológico - 1980/85. Brasília: CNPq
- RELATÓRIO MEIRA MATOS, 1968. In: Revista Paz e Terra (Rio de Janeiro),
ano II, (8):243-282
- RIBEIRO, Darcy, 1978. A universidade necessária. 3.ed. Rio de Janeiro :
Paz e Terra
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos, 1979. História da educação brasileira; a or
ganização escolar. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, 1982. História da educação no Brasil; (1930/1973). 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes
- RUAS, Antônio Gaspar, 1981. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIA, Walter E., org. Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil
- SKEFF, Ana Maria Fernandes, 1979. A reforma universitária: preliminares. In: Revista Educação (Brasília: MEC-DDD) 8(29):2-12
- TREVISAN, Máximo José, 1979. A crise na universidade brasileira; diagnóstico dos fatores determinantes. In: Revista Educação (Brasília: MEC-DDD) 8(29):17-25
- TEIXEIRA, Anísio, 1968. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. In: Rev. Bras. Est. Ped. (Rio de Janeiro:MEC-INEP) 50(111):21-82
- UFPb, 1976. Relatório final do reitor Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega 1971/75. João Pessoa-PB:UFPb
- UFPb-CCT, 1975. Relatório do diretor do CCT-1974; período: 02/04 a 31/12 /74 (para atender os termos da reforma universitária instituída pelos Decretos Federais 73.065, de 06/11/73 e 73.701, de 28/08/74). Campina Grande-PB:UFPb-CCT
- UFPb-CCT, 1977. Relatório do diretor do CCT-1976. Campina Grande - PB: UFPb-CCT
- UFPb-CCT, 1978. Relatório do diretor do CCT-1977. Campina Grande - PB: UFPb-CCT
- UFPb-CCT-DEE, 1979. Relatório-1979. Campina Grande-PB:UFPb-CCT-DEE
- UFPb-CCT-DSC, 1979. Relatório final do projeto CIDA/COMBRA. Campina Grande-PB: UFPb-CCT-DSC

- UFPb-EPCG, 1967. Relatório do diretor; exercício de 1966. Campina Grande
PB: UFPb-EPCG
- UFPb-EPUFPb, 1971. Relatório do diretor; exercício de 1970. Campina Grande-PB: UFPb-EPUFPb
- UFPb-PRAI-PRPG-CSPG, 1983. Catálogo de pesquisa campi do interior. 1982.
Campina Grande-PB: UFPb-PRAI-PRPG-CSPG
- UFPb-PROPLAN, 1980. Universidade e Nordeste; fundamentos da gestão Lunal do Cavalcanti de Albuquerque. João Pessoa-PB: Universitária-UFPb
- UFPb-PRPG-CGPQ, 1982. Catálogo geral de pesquisas da UFPb (1977-1981).
João Pessoa-PB: UFPb-PRPG-CGPQ
- UFSC-PRPG, 1981. Nota Informativa. (Florianópolis) nº 34
- UNB, 1962. Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília; Editora Universidade de Brasília
- VAHL, Teodoro Rogério, 1980. A privatização do ensino superior no Brasil; causas e consequências. Florianópolis:UFSC-Lunardelli
- VIEIRA, Sofia Lerche, 1982. O (dis)curso da (re)forma universitária. Fortaleza-CE: Edições UFC

A N E X O S

COOPERANTES, PROFESSORES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ESTRANGEIROS QUE ATUARAM NA UFPb																
NO PERÍODO DE 1970 / 80																
NACIONALIDADE	CENTRO E OUTROS SETORES															TOTAL GERAL
	CCEN	OCHLA	CCSA	CCS	CE	CT	CCT	CCBS	CH	CCA	CFT	LES	LTF	ETA/ PREME SU	NÚCLEO DE EN- EÓLI- CA	
ALEMÃ	3	5	1	-	2	3	14	-	1	-	-	1	3	-	-	33
AMERICANA	1	5	3	-	1	-	5	-	1	1	-	-	-	3	-	20
ARGENTINA	2	14	-	-	-	1	9	-	2	-	-	-	-	1	-	29
AUSTRIACA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
BELGA	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	4
BOLIVIANA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2
CANADENSE	1	3	1	-	-	1	37	-	-	-	-	1	1	2	-	47
CHILENA	-	10	-	-	2	-	4	-	1	4	-	1	-	-	2	24
CHINESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
COLOMBIANA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
COREANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
DINAMARQUESA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EGÍPCIA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
ESPAÑHOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
FILIPINA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
FILANDESA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
FRANCOISA	2	8	2	-	-	1	14	-	2	-	-	3	1	1	-	34
GUATEMALTECA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
HOLANDESA	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	1	-	7
INDIANA	7	-	1	-	-	3	25	3	1	3	-	1	3	-	-	47
INGLESA	2	3	1	-	1	-	12	-	-	2	-	-	-	1	-	22
IOGUSLAVA	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
IRANIANA	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
ITALIANA	-	-	1	-	-	-	1	-	2	-	-	-	1	-	-	5
JAPONESA	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	9
MEXICANA	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
PERUANA	-	2	1	1	-	-	2	-	1	3	-	-	-	-	-	10
POLONESA	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	5
PORTUGUESA	1	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	7
PORTO-RIQUENHA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
QUENIANA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
RUSSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
TCHECA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
URUGUAIA	3	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	7
OUTRAS (*)	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
TOTAL	23	55	11	4	8	11	158	3	18	16	1	8	13	12	2	343

(*) Nacionalidade não identificada
FONTES: 1 a 16 a seguir

FONTES:

1. Relatório do Departamento de Engenharia Elétrica (1971/1975)
2. Relatório do Diretor da Escola Politécnica: Exercício de 1970
3. Relatório do Diretor da Escola Politécnica: Exercício de 1971
4. Relatório do Diretor do CCT: Exercício de 1974
5. Relatório do Diretor do CCT: Exercício de 1976
6. Catálogo de Teses defendidas na UFPb: 1970/1979
7. Relatório de Recredenciamento - Pós-Graduação em Engenharia Civil CCT-PRAI/UFPb: Período: 1974/1978, Campina Grande, PB, março/79
8. Professores estrangeiros lotados no Departamento de Engenharia Elétrica - CCT (Conf. OF.DEE/140/80-CCT-PRAI-UFPb, de 11.11.80 dirigido à Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AEAI))
9. Informações prestadas pelo Professor José Ivan Carnaúba Accioly, do Departamento de Engenharia Elétrica (CCT), em 28.05.82
10. Relação de professores e/ou pesquisadores estrangeiros no período de 1970 a 1980 (Mestrado em Engenharia Civil - CCPGEC/CCT/PRAI/UFPb. Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia Civil) enviada pela Secretaria da Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil à Coordenação Geral de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, em 04.04.82
11. Relação de Professores estrangeiros no período de 1970 a 1980, enviada pelos Departamentos e Coordenações dos Cursos de Mestrado à Coordenação Geral de Pesquisa da PRPG
12. Relatórios de Atividades da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AEAI)
13. Informações prestadas pelo Prof. Josemar Silveira, Coordenador do Laboratório de Energia Solar - LES, em 26.10.82
14. Relatório de Engenharia de Sistemas - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação - UFPb - Escola Politécnica - Campina Grande, PB, 1973
15. Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AEAI). Conf.OF. CCH/UFPb/Nº 181/80, de 11.11.80
16. Escritório Técnico Administrativo - ETA (Prefeitura do Campos I) Programa PREMESU IV - Convênio MEC/BID

Este questionário tem por finalidade levantar dados para subsidiar a dissertação de Mestrado sob o tema: "A Presença Estrangeira no Ensino Superior Brasileiro: O Caso da UFPb - 1970/80." Destina-se aos Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação, Coordenadores de Núcleos de Pesquisa ou de Laboratório.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO/CURSO/NÚCLEO/LABORATÓRIO: _____

DEPARTAMENTO: _____

LEIA TODO O QUESTIONÁRIO ANTES DE RESPONDER

Sem se referir a programas e/ou projetos específicos, mas se levando em consideração o conjunto total de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros que atuaram neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, no período de 1970/80 ...

... responda o que se segue:

1. QUANTO AO NÚMERO E TEMPO DE PERMANÊNCIA

1.1. Quantos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram contratados ou estavam vinculados a este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, no período acima mencionado?

_____ professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros

1.2. Assinale com X, conforme for o caso, a alternativa abaixo, quantificando, ao lado, o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros em relação ao tempo de permanência neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório.

P E R Í O D O	Nº
<input type="checkbox"/> até 1 ano	_____
<input type="checkbox"/> de 1 a 2 anos	_____
<input type="checkbox"/> de 2 a 4 anos	_____
<input type="checkbox"/> de 4 a 6 anos	_____
<input type="checkbox"/> de 6 a 8 anos	_____
<input type="checkbox"/> de 8 a 10 anos	_____
<input type="checkbox"/> mais de 10 anos	_____
<input type="checkbox"/> outro: _____	_____
_____	_____

2. QUANTO AO RECRUTAMENTO

- 2.1. Assinale com X, conforme for o caso, a alternativa abaixo, quantificando o número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros em relação à forma de recrutamento e/ou ingresso desses profissionais estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório.

FORMA DE RECRUTAMENTO	Nº
() por anúncio em revista especializada	_____
() através de convênios de cooperação internacional	_____
() através de organismos internacionais (ONU, UNESCO, FULLBRIGHT etc.)	_____
() contato direto entre os profissionais estrangeiros e a UFPb	_____
() Outras. Citar e quantificar _____	_____

3. QUANTO ÀS ATIVIDADES

- 3.1. Foi freqüente a atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

() SIM

() NÃO

Justifique sua resposta: _____

3.2. Antes da contratação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, já existia(m) neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, linha(s) de pesquisa na área de atuação dos referidos profissionais estrangeiros?

SIM NÃO

Justifique sua resposta, caso ache necessário: _____

3.3. Os professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros criaram novas linhas de pesquisa neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

SIM NÃO

Em caso positivo, cite pelo menos uma linha de pesquisa criada por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros _____

3.4. Houve preocupação deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório, quanto à natureza da área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros e as atividades que eles iriam desenvolver?

SIM NÃO

Justifique sua resposta _____

3.5. Todas as linhas de pesquisa deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório foram contempladas com o mesmo número de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros?

SIM NÃO

Justifique sua resposta _____

3.6. Enumere, se for o caso, utilizando os números 1, 2 e 3, em ordem de importância, até três alternativas que mais identificaram a área de atuação dos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório. Coloque o número 1 na alternativa que julgar mais importante.

- ensino na graduação;
 - ensino na pós-graduação;
 - execução e/ou orientação de pesquisas;
 - orientação de teses;
 - atividades administrativas (chefia de Departamento, coordenação de Curso etc.);
 - Outras. Citar: _____
-

3.7. Assinale com X a alternativa que mais identificou a presença de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório:

- Um caso isolado;
 - iniciativa individual de alguns professores do Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório;
 - programa departamental;
 - Outra. Citar: _____
-

3.8. Existiu algum programa concreto de avaliação ou análise da atuação de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

- SIM NÃO

a) Em caso positivo, que tipo de avaliação ou análise?

b) Em caso negativo, quais as razões de sua não existência?

3.9. Assinale com X o idioma em que os professores estrangeiros ministram suas aulas expositivas nas disciplinas oferecidas por este Departamento:

em português

em inglês

em espanhol.

na língua nativa

não ministram aulas

Outras. citar: _____

3.10. O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório elaborou um plano de trabalho para os professores/pesquisadores e técnicos visitantes estrangeiros?

SIM

NÃO

Justifique sua resposta: _____

3.11. Antes de aceitar a vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros, o Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório procurou se informar da existência de profissionais brasileiros com formação similar à dos estrangeiros?

SIM

NÃO

Justifique sua resposta: _____

3.12. Houve aquisição de equipamentos, materiais, livros, periódicos etc., em decorrência da vinda de professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros para este Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório?

SIM

NÃO

Justifique sua resposta, caso ache necessário: _____

3.13. A manutenção desses equipamentos, materiais etc., independe das fontes de origem?

SIM NÃO

Justifique sua resposta: _____

4. QUANTO À PRODUTIVIDADE

4.1. As atividades atribuídas aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros foram desenvolvidas no tempo previsto nos cronogramas de execução?

SIM NÃO

Em caso negativo, por que? _____

4.2. Assinale com X as alternativas que caracterizaram as dissertações e/ou teses, bem como outros trabalhos orientados por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros neste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório:

temas internacionais

temas nacionais

temas regionais

temas locais

Outros. Citar: _____

4.3. O trabalho desenvolvido por professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros contribuiu para a melhoria do desempenho deste Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório e/ou da Universidade, como um todo?

() SIM

() NÃO

a) Em caso positivo, indique pelo menos uma evidência desta contribuição: _____

b) Em caso negativo, justifique sua resposta: _____

Este questionário tem por finalidade levantar dados para subsidiar a dissertação de Mestrado sob o tema: "A Presença Estrangeira no Ensino Superior Brasileiro: O Caso da UFPb - 1970/80. Destina-se aos professores/pesquisadores e técnicos estrangeiros - inclusive consultores - diretamente contratados pela UFPb até dezembro de 1980 e/ou vinculados aos convênios e/ou programas de cooperação internacional vigentes nessa época.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO/CURSO/NÚCLEO/LABORATÓRIO: _____

DEPARTAMENTO: _____

LEIA TODO O QUESTIONÁRIO ANTES DE RESPONDER

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nacionalidade: _____

1.2. Assinale com X o seu grau de escolaridade, acrescentando, ao lado, a respectiva área de concentração e o país onde obteve o referido grau:

	GRAU	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	PAÍS
<input type="checkbox"/>	Graduação	_____	_____
<input type="checkbox"/>	Especialização	_____	_____
<input type="checkbox"/>	Mestrado	_____	_____
<input type="checkbox"/>	Doutorado	_____	_____
<input type="checkbox"/>	Pós-Doutorado	_____	_____

1.3. Assinale com X o seu vínculo funcional com esta Universidade:

- professor visitante;
 professor assistente;
 professor adjunto;
 professor titular;
 outro. Citar: _____

1.4. Assinale com X o seu regime de trabalho nesta Universidade:

- DE (RETIDE) 40 horas 20 horas
 Outra. Citar: _____

1.5. Você exerce outra atividade remunerada fora desta Universidade?

SIM

NÃO

Em caso positivo, qual? _____

1.6. Assinale com X a agência financiadora que contribuiu ou tem contribuído com recursos para a sua permanência nesta Universidade:

CAPES

CNPq

FINEP

Não recebe recursos de nenhuma agência financiadora

Outras. Citar: _____

1.7. Você está nesta Universidade através de algum convênio de cooperação internacional?

SIM

NÃO

Em caso positivo, qual convênio? _____

1.8. Você conhece os seus direitos e deveres dentro da estrutura administrativa desta Universidade?

SIM

NÃO

Justifique sua resposta: _____

1.9. Assinale com X a alternativa que você define como a situação de seu vínculo funcional com esta Universidade:

- totalmente regularizada e atendidas as expectativas pessoais e/ou profissionais;
- totalmente regularizada, porém insatisfatório o atendimento das expectativas pessoais e/ou profissionais;
- pendente de decisão de ordem legal;
- ausência de contrato de trabalho;
- outra. Citar: _____

2. QUANTO À VINDA PARA O BRASIL E/OU PARA A UFPb

2.1. Assinale com X a alternativa que constituiu o motivo principal de sua vinda para o Brasil e/ou para esta Universidade:

- desejo pessoal de conhecer e viver outra realidade;
- necessidade em função de pesquisa na qual estava envolvido(a);
- necessidade em função de pesquisa na instituição de origem;
- Convênio da instituição de origem com esta Universidade;
- outro. Citar: _____

2.2. Assinale com X a situação que indique o seu vínculo familiar:

- casado(a) com estrangeiro(a) e filho(s) brasileiro(s);
- casado(a) com brasileiro(a) e filho(s) brasileiro(s);
- outra. Citar: _____

3. QUANTO AO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO BRASIL E/OU NA UFPb E TEMPO DE MA-
GISTÉRIO NO ENSINO SUPERIOR.

3.1. Há quanto tempo você está no Brasil?

_____ anos; _____ meses

3.2. Há quanto tempo você está nesta Universidade?

_____ anos; _____ meses

3.3. Há quanto tempo você é professor(a) no Ensino Superior, no
Brasil e/ou em outro país?

_____ anos; _____ meses

4. QUANTO À INTEGRAÇÃO (pessoal e/ou profissional)

4.1. Assinale com X nas alternativas abaixo, os motivos que constitu-
íram e/ou têm constituído obstáculo à sua integração pessoal
e/ou atuação profissional nesta Universidade (por ordem de prio-
ridade colocando o nº 1 naquele que julgar o maior obstáculo)":

- a) () instabilidade do vínculo empregatício;
() remuneração financeira insatisfatória;
() sem obstáculo;
- b) () discriminação dos colegas de Departamento;
() discriminação dos alunos;
() sem obstáculo;
- c) () falta de infra-estrutura (recursos técnicos, materiais,
humanos, financeiros etc.);
() falta de informação na área em que trabalha;
() falta de nível (preparo técnico e/ou conteúdo) das pesso-
as com quem trabalha;
() sem obstáculo;

- d) dificuldades bibliográficas em termos quantitativos e/ou qualitativos;
 dificuldades de domínio da língua portuguesa;
 excesso de burocracia;
 sem obstáculo;
- e) outro. Citar: _____

5. QUANTO À PRODUTIVIDADE

5.1. Assinale com X as atividades que você desenvolve nesta Universidade, acrescentando, ao lado, a carga horária semanal.

	<u>C/H. Semanal</u>
<input type="checkbox"/> ensino na graduação:	_____
<input type="checkbox"/> ensino na pós-graduação;	_____
<input type="checkbox"/> execução e/ou orientação de pesquisas;	_____
<input type="checkbox"/> orientação de teses;	_____
<input type="checkbox"/> chefia ou coordenação. Especifique: _____	_____
<input type="checkbox"/> outras. Citar e quantificar a carga horária semanal: _____ _____	

5.2. O Departamento/Curso/Núcleo/Laboratório no qual está lotado, apresentou um plano de trabalho das atividades que você iria desenvolver?

SIM

NÃO

Em caso negativo, justifique sua resposta: _____

5.3. Assinale com X a alternativa que você considera mais importante para o desempenho de seu trabalho nesta Universidade:

- exercer atividades somente na graduação;
 exercer atividades somente na pós-graduação;
 exercer atividades em ambos os níveis;
 exercer atividades somente de pesquisa;
 outras. Citar: _____
- _____

5.4. O seu trabalho contribuiu e/ou tem contribuído para a melhoria do desempenho desta Universidade (Centro, Departamento, Núcleo etc.)?

- SIM NÃO

Em caso positivo, indique pelo menos uma evidência dessa contribuição: _____

5.5. O seu trabalho exerceu e/ou tem exercido, de alguma forma, influência sobre os colegas ou alunos da UFPb com quem se relaciona?

- SIM NÃO

Em caso positivo, indique pelo menos uma evidência dessa influência: _____

5.6. Assinale com X nas alternativas abaixo, a forma como você desenvolve seu trabalho nesta Universidade, comparado com o país de origem:

a) em termos de horas e/ou volume:

trabalha mais trabalha menos igual

b) quanto à liberdade:

mais liberdade menos liberdade igual

c) quanto à modalidade:

trabalho diferente trabalho igual

d) outras. Citar: _____

6. AS LINHAS ABAIXO DEVEM SER UTILIZADAS PARA ALGUM COMENTÁRIO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ JULGAR NECESSÁRIO ÀS SUAS INFORMAÇÕES.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
GABINETE DO REITOR

Ofício Circular nº 001/82-R/GR João Pessoa, 11 de fevereiro de 1982

Do Reitor da Universidade Federal da Paraíba

Ao Diretor do CCSA

Assunto: Apresentação (faz)

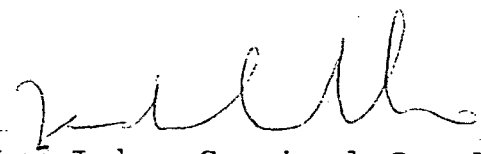
Senhor Diretor:

Dirijo-me a V. Sa., para apresentar ROSÁLIA BARROS PEREIRA, Professora do Departamento de Administração e Contabilidade, do Centro de Humanidades, Campus II, desta UFPb, ora em fase de elaboração de Tese de Mestrado na UFSC, que irá fazer um levantamento de dados sobre os programas de cooperação internacional, porventura existentes nos departamentos vinculados a esse Centro, bem como aplicar questionários junto aos chefes dos referidos departamentos e professores estrangeiros aí lotados, dados estes de suma importância para a sua tese, na área de Administração Universitária.

Tendo em vista ser este um trabalho em que esta Universidade demonstra grandes interesses, solicito seus valiosos préstimos, no sentido de prestar colaboração e apoio irrestritos à citada professora.

Na certeza de poder contar com sua aquiescência, agradeço, antecipadamente, o seu empenho e especial atenção.

No ensejo, renovo a V. Sa. meus protestos de consideração e apreço.


José Jackson Carneiro de Carvalho
VICE-REITOR, NO EXERCÍCIO DA REITORIA